

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Pedro Leonardo Cezar Spode

**POBREZA E PRIVAÇÃO SOCIAL NA ÁREA URBANA DE SANTA
MARIA, RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS USOS
DO TERRITÓRIO**

Santa Maria, RS
2020

Pedro Leonardo Cezar Spode

**POBREZA E PRIVAÇÃO SOCIAL NA ÁREA URBANA DE SANTA
MARIA, RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS USOS
DO TERRITÓRIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Geografia**.

Orientador: Prof.º Drº Rivaldo Mauro de Faria

Santa Maria, RS
2020

Spode, Pedro Leonardo Cezar
Pobreza e privação social na área urbana de Santa
Maria, Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos usos
do território / Pedro Leonardo Cezar Spode.- 2020.
175 p.; 30 cm

Orientador: Rivaldo Mauro de Faria
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2020

1. Geografia Urbana 2. Território Usado 3. Privação
Social 4. Santa Maria 5. Pobreza I. Faria, Rivaldo Mauro
de II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

© 2020

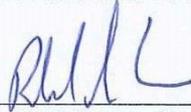
Todos direitos autorais reservados a Pedro Leonardo Cezar Spode. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte. Fone: (55) 984145488; e-mail: pedrospode@gmail.com

Pedro Leonardo Cezar Spode

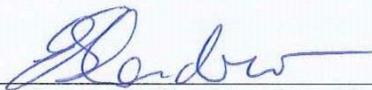
**POBREZA E PRIVAÇÃO SOCIAL NA ÁREA URBANA DE SANTA
MARIA, RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS
USOS DO TERRITÓRIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Geografia**.

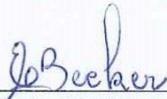
Aprovado em: 28 de janeiro de 2020.



Rivaldo Mauro de Faria, Dr. (UFSM)
(Presidente/ Orientador)



Eduardo Schiavone Cardoso, Dr. (UFSM)



Elsbeth Léia Spode Becker, Dr. (UFN)

Santa Maria, RS

2020

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Maria;

À Cordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO – UFSM)

Ao Prof. Drº Rivaldo Mauro de Faria pela grande dedicação, amizade e rigidez científica na orientação deste trabalho;

Aos professores que aceitaram contribuir com suas avaliações para este trabalho, Prof. Drº Eduardo S. Cardoso, Prof. Drª Elsbeth L. Spode Becker e Prof. Drª Gilda M. Cabral Benaduce;

Aos professores da banca da qualificação, Prof. Drº Ederson Nascimento e Prof. Drª Lilian Hahn Mariano da Rocha;

À Prof. Drª Lilian Hahn Mariano da Rocha por todo o auxílio neste trabalho, assim como por toda a contribuição e influência em minha formação acadêmica, sobretudo para com a Geografia Urbana;

Aos colegas e amigos Maurício Rizzatti e Iago T. Costa pela colaboração durante todos os anos de UFSM, em especial a contribuição nos trabalhos de campo, a parceria em pesquisas, além do auxílio na cartografia do trabalho;

Ao amigo Douglas Erthal pela revisão do texto e pelo auxílio na parte cartográfica;

Aos demais amigos e colegas do Núcleo de Pesquisa em Geografia da Saúde, como a Priscila de Aguiar, Marcelo Zanatta e Liliane Milani por toda a colaboração e amizade durante esses anos;

À minha mãe Ivete Cezar Spode e irmã Ana Elizabete Spode pelo apoio recebido em todas as ocasiões;

À Vanessa Nyland pela valiosa colaboração na formatação deste trabalho;

Rocket engines burning fuel so fast
Up into the night sky they blast
Through the universe the engines whine
Could it be the end of man and time?
Back on earth the flame of life burns low
Everywhere is misery and woe
Pollution kills the air, the land and sea
Man prepares to meet his destiny
Rocket engines burning fuel so fast
Up into the black sky so vast
Burning metal through the atmosphere
Earth remains in worry, hate and fear
With the hateful battles raging on
Rockets flying to the glowing sun
Through the empires of eternal void
Freedom from the final suicide
Freedom fighters sent out to the sun
Escape from brainwashed minds and pollution
Leave the earth to all its sin and hate
Find another world where freedom waits
Past the stars in fields of ancient void
Through the shields of darkness where they find
Love upon a land a world unknown
Where the sons of freedom make their home
Leave the earth to Satan and his slaves
Leave them to their future in the grave
Make a home where love is there to stay
Peace and happiness in everyday

Black Sabbath – Into the Void. **Master of Reality**. Ingalterra. Vertigo. 1971.

RESUMO

POBREZA E PRIVAÇÃO SOCIAL NA ÁREA URBANA DE SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS USOS DO TERRITÓRIO

AUTOR: Pedro Leonardo Cezar Spode

ORIENTADOR: Rivaldo Mauro de Faria

A Geografia Urbana, ao longo das décadas vem se utilizando de diversos conceitos e abordagens para a análise das desigualdades socioespaciais e territoriais urbanas. Nesse sentido, para a realização deste estudo, dois conceitos foram utilizados como fio condutor da pesquisa: a privação social e o território usado. Dessa maneira, o objetivo principal deste trabalho é pautado em entender a pobreza urbana a partir da privação social e materializar este conceito no território urbano de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O método que fundamenta a pesquisa é o dialético, na sua fundamentação elaborada pela teoria crítica. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se a revisão bibliográfica do tipo narrativa, a construção de um índice de privação social para a área urbana de Santa Maria, bem como, a coleta de dados secundários, relativos aos usos do território na cidade, com auxílio da observação e trabalhos de campo. O índice de privação social foi metodologicamente elaborado a partir de três dimensões para se pensar a privação social: a dimensão educação, a dimensão renda e a dimensão domicílio-saneamento, através de cinco indicadores sociais construídos por meio das variáveis do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Estes dados apontam para determinado desenho espacial de pobreza na cidade, ligado ao padrão centro-periferia, concentrando a privação principalmente nas regiões periféricas, como à Norte, Nordeste, Sul e Oeste da área urbana, porém com manchas de privação ocorrendo descontinuamente em outras áreas da cidade. Nesse sentido, por meio do índice de privação social, aliado as incursões de campo, foram classificadas três grandes áreas de privação no território urbano de Santa Maria: a primeira perpassando a extensão Norte da área urbana, que inicia na zona Norte de Camobi, seguindo descontinuamente pelos bairros da região Nordeste e Norte, acompanhando a estrada de ferro. A segunda área de privação iniciando na região Norte, passando por áreas da região Centro-Oeste e Oeste como o bairro Noal, Nova Santa Marta e Agro-Industrial. Além destas, uma terceira na região Sul, estendendo-se para Centro-Leste, entre os bairros Urlândia, Lorenzi e Diácono João Luiz Pozzobon. As áreas de baixa privação concentram-se, principalmente, no Centro, estendendo-se para Leste da cidade, em direção do bairro Camobi. Nesse sentido, a pobreza e a privação social são relativas no espaço e no território, determinadas pelo processo histórico de usos do território nessas regiões. Para melhor entender esta dinâmica, foram selecionados usos do território que se associam a pobreza e a privação social, como o Distrito Industrial, o aterro sanitário, o Presídio Estadual, o aparato ferroviário, a presença militar, entre outros. Nesse sentido, aprofundou-se com relação a três grandes estruturas espaciais: os trilhos da ferrovia, o Arroio Cadena e o Morro Cechella, para onde convergem os pobres da cidade ou os homens lentos de Milton Santos. Estas três formas espaciais destacadas, dentro do contexto da produção dos usos do território, aparecem associadas a diferentes formas de privação, em especial a privação do acesso a moradia urbana. Portanto, a privação à moradia, refletido pelo fenômeno das ocupações irregulares na área urbana de Santa Maria, explicitamente, mostra-se como uma das principais privações no território.

Palavras-chave: Geografia Urbana. Pobreza. Morro Cechella. Ocupações Irregulares. Território Usado. Ferrovia. Arroio Cadena.

ABSTRACT

POVERTY AND SOCIAL DEPRIVATION IN THE URBAN AREA OF SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL: AN ANALYSIS FROM THE USES OF THE TERRITORY

AUTHOR: Pedro Leonardo Cezar Spode

ADVISOR: Rivaldo Mauro de Faria

Urban Geography has been using various concepts and approaches for the analysis of urban socio-spatial and territorial inequalities over the decades. In this sense, to conduct this study, two concepts were used as the guiding thread of the research: social deprivation and the territory used. Thus, the main objective of this paper is to understand urban poverty from social deprivation and to materialize this concept in the urban territory of Santa Maria, Rio Grande do Sul. The method that underlies the research is the dialectic, in its elaborated foundation by the critical theory. As methodological procedures, we used the bibliographic review of the narrative type, the construction of a social deprivation index for the urban area of Santa Maria, as well as the collection of secondary data related to the use of the territory in the city, with the help of observation and fieldwork. The social deprivation index was methodologically elaborated from three dimensions to think about social deprivation: the education dimension, the income dimension and the household-sanitation dimension, through five social indicators constructed using the Brazilian Institute of Geography and Statistics (2010) variables. These data point to a certain spatial design of poverty in the city, linked to the center-periphery pattern, concentrating deprivation mainly in the peripheral regions, such as the North, Northeast, South and West of the urban area, but with deprivation spots occurring discontinuously in other areas. of the city. In this sense, through the social deprivation index, together with the field incursions, three major areas of deprivation were classified in the urban territory of Santa Maria: the first crossing the northern extension of the urban area, which begins in the northern zone of Camobi, following discontinuously through the neighborhoods. from the Northeast and North, following the railroad. The second deprivation area starting in the North region, passing through areas of the Midwest and West region such as Noal, Nova Santa Marta and Agro-Industrial. In addition to these, a third in the southern region, extending to the Center East, between the neighborhoods Urlândia, Lorenzi and Diácono João Luiz Pozzobon. The areas of low deprivation are concentrated mainly in the Center, extending to the east of the city, towards the Camobi neighborhood. In this sense, poverty and social deprivation are relative in space and territory, determined by the historical process of territorial use in these regions. To better understand this dynamic, we selected land uses that associate poverty and social deprivation, such as the Industrial District, the landfill, the State Presidio, the railroad apparatus, the military presence, among others. Thus, it deepened in relation to three major space structures: the railroad tracks, the Arroio Cadena and the Morro Cechella, where the poor of the city converge or the slow men of Milton Santos. These three prominent spatial forms, namely the Arroio Cadena, the railway apparatus and the Morro Cechella, within the context of the production of territorial uses, appear to be associated with different forms of deprivation, especially the deprivation of access to urban housing. Therefore, housing deprivation, reflected by the phenomenon of irregular occupations in the urban area of Santa Maria, is explicitly shown to be one of the main deprivations in the territory.

Keywords: Urban Geography. Poverty. Morro Cechella. Irregular Occupations. Territory Used. Railroad. Arroio Cadena.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelos clássicos de segregação residencial urbana.....	42
Figura 2 – Localização de Santa Maria, Rio Grande do Sul.....	73
Figura 3 – Mapa da expansão urbana de Santa Maria, RS.....	80
Figura 4 – Taxa de alfabetização da área urbana de Santa Maria, por setores censitários.....	97
Figura 5 – Taxa de pessoas sem rendimento nominal mensal e até meio salário mínimo, na área urbana de Santa Maria, RS, por setores censitários.....	102
Figura 6 – Renda média da população urbana de Santa Maria, RS, por setores censitários.....	105
Figura 7 – Taxa dos domicílios particulares permanentes com 5 ou mais moradores na área urbana de Santa Maria, RS, por setores censitários.....	108
Figura 8 – Taxa dos domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via vala na área urbana de Santa Maria, RS, por setores censitários.....	112
Figura 9 – Índice de Privação Social da área urbana de Santa Maria, RS.....	116
Figura 10 – Delimitação das áreas de elevada, intermediária e baixa privação social no território urbano de Santa Maria, RS.....	122
Figura 11 – Áreas de privação social na vila Valdemar Rodrigues, bairro Carolina, região Norte de Santa Maria, RS.....	124
Figura 12 – Áreas de privação social no bairro Urlândia, Santa Maria, RS.....	126
Figura 13 – Usos selecionados da terra urbana e imediações em Santa Maria, RS.....	128
Figura 14 – Alteração do leito do Arroio Cadena, Santa Maria, RS.....	134
Figura 15 – Aspectos do Arroio Cadena, atualmente, área urbana de Santa Maria, RS.....	135
Figura 16 – Mosaico de imagens do aparato ferroviário em Santa Maria, como território de privação social e rugosidade.....	137
Figura 17 – Habitações nas vertentes do Morro Cechella, área urbana de Santa Maria, RS.....	139
Figura 18 – Habitações nas vertentes do Morro Cechella, área urbana de Santa Maria, RS.....	139
Figura 19 – Ocupações irregulares na estrada de ferro, Arroio Cadena e Morro Cechella.....	142
Figura 20 – Mapa dos usos selecionados e IPS da área urbana de Santa Maria, RS.....	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores que compõem o Índice de Privação Social.....	23
Quadro 2 – Escala absoluta de Saaty, com importância dos pesos.....	25
Quadro 3 – Indicadores com atribuição dos respectivos pesos.....	26
Quadro 4 – Trabalhos utilizados para a coleta de dados secundários.....	27,28
Quadro 5 – Critérios utilizados para observação de campo.....	29,30
Quadro 6 – Dados coletados em trabalho de campo.....	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da população absoluta e inativa por classe de privação social na área urbana de Santa Maria, RS.....	120
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

3ª DE	3ª Divisão do Exército
AHP	Analytic Hierarchy Process
APP	Área de Preservação Permanente
COM	Comissão das Comunidades Europeias
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CURA	Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IC	Índice de Consistência
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPS	Índice de Privação Social
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPLAN	Instituto de Planejamento
IPS	Índice de Privação Social
KMW	Krauss-Maffei Wegmann
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RA	Região Administrativa
RS	Rio Grande do Sul
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SM	Santa Maria
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
UE	União Europeia
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
VFRGS	Viação Férrea do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 METODOLOGIA	18
2.1 Referencial bibliográfico.....	19
2.2 Construção do Índice de Privação Social	20
2.3 Dados secundários relativos aos usos do território.....	27
2.4 Dados primários: observação sistemática e coleta de dados em campo.....	28
3 POBREZA, PRIVAÇÃO E TERRITÓRIO.....	33
3.1 A pobreza na teoria social do século XVIII e XIX: uma breve introdução.....	33
3.2 Algumas abordagens e conceituações para compreensão da pobreza e das desigualdades socioespaciais urbanas no século XX.....	39
3.3 Privação social: evolução histórica do conceito e aproximações com a Geografia	48
3.4 O território usado como categoria de análise da realidade social urbana.....	62
4 FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOESPACIAL DE SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL	72
4.1 O primeiro período: do acampamento militar à chegada da ferrovia (1797-1885)	75
4.2 A primeira metade do século XX: explode a “Santa Maria ferroviária”	78
4.3 A segunda metade do século XX em Santa Maria: período dos “grandes” eventos	82
4.4 A realidade socioespacial atual: Santa Maria como um território desigual.....	88
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	94
5.1 A Geografia da pobreza e da privação em Santa Maria, RS	94
5.2 Definindo territórios de privação em Santa Maria: avaliação a partir do Índice de Privação Social.....	114
5.3 Dinâmica socioespacial das áreas de privação social em Santa Maria, RS: discussão através dos usos selecionados do território	127
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS.....	153
APÊNDICE A – SISTEMATIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE CAMPO NA ÁREA URBANA DE SANTA MARIA, ENTRE 2018 E 2019.....	168
ANEXO 1 – MAPA DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA – 2018.	170
ANEXO 2 – MAPA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE SANTA MARIA, RS... 	172
ANEXO 3 - SISTEMATIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES NA ÁREA URBANA DE SANTA MARIA ENTRE 1960 – 2006.....	173

1 INTRODUÇÃO

Na América Latina, a maioria dos processos ligados as desigualdades socioespaciais são problemas construídos historicamente através da formação social e econômica destes países “terceiro mundistas”, baseadas em séculos de colonialismo e exploração, conforme identificou Milton Santos (2004).

No Brasil, onde a escravidão durou mais de 300 anos, a herança colonial permanece causando impactos sociais até os dias atuais. Uma dimensão deste processo pode ser verificada através dos dados do Atlas da Violência no Brasil, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em 2017, que apontam que homens, jovens, negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no país. O Atlas ainda observa que, enquanto no período de 2005 a 2015 “[...] houve um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros, a mortalidade de indivíduos não negros diminuiu 12,2%” (IPEA e FBSP, 2017, p. 31).

Estes dados revelam um panorama problemático no que tange a violência no país. Ademais, é bem verdade a existência de um racismo enraizado na sociedade brasileira, que estigmatiza não somente o negro, mas também o pobre no Brasil. Do ponto de vista sociológico, da divisão da sociedade em classes sociais, este processo pode ser compreendido através do que o teórico Jessé de Souza (2017) vem chamando de “ódio ao pobre” no Brasil, no qual, as classes populares são julgadas como culpadas pela sua situação, ou pela sua própria falta de sorte, principalmente por setores da classe média e da elite econômica do país.

Ao retornarmos as primeiras décadas do século XX no Brasil, em meados da década de 1940, no que Santos e Silveira (2011, p. 37) atribuíram como período de transição entre a época colonial “pré-mecânica e a verdadeira integração nacional”, vamos nos deparar com um Brasil pobre e majoritariamente rural. Josué de Castro (1908-1973) identifica bem este contexto brasileiro, principalmente em sua principal obra “*A Geografia da Fome*”, publicada em 1946, no qual o autor traça o mapa da fome no país, através do que denominou áreas alimentares¹. Não somente nos estudos de Castro, a pobreza neste contexto estava retratada também em

¹ Josué de Castro define como áreas alimentares as diversas regiões do Brasil através dos múltiplos hábitos regionais e culturais que condicionam o país a uma diferenciação nos diversos tipos de dieta. Segundo Castro (1984, p.57-58): O país abrange pelo menos cinco diferentes áreas alimentares, cada uma delas dispondo de recursos típicos, com sua dieta habitual apoiada em determinados produtos regionais e com seus efetivos humanos refletindo, em muitas de suas características, tanto somáticas como psíquicas, tanto biológicas como culturais, a influência marcante dos seus tipos de dieta. Cinco áreas bem caracterizadas e assim distribuídas: 1) Área da Amazônia; 2) Área da Mata do Nordeste; 3) Área do Sertão do Nordeste; 4) Área do Centro-Oeste; 5) Área do Extremo Sul.

diversas formas de expressão da época, como na literatura, nas artes plásticas, nas músicas, como pode ser observado em numerosas canções regionais do Norte e Nordeste brasileiro. Na literatura, a obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos (1892-1953) pode ser considerada um exemplo pontual, ao retratar a jornada de uma família de retirantes que atravessam o sertão nordestino, em fuga da seca, da opressão e da miséria. A obra aborda sobre temas como pobreza, miséria, desigualdade social, além da exploração praticada pelas classes dominantes para com as classes desfavorecidas, no contexto do Nordeste brasileiro das décadas de 1930-1940.

Geograficamente fragmentado, o Brasil arquipélago da primeira metade do século XX, como denominado por Santos e Silveira (2011), adentra em um processo de urbanização acelerado, influenciado, em boa medida, pela crescente industrialização das regiões brasileiras, sobretudo o Sudeste. É válido destacar, segundo o Anuário Estatístico do Brasil, que em 1971, 60% da produção brasileira estava localizada somente no Estado de São Paulo (IBGE, 1971). Paralelo a isso, a dinâmica da urbanização brasileira caminhou a passos velozes, isto é, em poucas décadas, grande parcela da população rural migrou para os centros urbanos, originando uma série de problemas de ordem socioespacial na maioria das cidades. “Entre 1940 e 1950, enquanto a população global aumentava 24%, a população urbana 30%. No período compreendido entre 1950 e 1960, o fenômeno é ainda mais nítido”, argumentam Santos e Silveira (2011, p. 40).

Com o inchaço das cidades, o Estado não foi capaz de estabelecer um planejamento eficiente das mesmas, o que contribuiu para a reprodução das desigualdades socioespaciais nos territórios urbanos. Entre os mais graves problemas de ordem socioespacial que se materializa nos territórios, está a pobreza urbana, presente em todas as áreas urbanizadas do país.

Concomitantemente, apesar da industrialização, o país conserva uma série de condições de subdesenvolvimento, muitas vezes agravadas pelo crescimento econômico, a saber, disparidades regionais pronunciadas, enormes desigualdades de renda e uma crescente tendência ao empobrecimento das classes subprivilegiadas, a despeito do aumento do Produto Nacional Bruto e do Produto Nacional *per capita* (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 51).

Milton Santos diria ainda em o “*O Espaço Dividido*”, que as características de pobreza no Terceiro Mundo são devidas, em sua maioria, à ação conjugada entre as “[...] estruturas monopolísticas e do Estado” (SANTOS, 2004 [1979], p. 187). Com relação a urbanização brasileira, Singer (1973, p. 119) menciona que a maioria das críticas a urbanização reafirmavam uma “velha moral malthusiana” a respeito dos fenômenos, “[...] a qual os pobres são os principais responsáveis, devido a seu comportamento reprodutivo e migratório, pelo agravamento dos seus infortúnios”. Por outro lado, uma parte dos teóricos marxistas da década

de 1970 atribuíram o termo “massa marginal”, para designar a população pobre naquele contexto, o que de certa maneira, também identifica no contingente populacional os problemas da urbanização.

De todo modo, ao retornarmos para o Brasil atual, torna-se possível identificar que as condições urbanas herdadas abrigam um mar de problemas sociais e territoriais em todo o país. Um exemplo disso é a questão do saneamento básico, que segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2017), revelam que apenas 50,3% dos brasileiros possuem acesso a coleta de esgoto. Embora esse número tenha se elevado nos últimos anos, ainda é um percentual muito baixo de acesso, tendo em vista tratar-se de um serviço basilar da população urbana.

São as respostas da formação socioespacial do país, caracterizada, no período atual, pelos processos de globalização e fragmentação, culminando, no que Souza (1994) identifica como geografias da desigualdade no espaço brasileiro. É nesse sentido, que em nosso desafio de estudar a pobreza urbana, dois conceitos serão utilizados como o fio condutor da pesquisa: a privação social e o território usado.

Dessa maneira, a pertinência desse estudo pode ser visualizada em duas frentes principais: a primeira se relaciona com a investigação a respeito das desigualdades socioespaciais da cidade de Santa Maria, RS, especialmente a pobreza urbana, fenômeno crescente nas cidades brasileiras. Em segundo lugar, pela relevância do debate da privação social, conceito ainda pouco utilizado na Geografia urbana brasileira.

A aplicação prática do trabalho, cujo território definido para a análise foi a área urbana de Santa Maria, cidade média, localizada no centro geográfico do estado do Rio Grande do Sul, que historicamente vem apresentando problemas de ordem socioespacial. Um prático exemplo da realidade urbana da cidade, que de antemão justificaria o emprego desta pesquisa, pode ser observado através da matéria veiculada no periódico local Diário de Santa Maria², no mês de setembro do ano de 2017, em que a partir de dados do Cadastro Único³ da cidade, com base na estimativa populacional de 2017 do IBGE⁴, relata que mais de 20% da população do município vive com renda mensal inferior a meio salário mínimo (R\$ 468,50), além disso uma

² A matéria pode ser lida em: <https://diariodesantamaria.atavist.com/mais-de-17-mil-santa-marienses-vivem-em-situacao-de-extrema-pobreza->

³ Conjunto de informações a nível de Governo Federal, estados e municípios, sobre famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza.

⁴ O IBGE (2017) aponta 278.445 habitantes para o município de Santa Maria em 2017. Ver: Estimativas 2017 municípios. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalhe-de-midia.html?view=media_ibge&catid=2103&id=1328

boa parcela em situação do que pode ser chamado de “extrema pobreza”. Embora a reportagem não identifique quais áreas apresentam maior miséria, um percentual tão alto de pessoas compondo o Cadastro Único, ao que tudo indica, exhibe um quadro de pobreza urbana e privação social acentuados na cidade.

Ademais, ao propor uma investigação das desigualdades socioespaciais da cidade de Santa Maria, vide a pobreza urbana como privação social, duas dimensões adquirem relevância na discussão desta temática. A primeira, se relaciona a discussão acadêmica, no sentido de somar-se aos estudos anteriores realizados para Santa Maria, os quais contribuem na busca da compreensão da realidade social urbana e dão o corpo teórico da cidade. Para nos restringirmos apenas aos trabalhos no campo da Geografia, devem ser mencionados os estudos de Rocha (1993); (2011), Bolfe (1997); (2003), Saurim (2005), Salamoni (2008), Melara (2008), Prado (2010); (2012), Degrandi (2012), Faria e Savian (2017), Faria (2018) e Faria et al (2019), entre outros que revelam diferentes dimensões da realidade social urbana de Santa Maria e contribuem para a construção de uma teorização acerca da formação socioespacial da cidade.

A segunda dimensão diz a respeito da dimensão política do estudo, que ao expor áreas de privação social na cidade, visa contribuir para a implementação de políticas públicas efetivas, sobretudo no que tange o planejamento urbano, que forneçam subsídios para que privações sejam sanadas e superadas no território. Ou seja, exercer ações de ordenamento do território que permitam aos grupos sociais, sobretudo os pobres da cidade, o uso do território como abrigo, como identifica Souza (2019).

Diante disso, este trabalho se pauta em duas questões principais que se comunicam. A primeira: é possível empiricizar a privação social na realidade social urbana de Santa Maria, RS?

A segunda: é possível compreender os processos históricos dos usos do território, cuja privação social está relacionada?

Dessa maneira, este trabalho possui como objetivo geral entender a pobreza urbana a partir da privação social e empiricizar este conceito no território urbano de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Como objetivos específicos, que auxiliaram na compreensão dos questionamentos expostos, tem-se:

- Compreender os processos históricos dos usos do território urbano de Santa Maria, RS;
- Elaborar, à luz da literatura, um índice de privação social a ser aplicado no território urbano de Santa Maria, RS;
- Dimensionar a privação social em relação aos usos do território na área urbana de Santa Maria, RS;

2 METODOLOGIA

Milton Santos explica que método é um conjunto de preposições, coerentes entre si, que um autor apresenta sobre a realidade, ou de um aspecto da realidade (SANTOS, 1994b). Um sistema coerente de ideias, como diria o autor. Desse modo, portanto, o método deve ser entendido como postura filosófica, muito além do que simplesmente o conjunto de procedimentos ou princípios de organização da pesquisa científica (ROCHA, 2011).

Assim sendo, o método que fundamenta esta discussão é o dialético, na sua fundamentação elaborada pela teoria crítica. Para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento constante. Segundo Lakatos (2003, p. 101) “nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro”.

Para Kosik (1976), a dialética deve ser entendida como:

[...] pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isto é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns” (KOSIK, 1976, p. 20).

O método dialético, como concepção filosófica e metodológica que identifica a realidade em movimento, incorpora-se a Geografia, principalmente por destacar categorias fundamentais para a compreensão da natureza do espaço geográfico (SANTOS, 2006), sobretudo a ação do tempo histórico. Ou seja, a “natureza historicizada” da qual Milton SANTOS (2006) se refere em “*A Natureza do Espaço*”, onde os objetos técnicos, postos no espaço geográfico ao longo dos anos, isto é, a forma como o território é usado determina a organização, bem como a realidade social do espaço, e a maneira como cada pessoa irá ter acesso ao território. “O uso do território é espacialmente desigual”, conforme salienta Gomes (2008, p. 73).

Nesse contexto, ao interpretar o território enquanto uso, resultado do processo histórico, portanto dialético, o conceito adquire mais do que uma noção espacial, mas uma instância social (SANTOS, 2012; SOUZA, 1999), ou seja, categoria de análise da realidade social. O território só existe enquanto usado, praticado, ressalta Souza (2019, p. 7), “ele é a expressão histórica do espaço geográfico por nós entendido como instância social “uma indissociabilidade entre sistema de objetos e sistema de ações””.

Dessa maneira, esse estudo se divide em dois momentos, que se articulam: o primeiro voltado ao referencial bibliográfico, centrado nos conceitos de privação social e território usado, e o segundo, voltado para o trabalho prático, com construção do índice de privação social, bem

como o levantamento de dados em campo. Sendo assim, o detalhamento dos passos metodológicos utilizados na pesquisa será descrito nas seções a seguir.

2.1 Referencial bibliográfico

O primeiro momento do trabalho corresponde ao referencial teórico da privação social e a utilização deste conceito para pensar a pobreza e as desigualdades socioespaciais urbanas. A opção por este conceito se deve ao fato de a privação abarcar o fenômeno da pobreza de uma perspectiva multidimensional, pois se apoia na premissa de privação das “liberdades” materiais e subjetivas (SEN, 2010) do indivíduo e de grupos de indivíduos, contribuindo, assim, com a empirização do fenômeno da pobreza nos territórios. Além disso, são escassos, senão inexistentes, os estudos referentes a pobreza na perspectiva da privação social dentro da Geografia Urbana brasileira.

Dessa maneira, para a construção da evolução teórica da privação social, optou-se por uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, não se valendo de critérios sistemáticos de revisão de literatura, uma vez que este tipo de revisão apresenta uma temática mais aberta (CORDEIRO et al., 2007).

As revisões bibliográficas do tipo narrativa, segundo Rother (2007, s.p.), apresentam-se como discussões amplas, “apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual”.

Desse modo, portanto, este modelo de revisão possui caráter qualitativo, não havendo a necessidade de indicar a metodologia empregada na busca do referencial teórico, bem como dos critérios selecionados. Constitui-se, basicamente, “[...] de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor” (ROTHER, 2007, s.p.).

De acordo com Cordeiro et al. (2007, p. 429):

A revisão da literatura narrativa ou tradicional, quando comparada à revisão sistemática, apresenta uma temática mais aberta; dificilmente parte de uma questão específica bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção; a busca das fontes não é pré-determinada e específica, sendo frequentemente menos abrangente.

Nesse sentido, dois conceitos constituem o eixo central deste trabalho: a privação social e o conceito de território usado, este na concepção de autores como Milton Santos, Maria Adélia de Souza, Ana Clara Torres Ribeiro entre outros. Para a construção teórica do conceito de privação social, os principais autores utilizados foram: Walter Garrison Runciman, Peter Townsend e Amartya Sen. Além destes, foram consultados autores que vem trabalhando com a privação recentemente em diversos países, como Tony Fahey (Nova Zelândia), Daniel J.

Exeter (Nova Zelândia), Anneka Anderson (Nova Zelândia), Enrico Ivaldi (Itália), Mel Bartley (Inglaterra), David Blane (Inglaterra), Paula Santana (Portugal), entre outros.

2.2 Construção do Índice de Privação Social

O segundo momento do estudo diz a respeito à aplicação prática da privação social no território, através da elaboração de um Índice de Privação Social (IPS) para a área urbana de Santa Maria, RS. Para isso, foram selecionados dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), ao nível de setores censitários, elaborando indicadores sociais (quadro 1), para em seguida serem padronizados e ponderados. Os indicadores sociais pré-selecionados serão empregados no modelo de Cartairs e Morris (1991), para a construção de um índice composto de privação, que permite compreender determinadas dimensões da privação social da população.

Os primeiros passos para a construção do IPS estão na seleção das variáveis e na posterior construção do banco de dados. A seleção das variáveis é elemento fundamental, tendo em vista que os dados fornecidos por órgãos governamentais, como o IBGE, quando não selecionados de forma adequada, podem limitar as possibilidades de identificação das áreas de privação nas cidades. Entretanto, quando utilizados de maneira articulada com o contexto do território em estudo, proporcionam uma visão mais fiel das áreas de privação. Com relação ao índice de privação social, Testi e Ivaldi (2009, p. 324) enfatizam:

Os índices de privação são instrumentos simples e baratos para medir as condições socioeconômicas das áreas de residência, porque são geralmente constituídos por indicadores censitários, facilmente disponíveis, combinados com diferentes tipos de procedimentos estatísticos (tradução nossa)⁵.

Dessa maneira, os índices, ou IPSs, como são chamados, são ferramentas que contribuem para a reflexão da qualidade de vida da população, pois combinam variáveis de diversas áreas, como econômicas, ambientais, educação, habitação e saúde (SAVIAN, 2016). Na literatura internacional, especialmente no Reino Unido, os índices de privação social vêm sendo utilizados há mais de 30 anos (ICHIHARA et al, 2018), além de países como Nova Zelândia, Canadá, França e outros.

Assim, o IPS vem sendo amplamente utilizado em diversos campos da ciência, que incluem as ciências humanas e da saúde, para a identificação da pobreza nas cidades, sob diferentes aspectos, como a saúde ou a moradia, por exemplo. Ademais, segundo Faria et al (2019), é um instrumento considerado adequado ao estudo das condições de vida da população em espaços intra-urbanos, e, além disso, o autor ainda menciona que:

⁵Deprivation indexes are quite simple, inexpensive instruments to measure socioeconomic conditions of areas of residence, because they are generally made up of census indicators, which are easily available, combined using different types of statistical procedures (TESTI e IVALDI, 2009, p. 324).

Um aspecto importante do uso do IPS, diferente dos demais indicadores de avaliação multicritério que normalmente recorrem a sofisticadas construções estatísticas, seja nas áreas da sustentabilidade, vulnerabilidade, qualidade de vida, acessibilidade, segregação, entre outros, é a praticidade e a capacidade de extrair resultados adequados com uso de três ou, no máximo, quatro indicadores estrategicamente selecionados (FARIA et al, 2019, p. 236).

Para o IPS elaborado para a área urbana de Santa Maria, foram utilizados indicadores sociais construídos através de variáveis dos setores censitários do IBGE (2010), correspondentes a alfabetização, dados de renda, de densidade populacional e saneamento básico. As variáveis do IBGE (2010) que apresentam características dos domicílios, como “domicílios particulares permanentes com lixo jogado em terreno baldio ou logradouro”, ou ainda, “domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitário”, são variáveis que apontam para determinados tipos de privação social, como a privação ao saneamento básico e a serviços básicos, como de coleta de lixo.

Desse modo, o IPS foi metodologicamente elaborado em quatro etapas. A primeira etapa diz a respeito do processo de seleção das variáveis. Este processo se deu através de dois critérios que auxiliaram na filtragem das variáveis. O primeiro critério se refere ao tamanho da população urbana de Santa Maria, que quando submetida a espacialização de variáveis com menor dimensão amostral, acaba prejudicando a avaliação do indicador para toda a área urbana.

O segundo critério se relaciona com a construção e espacialização dos indicadores, para posterior avaliação do comportamento das variáveis, geograficamente distribuídas na área urbana da cidade. Este processo foi importante no sentido de nos permitir identificar condições sociais que a literatura sobre o território urbano de Santa Maria apresenta como padrões consolidados, seja na avaliação da segregação (ROCHA, 2011), seja na avaliação da exclusão (PRADO, 2010), ou seja ainda sobre a vulnerabilidade social (AVILA, 2015). A espacialização dos indicadores foi importante para o processo de seleção, pois avaliou a possibilidade de tal indicador demonstrar condições sociais de pobreza na cidade de Santa Maria.

Portanto, são dois critérios que balizaram a seleção das variáveis que compõem o IPS da área urbana de Santa Maria. Um primeiro critério estatístico-matemático, ligado ao tamanho da amostra, e, um segundo critério baseado na realidade social documentada de Santa Maria, consistindo na espacialização e avaliação das variáveis no mapa, fundamental para a seleção das variáveis de acordo com a realidade local. Estes critérios levaram ao processo de filtragem de uma lista inicial com 9 indicadores⁶, para uma lista final com 5 indicadores sociais.

⁶ Os indicadores espacializados e não incluídos no IPS final foram: Taxa dos domicílios particulares permanentes com lixo jogado em terreno baldio ou logradouro; Taxa dos moradores em domicílios particulares permanentes

Desse modo, os 5 indicadores sociais foram estrategicamente selecionados para avaliar três dimensões da privação social, conforme recomenda a literatura (CARTAIRS e MORRIS, 1991). Estas três dimensões se referem a dimensão educação, a dimensão renda e a dimensão domicílio-saneamento, e estão sistematizados no quadro 1. Todos os indicadores foram elaborados pela relação simples e bruta entre numerador e denominador e multiplicado por 100.

com outra condição de ocupação, Taxa dos domicílios sem banheiro nem sanitário; Taxa de Pessoas com rendimento nominal de 10 ou mais salários mínimos;

Quadro 1: Indicadores que compõem o Índice de Privação Social (IPS).

Variáveis	Descrição da variável	Indicadores
Idade	Pessoas residentes com 15 a 64 anos de idade	Taxa de Alfabetização
Alfabetização	Pessoas alfabetizadas com 15 a 64 anos de idade	
Idade	Pessoas residentes com 10 ou mais anos de idade	Taxa de Pessoas sem rendimento nominal mensal e até ½ salário
Renda da Pessoa	Pessoas de 10 ou mais anos de idade com rendimento nominal mensal de até ½ salário mínimo ou sem rendimento nominal mensal	
Renda dos Domicílios	Total do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares	Rendimento médio por domicílio particular permanente
Domicílio (Características Gerais)	Domicílios particulares permanentes	
Domicílio (Características Gerais)	Domicílios particulares permanentes com 5, 6, 7, 8, 9, 10 ou mais moradores	Taxa dos domicílios particulares permanentes com 5 ou mais moradores
Domicílio (Características Gerais)	Domicílios particulares permanentes	
Domicílio (Características Gerais)	Domicílios particulares permanentes do tipo casa com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via vala	Taxa dos domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via vala
Domicílio (Características Gerais)	Domicílios particulares permanentes	

Fonte: IBGE (2010) Resultados do Universo por setor censitário. Elaboração: o autor (2019).

Uma vez que os indicadores passaram pelo processo de seleção das variáveis e construção dos indicadores sociais, adentramos na segunda etapa de elaboração do IPS, que consiste na padronização destes indicadores. A padronização é uma técnica ou um conjunto de técnicas usadas para ajustar todos os indicadores numa mesma escala de medida. Observe, por exemplo, que os indicadores do quadro 1 tem medidas diferentes e não podem ser simplesmente agrupados ou somados. Portanto, é sempre necessário padronizar ou uniformizar estes indicadores para se poder compará-los.

A padronização dos indicadores se deu através da técnica do mínimo e máximo, no qual os valores de cada setor censitário utilizado foram transformados em uma escala que varia entre 0 e 1. A fórmula utilizada para o cálculo pode ser conferida a seguir.

$$Pi = \frac{ri - ri_{min}}{ri_{max} - ri_{min}}$$

Onde:

Pi : valor final do indicador r padronizado

ri : valor do indicador r para setor censitário ri

ri_{min} : valor mínimo do indicador r

ri_{max} : valor máximo do mesmo indicador r

Esta técnica calcula os valores máximos e mínimos de cada indicador, identificando os valores extremos do conjunto das variáveis. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil de 2013, que utiliza esta mesma metodologia na construção dos indicadores de desenvolvimento humano municipal, esta ideia transmite a relação entre as distâncias do valor observado em relação ao pior e ao melhor valor definido para ele, ou seja, quanto mais o valor observado para o município se aproxima do mínimo (ou do pior valor), menor é o numerador da equação e mais próximo de 0 o índice do município vai estar (IDHM, 2013).

A terceira etapa diz a respeito à ponderação dos dados, processo pelo qual é definida a importância relativa de cada critério, com atribuição de pesos diferentes para cada indicador, de acordo com a sua relevância (peso) no *score* final do índice. Cabe ressaltar a importância da atribuição de pesos diferentes para cada variável, que devem ser relativizados de acordo com as características próprias de cada território analisado, no nosso caso, a área urbana de Santa Maria, RS. Para isso, foi utilizado o método chamado Método de Análise Hierárquica, *Analytic*

Hierarchy Process (AHP), desenvolvido em meados da década de 1970 pelo pesquisador americano Thomas L. Saaty (RIBEIRO e ALVES, 2016).

O Método de Análise Hierárquica é empregado através da criação da chamada “matriz de comparações par a par”, no qual cada variável é comparada entre si. Para a comparação par a par, é utilizado a escala absoluta de Saaty (1987), que define a importância de cada peso, assim como a justificativa para cada nota atribuída, conforme pode ser identificado no quadro 2. Em primeiro lugar se deve buscar o julgamento conceitual e, em seguida, a conversão para a escala numérica a fim de registrá-la na matriz (RIBEIRO e ALVES, 2016).

Quadro 2: Escala absoluta de Saaty, com importância dos pesos.

Escala numérica	Escala Conceitual	Descrição
1	Igual	Os dois elementos comparados contribuem igualmente para o objetivo
3	Moderada	O elemento comparado é ligeiramente importante ao outro
5	Forte	A experiência e o julgamento favorecem fortemente o elemento em relação ao outro
7	Muito Forte	O elemento comparado é muito mais forte em relação ao outro, e tal importância pode ser observada na prática
9	Absoluta	O elemento comparado apresenta o mais alto nível de evidência possível a seu favor
2, 4, 6, 8	Valores Intermediários	São utilizados quando o decisor sentir dificuldade ao escolher entre dois graus de importância adjacentes

Fonte: Ribeiro; Alves (2016) apud Saaty (1990). Adaptado pelo autor (2019).

A matriz de comparação par a par nos permitiu definir os pesos para cada um dos 5 indicadores selecionados. Após este processo, os pesos foram submetidos ao índice de consistência (IC), que mede o quão precisa foi a ponderação dos indicadores. De acordo com Oliveira et al (2015, p. 5):

Como regra geral, se o índice de consistência for menor do que 0.1, então há consistência para prosseguir com os cálculos do AHP. Se for maior do que 0.1 recomenda-se que julgamentos sejam refeitos (por exemplo, reescrevendo questões do questionário ou recategorizando elementos) até que a consistência aumente.

Para nossa escala de pesos, o índice de consistência mostrou-se satisfatório, com o computo final alcançando o valor de 0.008. Desse modo, os indicadores selecionados para o índice, posteriormente a atribuição de pesos pela matriz par a par, chegaram aos seguintes pesos, demonstrado no quadro 3.

Quadro 3: Indicadores com atribuição dos respectivos pesos.

Indicadores	Valor/Peso
Taxa de Alfabetização	0,45
Taxa de Pessoas sem rendimento nominal mensal e até ½ salário	0,24
Rendimento médio por domicílio particular permanente	0,16
Taxa dos domicílios particulares permanentes com 5 ou mais moradores	0,05
Taxa dos domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via vala	0,09

Fonte: IBGE (2010). Organização: o autor (2019).

Os indicadores padronizados e ponderados, foram agregados em um único índice de avaliação multicritério, através do método da combinação linear ponderada. Este método combina fatores através de uma média ponderada, dado que o somatório dos pesos e o *score* final é calculado na mesma escala dos *scores* normalizados (SILVA et al, 2008).

Finalmente, a quarta etapa consiste na modelagem dos dados, elaborada primeiramente com a utilização do programa *Microsoft Office Excel*, com a ferramenta de cálculos do *software*. Após a modelagem, os dados foram inseridos e analisados em Sistema de Informação Geográfica (SIG), utilizando o *software* QGIS.

Os resultados numéricos apresentados no índice de privação social da cidade de Santa Maria serão relativizados e contextualizados em relação às localizações dos mesmos, tendo em vista que um mesmo *score*, como demonstra Sen (2010), não representa uma mesma escala de privação. Isto é, a busca pela natureza relativa da privação, conforme apontam Runciman (1966), Townsend (1979) e Sen (1981); (2010), deve ser efetuada por meio da contextualização geográfica e discutida através dos usos do território urbano de Santa Maria, pois, o IPS pode apontar os mesmos valores para dois bairros distintos da cidade, entretanto, são os usos destes territórios que definem os graus e os tipos de privação destas áreas.

2.3 Dados secundários relativos aos usos do território

Foram consultados os trabalhos científicos, principalmente dissertações e teses de doutorado no campo da Geografia e áreas próximas, que investigaram sob diferentes vieses, o território urbano da cidade. Estes estudos fornecem dados que nos permitem o entendimento maior sobre a formação socioespacial de Santa Maria, identificando os objetos e as ações (SANTOS, 2006), que determinam a realidade social urbana da cidade atualmente.

Os trabalhos anteriores, utilizados como fonte de dados secundários, foram sistematizados no quadro 4, divididos por título, autor, ano e instituição em que a pesquisa foi realizada.

Quadro 4: Trabalhos utilizados para coleta de dados secundários.

Título	Autor	Ano	Instituição
O papel de Santa Maria como centro de drenagem da renda fundiária	Lilian Hahn Mariano da Rocha	1993	UFSC
Padrão Locacional da Estrutura Social: Segregação Residencial em Santa Maria - RS	Lilian Hahn Mariano da Rocha	2012	UFSC
Expansão urbana de Santa Maria: uma avaliação da adequabilidade do uso do solo	Sandra Ana Bolfe	1997	USP
Transformações do Espaço Urbano de Santa Maria/RS - e sua região	Sandra Ana Bolfe	2003	USP
Crescimento urbano simulado para Santa Maria – RS	Eduardo Saurim	2005	UFRGS
O crescimento urbano por extensão e suas repercussões em estruturas urbanas: estudo de caso: Santa Maria – RS	Gian Franco Salamoni	2008	UFRGS
A Dinâmica da violência criminal no espaço urbano de Santa Maria – RS	Eliane Melara	2008	UFRGS
Formas atuais de exclusão residencial no espaço urbano de Santa Maria – RS: uma análise dos condomínios horizontais fechados e das áreas ocupadas de forma irregular	Thayse Cristiane Severo do Prado	2010	UFSM
Segregação Residencial por índices de dissimilaridade, isolamento e exposição, com indicador renda, no espaço urbano de Santa Maria - RS, por Geotecnologias	Thayse Cristiane Severo do Prado	2012	UFSM
Verticalidades e horizontalidades nos usos do território de Santa Maria - RS	José Odim Degrandi	2012	UNISC

Territórios da Saúde: processo de territorialização das estratégias saúde da família (ESF), na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil	Paloma da Silva Savian Rivaldo Mauro de Faria	2017	UFSM
A territorialização da atenção primária à saúde do SUS: avaliação dos resultados práticos implementados numa cidade da região sul do Brasil	Rivaldo Mauro de Faria	2018	UFSM
Territórios da privação social na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul	Rivaldo Mauro de Faria Paloma da Silva Savian Dinara de Vargas	2019	UFSM

Elaboração: o autor (2019).

Além dos trabalhos científicos, a legislação urbana da cidade também foi consultada, sobretudo o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Santa Maria (SANTA MARIA, 2018), que atuam como importantes instrumentos de gestão e ordenamento do território urbano do município.

2.4 Dados primários: observação sistemática e coleta de dados em campo

Os dados primários foram coletados através do trabalho de campo, essencial para este estudo. Dessa maneira, amparado com o índice de privação social do território urbano de Santa Maria, foram empregados em campo elementos do método de pesquisa observacional, o qual foi fundamental para a compreensão dos grupos sociais e dos territórios de privação social de Santa Maria. De acordo com Faria (2012, p. 7), “o método observacional é uma técnica simples e eficiente para se reconhecer os usos e variações do território”, podendo ser apontado como observação e registro sistemático de trabalho de campo, seja em caderno de notas ou como um fichamento roteirizado de campo (MINAYO, 2000).

Ressalte-se que o método observacional não consiste apenas em ver e ouvir fatos e fenômenos, o que possibilita a descrição minuciosa dos mesmos, mas sim examinar, analisar e estabelecer relações entre esses mesmos fatos e fenômenos (FARIA, 2012, p. 312).

Desse modo, a observação e o registro sistemático de campo, deu-se com base na metodologia empregada por Faria (2012), no trabalho “A territorialização da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde: perspectiva de adequação aos perfis do território urbano de Pouso Alegre – MG”, adaptada e rearranjada para o território urbano de Santa Maria. Nesse sentido, para o registro sistemático dos usos e variações do território (FARIA, 2012), alguns aspectos devem ser observados, principalmente a categoria de análise utilizada, ou seja, o território usado, na concepção delineada por Santos (1994); (1996); (2000). Para Faria (2012,

p. 314), “[...] deve-se procurar entender os usos tendo em vista o caráter inseparável e sistêmico entre objetos (a materialidade) e a vida que os anima (as ações)”.

Cabe salientar, o território usado é muito mais que mera categoria, mas o conceito central do estudo, inserindo-se no que podemos chamar de vertente teórica, que tem como pressuposto a transformação do espaço a partir dos usos que as técnicas proporcionam ao território, ao longo do tempo (anos, décadas, séculos, etc). Como coloca Milton SANTOS (1988 [1982]⁷), em conferência apresentada em 1982, publicada em 1988, “[...] as noções de espaço e de tempo se conjugam”, e complementa:

Isto é fundamental para podermos interpretar a sequência das relações entre o homem e a natureza, as formas de sucessão das forças produtivas e das relações de produção ligadas à história de uma determinada área: esse método é o único que nos permite definir corretamente uma sociedade e um espaço (SANTOS, 1988, p. 10).

Sendo assim, para identificar como cada fração do território se insere no contexto da economia urbana (FARIA, 2012), três conjuntos de abordagens, adaptados do trabalho de Faria (2012), foram considerados: i) divisão territorial do trabalho, ii) espaços da rapidez e da lentidão e iii) a dimensão espacial do cotidiano (espaço banal) e a corporização do território.

A seguir (quadro 5), o guia de observação, com os critérios para registro em caderno de campo definidos, construídos com base na metodologia empregada por Faria (2012).

Quadro 5: Critérios utilizados para observação de campo.

Modos de usos do território		Descrição
i)	Usos do solo predominantes	Aspectos mais relevantes a respeito dos usos residencial, industrial, comercial e de serviços, os institucionais e os usos múltiplos. Segundo Faria (2012, p. 315), nesta categoria, “é importante destacar também a densidade populacional e habitacional de cada área e ponto de observação respectivamente.”
II)	Condições de moradia	Descrição dos modos de ocupação residencial. Torna-se importante identificar o caráter precário ou não das moradias, assim como a homogeneidade ⁸ espacial dos modos de habitação (FARIA, 2012).
III)	Condições socioambientais	Descrição sobre as condições ambientais gerais: arborização, lixo, ruído, presença de alagamentos, proximidade de rios e encostas, sistema de esgoto, abastecimento de água. É importante a associação entre as condições físico-ambientais e a moradia, tendo em vista que nem sempre a ocupação de morros ou encostas, por exemplo, será feita por população de baixa renda. “O que determina os modos e lugares de ocupação é a dinâmica própria da reprodução das relações capitalistas

⁷ Conferência apresentada ao 5º Encontro Nacional de Geógrafos, Porto Alegre, 1982.

⁸ Segundo Corrêa (2004), no espaço urbano capitalista, as áreas de alta renda, assim como as de baixa renda, tendem a apresentar certa homogeneização espacial, provocada, principalmente pela ação do mercado imobiliário.

	de produção do território urbano. Ressalte-se que as condições ambientais são antes condições sociais, deve-se buscar essa associação” (FARIA, 2012, p. 316).
IV) Condições de infraestrutura	Condições de equipamentos urbanos como ruas (pavimentação ou sem pavimentação), presença de equipamentos públicos, como escolas, praças e áreas verdes, serviços de saúde. Ainda a presença de equipamentos de transporte como estações, aeroportos, locais de passageiros e cargas, etc.
V) Rapidez e lentidão	“É importante observar a capacidade que cada ponto tem de acolher esses vetores, embora essa não seja uma tarefa fácil” (FARIA, 2012, p. 317). Os espaços da rapidez, como coloca Santos (2006), se caracterizam por ser centros de comando, portanto, ocupam lugar de destaque na divisão territorial do trabalho. Ou seja, os espaços da rapidez são reproduzidos, na maioria das vezes, através das ações das verticalidades, cujas atividades são determinadas de maneira externa, de fora e de longe (SANTOS, 2004). Os espaços da lentidão, por sua vez, abrigam logicas ligadas as horizontalidades, as quais, são determinadas pelas relações de contiguidade.
VI) Relações de trabalho	“As relações de trabalho são dadas pelo modo como cada fração do território se insere no contexto da economia urbana” (FARIA, 2012, p. 317). Algumas áreas da cidade tendem a concentrar determinadas atividades urbanas, por exemplo, as áreas centrais, que, normalmente são ligadas ao comércio e serviços, diferente de áreas periféricas, que abrigam atividades industriais, bairros residenciais, além de áreas híbridas.

Fonte: Adaptado de Faria (2012). Organização: o autor (2019).

O processo de seleção dos dados coletados em campo, deu-se com base na metodologia utilizada por Rocha (2011), no levantamento de dados da Infraestrutura Urbana Geral de Santa Maria, referentes a Tese de Doutorado da autora⁹, que investigou a segregação residencial na cidade. Desse modo, para cartografar os usos do território urbano de Santa Maria, foram levantados dados a respeito da infraestrutura da área urbana do município, sendo eles divididos em oito categorias: equipamentos escolares, equipamentos de saúde, equipamentos de segurança, equipamentos de recreação, equipamentos de transporte e equipamentos comerciais. As informações levantadas em campo estão sistematizadas no quadro 6. O levantamento destes

⁹ Padrão locacional da estrutura social: segregação residencial em Santa Maria. Lilian Hahn Mariano da Rocha; orientadora, Leila Christina Duarte Dias. - Florianópolis, SC. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2011.

equipamentos urbanos foi importante para o entendimento dos diferentes níveis de privação na área urbana de Santa Maria.

Quadro 6: Dados coletados em trabalho de campo.

Equipamentos	Detalhamento
Equipamentos escolares	Escolas Municipais de Ensino fundamental, Escolas Estaduais de Ensino Médio e Fundamental, Maternais, Jardins de Infância e Instituições de Ensino Superior
Equipamentos de saúde	Hospitais, pronto socorros, postos de saúde, clínicas médicas, farmácias
Equipamentos de segurança	Postos policiais, bombeiros, polícia civil
Equipamentos de recreação	Praças
Equipamentos de transporte	Rodoviárias, pontos de ônibus
Equipamentos comerciais	Centros comerciais, galerias, <i>shoppings centers</i> , supermercados, lojas, agências bancárias
Equipamentos militares	Unidades do Exército, Força Aérea, vilas militares, campos de treinamento, residenciais militares
Equipamentos industriais	Unidades industriais gerais

Fonte: Adaptado de Rocha (2011). Organização: o autor (2019).

Como instrumentos usados para a coleta dos dados em campo, além do diário de campo, utilizou-se máquina fotográfica Sony Nex C3, aparelhos de GPS Garmin Etrex, mapa do IPS de Santa Maria, imagem de satélite das áreas, mapas das Regiões Administrativas (RA) e das ocupações irregulares na área urbana, fornecidos pelo Instituto de Planejamento de Santa Maria (IPLAN - SM).

Somaram-se ao total 20 trabalhos de campo, ao longo dos 2 anos de pesquisa, cujas áreas foram selecionadas através da verificação do IPS de Santa Maria e a identificação dos territórios de privação social na cidade. No primeiro momento, empregou-se o que podemos chamar de “incursão exploratória” no território urbano de Santa Maria, realizando, de certa maneira, o que autores como Marcelo Lopes de Souza denominam como “olhar de sobrevo” (SOUZA, 2007). Cabe mencionar que nos valem do termo “olhar de sobrevo” não no sentido estritamente do Estado, do olhar limitado, visto de longe e de fora, como coloca Souza (2007), mas na perspectiva de olhar as partes em conjunto, assim como os objetos e as ações de forma integralizadas. Ou seja, o olhar de sobrevo [...] “permite que se ganhe uma perspectiva que é imprescindível e insubstituível: aquela que permite uma “noção de conjunto”, que faculta a apreensão das “grandes linhas”” (SOUZA, 2007, p. 111).

No segundo momento, adentrou-se nos territórios de privação, a nível de escala intra-urbana, para registro sistemático de campo, levantamento de dados, assim como o registro fotográfico das áreas. O quadro e o mapa com a sistematização dos trabalhos de campo constam no apêndice A.

3 POBREZA, PRIVAÇÃO E TERRITÓRIO

3.1 A pobreza na teoria social do século XVIII e XIX: uma breve introdução

Durante muito tempo, buscou-se, no campo das ciências humanas, a construção de conceitos que expressassem as desigualdades sociais e a pobreza das populações nas cidades. É bem verdade, também, que os estudos clássicos, sobretudo os de economia política iniciados no século XVIII buscavam compreender prioritariamente as dimensões econômicas do processo. Pode-se dizer que Adam Smith (1723 – 1790), em sua obra clássica “*A Riqueza das Nações*”, por exemplo, abordou sobre muitas questões relacionadas a pobreza e a desigualdade econômica, embora isso tenha sido feito de forma tangencial, da perspectiva da economia política. David Ricardo (1772 – 1823), da mesma maneira, buscou entender o crescimento econômico e sua distribuição por entre as classes sociais, no entanto, assim como Smith, também do ponto de vista da economia política.

Anterior a Smith e Ricardo, no século XVII alguns filósofos iluministas já arriscavam uma abordagem acerca do desenvolvimento desigual das civilizações, através de certo determinismo geográfico. São exemplos os filósofos franceses Montesquieu, Voltaire e Buffon, os quais Ratzel, mais tarde em sua *Antropogeografia*, denominara como filósofos climatistas¹⁰ (RATZEL, 1990).

Outro exemplo é Thomas Malthus (1766 – 1834), que discute a pobreza a partir do crescimento da população e da possibilidade de escassez dos meios de subsistência. De acordo com a teoria de Malthus (1982, p. 56), dois postulados deveriam ser considerados no paralelo entre a produção de alimentos e o crescimento populacional: “[...] primeiro: que o alimento é necessário à existência do homem. Segundo: que a paixão entre os sexos é necessária e permanecerá aproximadamente em seu presente estado”.

A teoria Malthusiana ganhou grande importância, em meados do século XVIII, em um contexto de intenso aumento populacional nos países Europeus, sobretudo a Inglaterra, com o desenvolvimento da primeira Revolução Industrial. Malthus (1982) expõe alguns dos aspectos que permeiam o acelerado crescimento populacional, que o autor chama de “obstáculos” positivos e preventivos. Os obstáculos positivos seriam a fome, a desnutrição, as epidemias, as doenças, as pragas, as guerras, que atuariam no controle da população, e os obstáculos preventivos caracterizados pelas práticas anticoncepcionais, no sentido da redução da natalidade.

¹⁰ Friedrich Ratzel (1844-1904) atribuiu o termo “filósofos climatistas” aos filósofos clássicos do século XVIII que buscaram compreender o desenvolvimento das civilizações humanas a partir de análises com pouco rigor científico e conteúdo geográfico.

O trabalho científico de Malthus, de certa maneira, trazia consigo traços morais e conservadores da época. Isso pode ser bem observado quando o autor argumenta que a lei de amparo aos pobres na Inglaterra, as chamadas *Poor Laws*¹¹, se tornariam um malefício para todo o conjunto da sociedade.

Malthus (1982, p. 77):

[...] As leis inglesas de amparo aos pobres tendem a deprimir a condição geral dos pobres das duas seguintes maneiras. Sua primeira tendência óbvia é aumentar a população sem aumentar a comida para seu sustento. [...] Em segundo lugar, a quantidade de provisões consumidas nas casas de trabalho por uma parte da sociedade que não pode, em geral, ser considerada como a mais valiosa diminui a porção que, de outra forma, pertenceria a membros mais industriosos e valiosos e, assim, da mesma maneira, força mais gente a se tornar dependente.

Este raciocínio de Malthus inspirou adeptos na ciência, na metade do século XX, quando a explosão demográfica iniciava seu percurso nos países do terceiro mundo, o que ficou conhecido como neo-malthusianismo. De fato, muitos teóricos desenvolveram estudos que abarcam determinadas dimensões da pobreza, entretanto, a pobreza, na maioria destes estudos não estava no foco central de análise. A riqueza, nesse contexto, ainda era muito mais investigada do que a pobreza, embora, se tratem de processos indissociáveis.

No século XIX, as ciências humanas passam a ganhar força na Europa. A Sociologia, em especial, passa a se preocupar com os problemas relativos a urbanização e a industrialização, sobretudo na Inglaterra. A obra de Friedrich Engels (1820 – 1895) “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”, publicada em 1845, é considerada um marco nos estudos sociais urbanos. Outros nomes deste período também devem ser mencionados, como o do francês Frederic Le Play (1806 – 1882), que possui grande influência na evolução dos métodos das ciências sociais, assim como o nome de Henry Meyhew (1812 – 1887), pesquisador social inglês, autor de uma série de artigos a respeito das condições de miséria e privação dos trabalhadores da Londres Vitoriana.

Cabe destacar que no campo da literatura inglesa do século XIX, principalmente na Era Vitoriana, a pobreza também estava sendo abordada em inúmeras obras que descreveram as condições de vida da população da Inglaterra naquele contexto. Charles Dickens, por exemplo,

¹¹ A lei dos pobres foi criada em 1601, se constituiu em uma série de medidas tomadas na Inglaterra, que culminaram com a formação de casas de trabalho (*workhouses*) para os pobres, organizadas pela coroa inglesa em associação com o parlamento. As *workhouses* ficavam sob a tutela de religiosos, que se encarregavam de atribuir um ofício a população miserável, inseri-los na fé religiosa, além de abrigo e alimentação. Segundo relatos de Engels (2008), em prática, as *workhouses* se constituíam em espaços repugnantes, no qual, um cidadão somente a procurava em caso de extrema urgência (ENGELS, 2008).

nos romances “*Tempos Difíceis*” e “*Oliver Twist*”, descreve a precariedade da vida nas cidades industriais inglesas no século XIX, sobretudo Londres.

Entretanto, dentro do campo científico, a grande discussão na Inglaterra, até o século XIX, pairava em identificar se a pobreza se tratava de uma questão de ordem moral, consequência da falta de vontade e de “sentido de responsabilidade” dos pobres, ou, ainda, segundo Schwartzman (1997, p. 8), “[...] o efeito inevitável do desenvolvimento da economia industrial e de mercado”. De fato, continua o autor:

A obsessão inglesa com o tema a partir da Revolução Industrial, manifestada pela complexa legislação das *poor laws* e o grande debate a ela associado, tem como origem os efeitos combinados da grande expansão demográfica e o processo de esvaziamento dos campos, que jogaram milhares de pessoas nas cidades, em condições extremas de privação e pauperismo (SCHWARTZMAN, 1997, p. 8).

Coube a Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), através da análise da reprodução do capital, identificar os processos que envolvem a pobreza, mediante a exploração da classe trabalhadora e pela reprodução do capital. Através do materialismo histórico dialético, Marx e Engels construíram uma série de conceitos que evidenciam as contradições do sistema capitalista, como o conceito de mais valia ou do exército industrial de reserva, fundamentais na teoria marxista.

O exército industrial de reserva, segundo Marx (1989), pode ser considerado como condição intrínseca à economia capitalista e a capacidade do sistema em produzir desemprego. Em outras palavras, o exército industrial de reserva corresponde à força de trabalho excedente da produção, pois, dentro da economia capitalista, como afirmou Marx (1989, p. 731), sempre haverá “uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”.

Esse processo ocorre em situações em que as modernizações atuam nos setores produtivos, a exemplo das novas tecnologias agrícolas e industriais, que reorganizam as formas de produção ao se utilizarem menos da força de trabalho, gerando desemprego de muitos trabalhadores. Desta maneira, torna-se possível identificar a reprodução constante do exército de desempregados ou de reserva.

O exército industrial de reserva nada mais é do que uma parcela da população privada socialmente de ocupação ou emprego formal, condição essa, segundo Marx (1989), intrínseca ao capitalismo. Karl Marx observou que a medida em que se desenvolvia o capitalismo industrial inglês, ocorre um processo que o autor chama de superpopulação relativa, que é a tendência histórica do aumento da produção do capital, ao mesmo tempo em que ocorre uma diminuição gradual da força de trabalho necessária. Portanto, o exército industrial de reserva

contribui com o sistema capitalista de duas maneiras, ou seja, fornecendo mão de obra numerosa, nos momentos de ampliação de produção, bem como, com o controle dos salários, pois com a alta taxa de desempregados constante, a tendência era a competição entre os trabalhadores e a redução salarial. Cabe destacar, ainda, nesse segundo quesito, que a competição entre os trabalhadores inibia também qualquer indício de revolta ou questionamento com relação as condições de trabalho. Com relação ao exército industrial de reserva, Marx (1996, p. 262-263) examina:

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa.

A urgência de políticas assistencialistas (*workhouses*) as camadas mais pobres da Inglaterra, demonstram as transformações pelo qual o território britânico enfrentou a partir da Primeira Revolução Industrial. Do ponto de vista numérico, cidades industriais como Bradford e Huddersfield, segundo os dados de Engels (2010), no período entre 1801 e 1831, mais que dobraram seu número de habitantes, passando de 29 mil para 77 mil, e de 15 mil para 34 mil, respectivamente. Outras cidades, como Halifax, Leeds e todo o Conjunto do West Park também obedeceram a essa tendência. Em outros dados deste contexto, Guimarães (2008) identifica o aumento populacional de Londres, a qual contava com 676 mil habitantes, em 1750, e quase ao dobro deste número, com mais de 1 milhão de habitantes, em 1820. “Mais de uma terça parte da população da Inglaterra residia em cidades de mais de 5 mil habitantes à altura da metade do século XIX quando no meio do século XVIII não passava de uma quinta parte” (GUIMARÃES, 2008, p. 48).

Embora Marx tenha construído grande parte dos conceitos, e analisado a ação do sistema capitalista sobre as classes sociais da época, foi Engels quem melhor descreveu a pobreza nas cidades inglesas, sobretudo Londres. O teórico alemão realizou um importante trabalho empírico sobre a situação das classes trabalhadoras na Grã-Bretanha, identificando as transformações que ocorriam nas cidades industriais inglesas, principalmente nos bairros operários londrinos. Cabe ressaltar que em Londres, na metade do século XIX, o capitalismo industrial se reproduzia extraordinariamente, trazendo os mais diversos problemas socioespaciais. Como o próprio autor coloca, “essa imensa concentração, essa aglomeração de 2.5 milhões de seres humanos num só local, elevou Londres à condição de capital comercial do mundo” [...] (ENGELS, 2010, p. 69).

Apesar dos estudos de Engels não tratarem especificamente da pobreza, o autor trouxe muitos elementos importantes que demonstram a pauperização e a privação enfrentada pelas classes baixas na Inglaterra, além de denunciar as condições de vida dos trabalhadores industriais. Trechos como o seguinte, descrevem de maneira bem destacada a pobreza urbana nos bairros de classe baixa na Inglaterra naquele período:

todas as grandes cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha. na Inglaterra, esses “bairros de má fama” se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chamam-se *cottages* e normalmente constituem em toda a Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias – onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar a roupa (ENGELS, 2010, p. 70).

Segundo Corrêa (2004), nestes estudos Engels já demonstraria padrões de segregação residencial urbana, teorizados e aplicados por Burgess no século XX, no qual, a elite passa a se deslocar para áreas periféricas, enquanto as áreas centrais são desvalorizadas e ocupadas por famílias pobres, além de pessoas solteiras, imigrantes, operários das indústrias, etc. (CORRÊA, 2004). Engels ainda desenvolveria o estudo chamado “*Sobre a questão da moradia*”, publicado em 1873, no qual, o autor trata da questão da habitação na Alemanha, atribuindo críticas para as soluções apontadas por alguns autores, sobretudo o anarquista francês Proudhon.

A importância de “*Sobre a questão da moradia*”, diz a respeito da crítica do autor às medidas tomadas pela burguesia capitalista para com a questão da habitação, no que se refere o acesso à moradia pela classe trabalhadora. O autor aponta, embora a construção de habitação seja um negócio lucrativo para as classes capitalistas, elas o eram feitas de maneira precária, em sentido de infraestrutura.

Engels (2015, p. 89) argumenta “que a instalação de moradias para trabalhadores é capitalisticamente rentável, mesmo quando não se pisa encima de todas as leis sanitárias”. Em trecho posterior, o autor aponta que a resposta real para essa pergunta deve ser entendida da seguinte maneira: “o capital – isso está definitivamente constatado – não quer eliminar a escassez de moradia, mesmo que possa. Restam apenas dois recursos: a ajuda mútua dos trabalhadores e o auxílio do Estado (ENGELS, 2015, p. 90).

Dessa maneira, torna-se possível observar que a sociologia e a economia, desde o final do século XVIII, vem tratando, embora de forma tangencial, a pobreza. Malthus, por exemplo, relacionou a problemática da pobreza ao aumento populacional, em detrimento da escassez da produção de alimentos. Outros autores, como Adam Smith, analisaram a riqueza das nações, do ponto de vista da economia liberal, além de Marx e Engels, que associaram a precarização das condições de vida da população, especialmente da classe trabalhadora, a reprodução do capital.

Em contrapartida, dentro da geografia moderna, os estudos envolvendo a pobreza, eram praticamente inexistentes no século XIX. Isto é, a Geografia Tradicional, como uma ciência positivista a serviço do Estado, se caracterizou por ser uma Geografia pouco social, portanto, a pobreza é uma lacuna nos estudos geográficos deste contexto, assim como a fome. Contudo, neste meio, o geógrafo anarquista Élisée Reclus (1830-1905) deve ser identificado como uma exceção, apesar de sua obra ter permanecido obscurecida por longo tempo.

Reclus pode ser considerado o primeiro geógrafo ligado a investigação dos problemas sociais, os impactos ligados a modernização industrial e do capitalismo, além de estabelecer uma visão crítica com relação ao colonialismo e a escravidão. Embora negligenciado dentro da própria ciência geográfica, a obra de Reclus possui escritos fundamentais com relação as contradições sociais, além de um vasto material a respeito da degradação ambiental e problemas socioambientais. A chamada “geografia social” do teórico francês, pode ser identificada em artigos como os que abordam a escravidão no sul dos Estados Unidos, resultado da realidade presenciada pelo autor quando esteve no país, entre 1852 e 1856. O texto de Reclus se chama "*Da escravidão nos Estados Unidos*", dividido em duas partes: *I. O código negro e os escravos* e *II. Os plantadores e os abolicionistas*, publicados em 1860 e 1861 respectivamente.

Enquanto nos estados do Norte as propriedades multiplicam-se ao infinito, como na França, os vastos domínios do sul tendem a aumentar cada vez mais, e os pequenos habitantes são obrigados, uns após os outros, a recuar diante dos ricos plantadores, seguidos de seus rebanhos de negros. A instituição da escravidão produz nos Estados Unidos os mesmos resultados sociais que o morgado na Inglaterra. A cultura teve o tempo de conquistar o solo das terras virgens e as pequenas propriedades já são absorvidas pelas grandes propriedades feudais (RECLUS, 2010, p. 121).

Élisée Reclus deixou uma extensa obra, dedicando-se a análises detalhadas de geopolítica, além de descrições minuciosas de diversas regiões do planeta, que resultaram em suas maiores obras de geografia: *La Terre. Description des phénomènes de la vie du globe* concluída em 1869 e *Nouvelle Géographie Universelle. La Terre et les hommes*, publicada entre 1875 e 1892 em fascículos quinzenais. Sobre a “*Nouvelle Géographie Universelle*”, Zaar

(2015) coloca que a mesma abrange quase 18.000 páginas e 4.290 mapas, distribuídos em dezenove volumes.

Segundo Zaar (2015, p. 49-50) o autor:

Analisa diferentes zonas geográficas nos seus aspectos físicos, humanos e econômicos, vinculando a desigualdade social à estrutura econômica vigente, ao processo imperialista europeu e consequente colonialismo, ao qual teceu duras críticas.

Outro geógrafo anarquista deste período foi Piotr Kropotkin (1842-1921), que desenvolveu trabalhos de relevância, com temas ligados a cooperação voluntária e a ajuda mútua. Através destes temas, Kropotkin propunha uma explicação científica anticapitalista de que a ajuda mútua e a cooperação entre os povos compunham a ordem natural dos processos. Conforme Springer (2016, p. 167) salienta “[...] o capitalismo seria uma afronta à liberdade humana ao promover o privilégio, a escassez e a pobreza”.

Outros autores dentro do contexto da Geografia Tradicional, de alguma maneira, abordaram sobre as desigualdades territoriais e aspectos geográficos da pobreza, como é o caso de Alexander Von Humboldt (1769-1859), que além da geografia física, desenvolveu uma geografia extremamente detalhada em termos de população, economia e sociedade (KOHLHEPP, 2006). Entretanto, a investigação tendo como objetivo principal a pobreza e sobretudo a pobreza nas cidades, dentro da Geografia Tradicional, não esteve em destaque.

Assim, somente no início do século XX surgem pesquisas que desenvolvem conceitos para compreender a situação dos grupos sociais urbanos. No entanto, essas pesquisas, de modo geral, ainda não estavam no campo da Geografia científica, cabendo a outras ciências a identificação destes processos urbanos, sobretudo a Sociologia. A próxima seção será dedicada a exploração um pouco mais apurada sobre estas questões.

3.2 Algumas abordagens e conceituações para compreensão da pobreza e das desigualdades socioespaciais urbanas no século XX

No século XX, as ciências humanas, como a Sociologia, a Geografia e a Economia passaram a tratar de fenômenos como a pobreza e a pauperização das sociedades através de conceitos variados, que expressavam dimensões distintas da pobreza urbana. Conceitos como o de segregação social, segregação urbana ou segregação socioespacial foram muito difundidos dentro da Sociologia e da Geografia, que neste momento, buscavam respostas para as desigualdades sociais e socioespaciais crescentes, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos deste período.

A segregação é considerada um conceito tradicional da Geografia, retratada através das estruturas espaciais da cidade, ou seja, da organização das classes sociais no espaço, as quais foram representados através de modelos matemáticos de segregação urbana ou residencial. O primeiro modelo de segregação residencial, de acordo com Corrêa (2004), foi desenvolvido pelo geógrafo alemão J. G. Kohl¹², em 1841, no qual a cidade é dividida em anéis concêntricos, com a população de alto *status* vivendo no centro, enquanto a de baixo *status* na periferia. No entanto, segundo Corrêa (2004), o modelo de Kohl generalizou a forma como os grupos sociais estavam distribuídos nas cidades da Europa, em um contexto de sociedade pré-industrial, em que os efeitos do capitalismo sobre a organização espacial não se faziam sentir plenamente.

Segundo Kohl a cidade era marcada pela segregação da elite junto ao centro, enquanto na periferia viviam os pobres. A lógica deste padrão residia no fato de que, na metade do século XIX, assim como anteriormente, a mobilidade intra-urbana era muito limitada e a localização junto ao centro da cidade constituía uma necessidade para a elite porque ali se localizavam as mais importantes instituições urbanas: o governo, através do palácio, a Igreja, as instituições financeiras e o comércio a longa distância. A localização central da elite se devia, pois, a uma questão de acessibilidades as fontes de poder e de prestígio (CORRÊA, 2004, p. 67-68).

Este padrão de segregação residencial, que mais tarde ficou conhecido como modelo de Kohl-Sjoberg, pôde ser identificado em diversas cidades importantes no século XIX, como Moscou, onde Kohl realizou estudos, também nas cidades africanas do período colonial, o sul dos Estados Unidos anteriormente a Guerra da Secessão, etc., (CORRÊA, 2004).

No entanto, os estudos de segregação urbana ganham destaque no campo da pesquisa social, com os sociólogos da chamada Escola de Sociologia Chicago. Assim ficou conhecido o grupo de professores da Universidade de Chicago, que na década de 1920 desenvolveram um vasto acervo de pesquisas nos campos da Sociologia e da Psicologia Social, tendo a cidade de Chicago como principal área de estudo.

A Escola de Chicago possuiu forte influência no meio científico nas primeiras décadas do século XX, com estudos baseados metodologicamente em princípios da ecologia, o que ficou conhecido como ecologia humana (PARK et al, 1967). Por meio destes métodos, os sociólogos da Universidade de Chicago, com destaque ao nome de Robert E. Park (1864-1944), investigaram os fenômenos urbanos daquele contexto nas grandes cidades norte americanas. Park et al. (1967) identificam que “na verdade, todas as coisas que tendem a ocasionar a um

¹² Johann Georg Kohl (1808-1878) foi um historiador e geógrafo alemão, suas teorias sobre o desenvolvimento de cidades esféricas, são consideradas referências importantes para os primórdios da geografia urbana. Publicou diversas obras com relatos de viagens, além de trabalhos históricos sobre os Estados Unidos. No campo da geografia, duas obras de Kohl devem ser mencionadas: *Der Verkehr und die Ansiedlungen der Menschen in ihrer Abhängigkeit von der Gestalt der Erdoberfläche* e *Die geographische Lage der Hauptstädte Europas*.

mesmo tempo maior mobilidade e maior concentração de populações urbanas, são fatores primários na organização ecológica da cidade” (PARK et al, 1967, p. 2, tradução nossa)¹³.

Os pesquisadores da Escola de Chicago buscaram a relação de equilíbrio ecológico entre os elementos da cidade, estabelecendo uma espécie de paralelo entre o desenvolvimento natural dos habitats e o urbano. Uma das teorias mais difundidas desta escola diz a respeito das zonas de criminologia nas cidades, definidos por “espaços geográficos com determinadas características que, em tese, não só explicariam o crime como também a sua própria distribuição nestas áreas” (VIANA, 2015, p. 168).

Park et. al., (1967, p. 10) discutem sobre alguns aspectos da segregação urbana nas cidades norte americanas da seguinte maneira:

Distâncias física e sentimental reforçam uma à outra, e as influências da distribuição local da população participam com as influências de classe e raça na evolução da organização social. Toda cidade grande tem suas colônias raciais, tais como as Chinatowns de São Francisco e Nova York, a Little Sicily de Chicago, e vários outros tipos menos pronunciados. Em acréscimo a estas, a maioria das cidades tem seus distritos de vício segregados, tais como o que até recentemente existiu em Chicago, seus pontos de encontro para criminosos de vários tipos (tradução nossa)¹⁴.

Dessa maneira, é possível identificar a importância da geografia das cidades nos estudos da Escola de Chicago, para os quais a organização espacial da cidade atua como fator determinante na formação de determinados fenômenos sociais urbanos. É neste contexto que Ernest W. Burgess (1886 – 1966) elabora o padrão espacial urbano utilizado pela Escola de Chicago, chamado de “modelo de zonas concêntricas” (BURGESS, 1935).

Assim como o modelo de Kohl, também configurado em círculos concêntricos, o padrão urbano de Burgess (1935), publicado originalmente na obra “*The City*”, de 1925, procurou evidenciar as mudanças no padrão do uso da terra, especialmente as diferenciações internas das cidades dos Estados Unidos e o seu crescimento urbano à luz da industrialização (BURGESS, 1935).

O modelo instituído por Burgess demonstra uma inversão nos padrões das classes sociais em relação ao de Kohl. Isso pode ser atribuído ao contexto em que Kohl desenvolveu seu modelo, em uma Europa pré-industrial, enquanto Burgess construiu o seu modelo em pleno

¹³ Nota de tradução: “All things, in fact, which tend to bring about at once a greater mobility and a greater concentration of the urban populations-are primary factors in the ecological organization of the city. The city is not, however, merely a geographical and ecological” (PARK et. al., 1967, p. 2).

¹⁴ Nota de tradução: “Physical and sentimental distances reinforce each other, and the influences of local distribution of the population participate with the influences of class and race in the evolution of the social organization. Every great city has its racial colonies, like the Chinatowns of San Francisco and New York, the Little Sicily of Chicago, and various other less pronounced types. In addition to these, most cities have their segregated vice districts, like that which until recently existed in Chicago, their rendezvous for criminals of various sorts” (PARK et. al., 1967, p. 10).

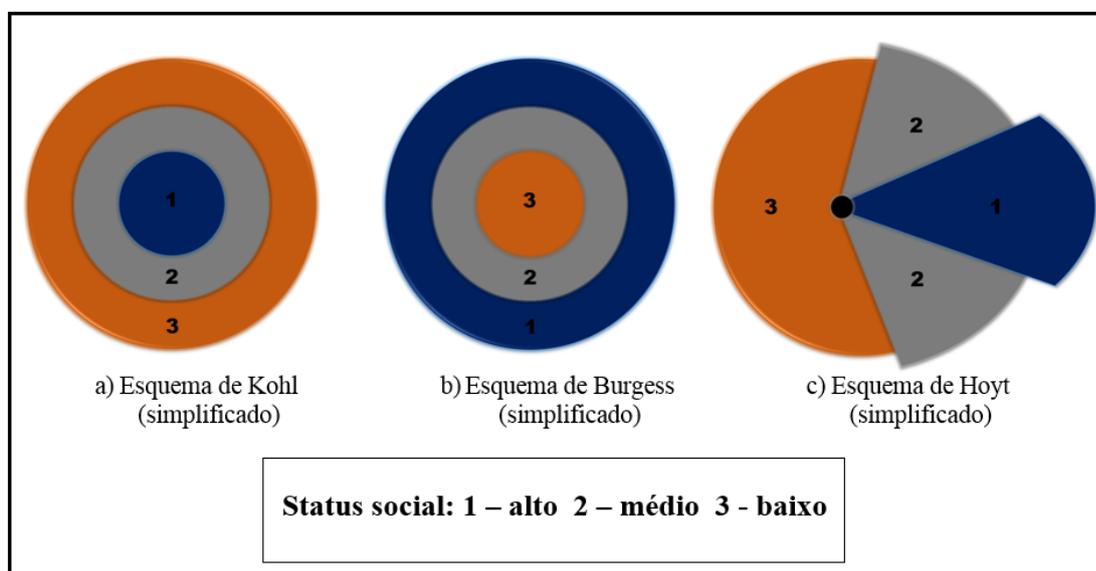
desenvolvimento industrial das cidades norte americanas, durante as primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, conforme mencionado anteriormente, com a crescente disponibilidade dos meios de transporte, as classes superiores adentram em um processo de suburbanização, rumando para as periferias, em contrapartida, os trabalhadores, muitos imigrantes de baixos estratos sociais, se confinavam nas áreas degradadas do centro, próximos aos empregos (BURGESS, 1935).

Além do modelo de Burgess, o modelo de Homer Hoyt (1895-1984) deve ser mencionado, este conhecido como modelo “setorial”. O modelo urbano de Hoyt se difere dos outros modelos, por não se utilizar de círculos concêntricos, substituindo pela configuração urbana através de setores, superando a visão dualista de “centro x periferia” e do padrão espacial de segregação formado por círculos que partem do centro em direção a periferia.

Na realidade, para Hoyt, a cidade toda é um círculo e da sua área central partem os setores. Dessa maneira, portanto, “a movimentação das classes socioeconômicas dentro dos setores residenciais serviu de base para que Hoyt reconhecesse que as áreas de alta classe determinam a estrutura residencial urbana [...]” (ROCHA, 2011, p. 79).

Os três padrões espaciais urbanos podem ser observados, de forma simplificada, na figura a seguir.

Figura 1: Modelos clássicos de segregação residencial urbana.



Fonte: Corrêa (2004). Elaboração: o autor (2018). Adaptado.

Dessa maneira, a segregação pode ser considerada um dos primeiros conceitos a retratar as desigualdades socioespaciais urbanas. A noção de segregação residencial, ou urbana, estabeleceu um elo de ligação entre a Geografia e a Sociologia, embora até a década de 1970, principalmente a Sociologia tenha se encarregado deste tema.

Na década de 1970 o pensamento marxista torna-se fundamental para os estudos urbanos, pois expôs os impactos da reprodução do capital no espaço e as consequências das mudanças no sistema econômico mundial ao longo do século XX. Autores como Manuel Castells, Jean Lojkine, Henri Lefebvre e David Harvey, produziram vasto material, abordando as consequências do capitalismo moderno para cidade, em consonância com os processos de industrialização-urbanização.

Manuel Castells na clássica obra “*A questão Urbana*”, analisa a distribuição das classes sociais no espaço urbano, e, identifica a segregação como:

a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia (CASTELLS, 1983, p. 210).

A segregação socioespacial, segregação urbana, ou ainda, segregação residencial, é um conceito fundamental no que diz a respeito a dimensão estrutural da pobreza urbana, além de identificar aspectos subjetivos da segregação. Com a evolução metodológica e epistemológica das ciências humanas ao longo do século XX, sobretudo a Geografia, com a incorporação do marxismo e também da fenomenologia, estes processos espaciais passaram a ser estudados em relação ao sistema econômico e político daquele período.

Para as cidades latino-americanas, os primeiros modelos de padrões locacionais foram desenvolvidos pelos geógrafos alemães Bähr e Borsdorf em 1976. Pouco tempo depois, outros autores também exploraram este modelo, modificando-o, como é o caso de Mertins e Gormsen, em 1981 (ROCHA, 2011). Nesse sentido, é possível identificar como o primeiro modelo de diferenciação socioespacial das metrópoles latino-americanas é o proposto por Bähr e Mertins (1983).

O modelo de Bähr e Mertins (1983) é delineado da seguinte maneira:

A delimitação das zonas e setores é feita segundo critérios qualitativos, levando em conta a qualidade do material da construção (residência), a forma da construção, as condições jurídicas do solo urbano e o status sócio econômico da população. O modelo identifica dois grandes grupos de bairros residenciais: 1 – bairros residenciais marginais ao centro, os quais estão subdivididos segundo a origem em três grupos: centro antigo da cidade; aqueles que surgem a margem do centro antigo, até mais ou menos a década de 1940; e, aqueles de formas ilegais e semilegais de posse e construção dentro desses dois grupos anteriores; 2 – bairros residenciais periféricos – com o desaparecimento da forma compacta da cidade da época colonial, surgem de forma isolada, formando uma “estranha estrutura celular” (ROCHA, 2011, p. 108-109).

Além da segregação urbana, a marginalização foi um conceito também muito utilizado em meados do século XX. Embora Georg Simmel (1858-1918) tenha abordado o termo marginalização, em sua obra “*Les Pauvres*” do ano de 1907, foi Robert Park, anos mais tarde, com a influência de Simmel, que investigou a fundo a noção de “*marginal man*”, o publicando em diversos trabalhos científicos entre as décadas de 1920 e 1930.

O homem marginal, tal como Robert Park denominou, é associado principalmente, aos grupos imigrantes de Chicago, sendo os judeus, um dos seus principais focos de análise. Nas palavras do autor, “o judeu emancipado foi, e é historicamente e tipicamente o homem marginal, o primeiro cosmopolita e cidadão do mundo” (PARK, 2017, p. 121).

Dessa maneira, portanto, o “homem marginal”, como Robert Park idealizou pode ser identificado como:

[...] um híbrido cultural, um homem vivendo e compartilhando intimamente a vida cultural e as tradições de dois povos distintos; nunca se dispôs a romper, mesmo que lhe fosse permitido, com seu passado e suas tradições, e não muito aceito, por causa do preconceito racial, na nova sociedade em que agora procurava encontrar um lugar. Ele era um homem à margem de duas culturas e duas sociedades, que nunca foi completamente interpenetrado e fundido (PARK, 2017 [1928], p. 121).

Mais tarde, na década de 1960, teóricos ligados a corrente marxista trouxeram à tona novamente a temática da marginalização, tendo como base a produção capitalista, no âmbito da América Latina. Autores como José Nun, Lúcio Kowarick e Aníbal Quijano podem ser considerados os principais nomes nesse tema. Nesse contexto, Quijano (2000) aponta para a necessidade de se entender a marginalização como um produto do capitalismo moderno, ao afirmar que “a questão da “marginalização” se refere a um mecanismo das relações entre capital e trabalho, não algo que ocorra fora do capital, da sociedade ou do poder em geral” (QUIJANO, 2000, p. 12, tradução nossa)¹⁵.

O conceito de marginalização, no entanto, foi alvo de críticas por parte de autores como Manuel Castells e Milton Santos, principalmente em função de seu caráter ambíguo (SANTOS, 2009), além do fato do conceito estar associado a noção de uma superpopulação excedente, à margem da sociedade, elevando a questão apenas para a dimensão demográfica. Para Santos (2009, p. 36) “a ideia de superpopulação supõe que existe uma superabundância de pessoas e que estas devem ser eliminadas ou responsabilizadas, social e economicamente, por sua inutilidade”.

¹⁵ Nota de tradução: “la cuestión de la “marginalización” se refiere a un mecanismo de las relaciones entre capital e trabajo, no algo que ocurra fuera del capital, de la sociedad o del poder en general” (QUIJANO, 2000, p. 12).

A exclusão e inclusão social, por sua vez, é um conceito que deriva da teoria da marginalidade dos anos de 1960 (LESBAUPIN, 2000). Desse modo, a exclusão social é o processo pelo qual indivíduos, ou grupos de indivíduos, são impelidos da participação e do acesso a determinados bens. Kowarick (2003) aborda que durante o século XIV a palavra “esteve associada à ideia de não ser admitido, repellido ou de ser mandado embora. Posteriormente, seu significado passa a designar alguém que se encontra desprovido de direitos” (KOWARICK, 2003, p. 74).

A inclusão social, por outro lado, caracteriza-se pelo processo de inserção dos grupos de indivíduos, aos bens e serviços, e aos recursos necessários para o desenvolvimento em um nível adequado para a vida em sociedade. A Comissão das Comunidades Europeias (COM)¹⁶, em relatório sobre os planos nacionais para a inclusão social, lançado em 2003, caracteriza a inclusão como um “processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acendam às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas econômica, social e cultural” (COM, 2003, p. 9).

Dois obras podem ser consideradas as precursoras da discussão da exclusão dentro das ciências humanas modernas. No primeiro momento o trabalho de Klanfer Jules (1909-1967), chamado “*L’ Exclusion sociale: Étude de la marginalité dans les sociétés occidentales*”, publicada em 1965, e a segunda, a obra de René Lenoir (1927-2017), intitulada “*Les Exclus. Um Français sur dix*”, de 1974.

A relevância do trabalho de Lenoir para o entendimento da exclusão social se faz presente no sentido de que o autor transfere a noção de exclusão do plano individual para o plano social, atribuindo a origem do mesmo, aos princípios do funcionamento da sociedade moderna. Segundo Wanderley (2002), René Lenoir identifica como as principais causas da exclusão social:

[...] o rápido e desordenado processo de urbanização, a inadaptação e uniformização do sistema escolar, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços. Acrescenta, ainda, que não se trata de um fenômeno marginal referido unicamente à franja dos subproletários, mas de um processo em curso que atinge cada vez mais todas as camadas sociais (WANDERLEY, 2002, p. 16-17).

O conceito de exclusão social retornou a literatura sociológica francesa na década de 1990, representada, principalmente na figura de dois sociólogos: Serge Paugam e Robert Castel (1933 – 2013). Para Paugam (2003), para se entender adequadamente a exclusão social, torna-

¹⁶ A Comissão das Comunidades Europeias (COM) é um órgão da União Europeia (UE) responsável pela elaboração de propostas e medidas, através de relatórios que visam a cooperação entre os países da UE.

se necessário a compreensão do conceito de “desqualificação social” (PAUGAM, 2003), muito embora estes conceitos não sejam tratados como sinônimos pelo autor.

Paugam (2003) articula três ideias ao conceito de desqualificação social, estas associadas aos conceitos de exclusão social e pobreza, são elas: a noção de “trajetória”, com questões relacionadas aos aspectos temporais, em segundo lugar a noção de “identidade” e em terceiro lugar a ideia de “territorialidade”, associada a dimensão espacial dos processos de exclusão. Segundo Paugam (2003, p.23):

Nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que tem falta de bens materiais, corresponde igualmente a um estatuto social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade dos que a experimentam.

Nesse sentido, torna-se possível observar que a exclusão social, apesar da influência da marginalização, é uma das abordagens para compreender a pobreza urbana que mais se aproxima da noção de privação social. Isso se explica, especialmente pelos aspectos relativos com que a exclusão pode ser analisada. Isto é, para além das desigualdades materiais, a exclusão deve ser entendida também, como a perda de noções de cidadania, democracia e direitos humanos, além da impossibilidade de acesso ao que alguns autores identificam como um “conjunto de sistemas sociais básicos do mundo do trabalho e da vida social mais ampla, abrangendo uma série de privações, que deve ser entendida como exclusões sociais” (NUNES, 2007, p. 60).

Associada a exclusão e a marginalização, a noção de vulnerabilidade social, “adquire lugar destacado no pensamento acadêmico recente” (SOUZA, 2018, p. 12), dentro da Geografia e da Sociologia, além da ciência econômica. Em um primeiro momento, a vulnerabilidade estava associada unicamente aos riscos enfrentados por populações em relação ao meio físico, contudo, de acordo com Hogan e Marandola Jr. (2006, p. 24) a vulnerabilidade não está relacionada apenas ao meio ambiente, mas também aos aspectos econômicos e sociais, como os “[...] mercados, as instituições, as cidades, as populações, grupos demográficos específicos, gêneros, etnias, lugares, regiões, nações, todos podem ser vulneráveis”. Vignolli (2006 p. 95) afirma que não existe uma definição única de vulnerabilidade, embora exista consenso em determinados termos, que a apontam como:

[...] o resultado da confluência da exposição aos riscos, da incapacidade de resposta e da inabilidade de adaptação. Nesta linha, a vulnerabilidade é tanto uma condição dos atores em face de eventos adversos de várias naturezas (ambientais, econômicas, fisiológicas, psicológicas, legais e sociais) como um enfoque para o exame de diferentes tipos de riscos e de respostas, ou opções de assistência, existentes diante de sua materialização.

Segundo Souza (2018), as análises da vulnerabilidade social se dividem em duas vertentes: (i) pobreza, exclusão e marginalização; (ii) problemática ambiental. A autora aborda sobre o conjunto de estudos realizados neste tema pelos demógrafos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), destacando os nomes de Kaztman (1999) e Kowarick (2003) como principais representantes.

Cabe ainda mencionar, que embora a vulnerabilidade social também tenha sido tratada por teóricos de vertente marxista, nos últimos anos, é possível observar uma apropriação neoliberal do conceito, que identifica o pobre e a pobreza, sempre através da noção de risco e desvantagem social. Segundo Bitoun (2015, p. 112):

o enfoque da pobreza parece ter perdido relevância no vocabulário acadêmico e assumido nas políticas de desenvolvimento urbano o viés do risco e da violência prontamente associados aos pobres por amplos setores da opinião pública, crescentemente indiferentes e apartados das problemáticas complexas do cotidiano dos pobres.

Outra questão relevante a respeito da vulnerabilidade diz a respeito da criação de índices estatísticos para medir as áreas de risco, chamado Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). O IVS é um instrumento para analisar uma certa dimensão da pobreza, ou de populações em “risco” de pobreza, através de variáveis previamente selecionadas, que podem demonstrar situações de fragilidade de determinados grupos nas cidades. Um exemplo de IVS é o que foi aplicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015), na avaliação da vulnerabilidade social dos municípios brasileiros no ano de 2015.

No século XX foram produzidos um variado arcabouço teórico para a análise da pobreza nas cidades. A CEPAL, por exemplo, que apresenta relatórios anuais sobre a evolução da pobreza, extrema pobreza e desigualdade de renda nos países da América Latina e Caribe, possui grande relevância enquanto órgão regional, ligado a pesquisa econômica. A escola Cepalina surgiu na década de 1950, sob o viés keynesiano e da planificação econômica, contou com inúmeros economistas de renome internacional, como Raúl Prebisch (1901 – 1986) e Celso Furtado (1929 – 2004). Um dos principais objetivos da CEPAL era propugnar “[...] a necessidade de uma política de industrialização coordenada pelo Estado como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza” (NERY, 2011, p. 24).

Além disso, os inúmeros trabalhos de antropologia urbana realizados nas comunidades de imigrantes nos Estados Unidos, ou em países do terceiro mundo, também merecem ser mencionados, com destaque para os estudos de Oscar Lewis (1914 -1970), antropólogo norte americano, formulador do termo “cultura da pobreza”.

3.3 Privação social: evolução histórica do conceito e aproximações com a Geografia

A privação social aparece na literatura, em especial nas ciências humanas, na metade do século XX, precisamente no final da década de 1940. Embora tenha-se utilizado a terminologia de diversas formas, como privação relativa (*relative deprivation*), ou apenas privação (*deprivation*), todas elas fazem parte do conceito de privação social, o qual, uma série de autores vem construindo a mais de 50 anos.

Nesse sentido, para o desenrolar teórico e histórico da privação social, optou-se pela divisão em três momentos distintos: o primeiro, chamado de “formação”, o segundo denominado de “estruturação” e o terceiro, de “constituição” da privação social, como um conceito multidimensional, de análise e compreensão das desigualdades sociais urbanas, da pobreza, e da problemática socioespacial com um todo.

Assim, o período que denominamos formação, se inicia na década de 1940 e se estende até a década de 1960, quando surgem os estudos de Runciman. O segundo período, chamado de estruturação se inicia na década de 1960 até o final da década de 1970, onde se inicia um novo período, o qual chamamos de constituição, que se estende até os dias presentes.

Portanto:

- 1º período - década de 1940 – década de 1960 (formação);
- 2º período – década de 1960 – final da década de 1970 (estruturação);
- 3º período – final da década de 1970 – dias atuais (constituição);

Desse modo, a primeira referência ao termo privação social surge no final da década de 1940, com o cientista norte americano Samuel Stouffer (1900-1960), em trabalho ligado ao campo da psicologia social, intitulado “*The American Soldier: adjustment during Army life*”, publicado em 1949. Dr. Samuel Stouffer, durante a Segunda Guerra Mundial, trabalhou como analista chefe do departamento de pesquisa do exército norte americano, local onde realizou a maioria de suas pesquisas científicas.

Acompanhado de uma equipe, Stouffer liderou pesquisas em que foram entrevistados aproximadamente meio milhão de soldados norte-americanos, nos quais foram analisados, entre outros elementos, os aspectos ligados ao comportamento, a motivação e as privações sentidas pelos combatentes. Segundo Joseph Ryan (2010), estudioso da obra de Stouffer, entre as principais contribuições de *The American Soldier* está o conceito de privação relativa (RYAN, 2010), delineado mais tarde por Robert Merton, dentro da teoria dos grupos de referência (MERTON, 1970). Entretanto, dentro de áreas como a Sociologia, Geografia e até mesmo da

Economia, a privação social ainda não havia sido aprofundada com maior detalhamento, muito menos aplicada como um conceito geográfico, ligado ao território.

Em *The American Soldier*, Samuel Stouffer introduziu a noção de privação no debate científico, e, de certa maneira, “preparou o terreno”, para a introdução do conceito para outras ciências humanas, vide a Geografia e a Economia. Dessa maneira, ao visualizarmos a evolução do conceito de privação em uma linha do tempo, através da divisão em períodos, o trabalho de Stouffer se encontra no ponto de partida da mesma, denominado período de formação.

É possível afirmar que a partir dos estudos de Stouffer, a privação se dirigiu a outros campos das ciências, como a Psicologia Social, a Sociologia, além das ciências médicas. Robert Merton, por exemplo, se utilizou do conceito para entender determinados desvios sociais, estudando a relação entre as estruturas sociais e a comportamento dos indivíduos, principalmente a criminalidade (MERTON, 1970).

Mais tarde, na década de 1960, outros autores retomaram a discussão da privação. Primeiro Walter Garrison Runciman, na década de 1960, com a obra chamada “*Relative Deprivation and Social Justice: A Study of Attitudes to Social Inequality in Twentieth-Century England*” lançada em 1966. O segundo autor Peter Townsend, que desenvolveu estudos sobre a pobreza no Reino Unido nas décadas de 1960 e 1970, com destaque para a obra “*Poverty in the United Kingdom*”, publicada em 1979.

W. G. Runciman, adotou a linha de raciocínio utilizada por Stouffer e outros autores como Robert Merton, e o aplicou no contexto da Grã-Bretanha. O teórico inglês, assim como Stouffer, também se valeu da análise das privações pelas quais as pessoas estavam submetidas, dedicando atenção aos aspectos subjetivos do processo, como os sentimentos de ressentimento ou a insatisfação de determinadas pessoas com sua condição de vida, para delinear o conceito de privação relativa. Além disso, Runciman trouxe a preocupação com a justiça social em sua abordagem, elemento ausente na concepção de Stouffer (FAHEY, 2010).

Nesse sentido, o estudo de Runciman (1966) pautou-se em identificar se o sentimento de insatisfação das pessoas, assim como as desigualdades de *status* e classe social na Grã-Bretanha eram processos legítimos e poderiam ser levados em conta para decidir sobre a equidade na distribuição social e no desenvolvimento das políticas no estado de bem-estar social britânico (RUNCIMAN, 1966). Como resultado, o autor observou que os elementos analisados não eram legítimos, tendo em vista que possuíam pouca relação com níveis objetivos de desvantagens, ou seja, não demonstravam a realidade dos fatos (RUNCIMAN, 1966), “nem

poderiam ser justificados com base em qualquer teoria razoável de justiça social” (FAHEY, 2010, p. 7, tradução nossa).¹⁷

De acordo com Runciman (1966, p. 286):

A única generalização que pode ser seguramente promovida é que a relação entre desigualdade e queixa só corresponde intermitentemente com a extensão e o grau da desigualdade real, ou com a magnitude e frequência da privação relativa que um apelo à justiça social vindicaria (tradução nossa).¹⁸

O autor divide a privação relativa em dois tipos: a egoísta e a fraterna. A privação relativa egoísta diz respeito ao sentimento de privação de determinada pessoa ou grupo, que ao comparar suas condições com a de outros membros do mesmo grupo social, ou classe, sentem-se desfavorecidos em relação ao grupo a qual pertencem (RUNCIMAN, 1966). A privação relativa fraterna se refere ao sentimento de privação de determinados grupos sociais com relação a outros grupos, assim como, com relação a outros contextos no passado, ou em um futuro próximo (RUNCIMAN, 1966).

Nesse sentido, a privação relativa de Runciman se relaciona com a teoria de Merton, para quem os indivíduos são socialmente construídos através dos grupos que identifica como referência, tanto os grupos sociais a qual não faz parte, quanto o que pertence (MERTON, 1970).

Desse modo, é possível observar que Runciman (1966) concebe conceitualmente a privação relativa em termos objetivos, embora reconheça a importância dos elementos subjetivos na análise da privação. A definição de Runciman (1966) para a privação, contribui para o avanço do conceito, bem como, introduz a perspectiva dual da privação, objetiva e subjetiva, qualitativa e quantitativa.

Da mesma maneira, Townsend (1979) ao estudar a pobreza no Reino Unido, seguiu a linha de Runciman (1966), definindo a privação objetivamente, apesar de o autor também levar em consideração os aspectos subjetivos do conceito de privação relativa (TOWNSEND, 1979).

É possível afirmar que estes dois teóricos, W. G. Runciman e P. Townsend, são os responsáveis pelo amadurecimento teórico da privação, e assim como Stouffer, conduzindo o conceito a outros campos científicos, como a Geografia, sobretudo Townsend, que ganhou

¹⁷ Nota de tradução: “nor could they be justified on the basis of any reasonable theory of social justice” (FAHEY, 2010, p. 7).

¹⁸ Nota de tradução: “The only generalisation which can be confidently advanced is that the relationship between inequality and grievance only intermittently corresponds with either the extent and degree of actual inequality, or the magnitude and frequency of relative deprivation which an appeal to social justice would vindicate” (RUNCIMAN, 1966, p. 286).

grande destaque nos estudos de pobreza a partir da década de 1970. Ao referir-se a Peter Townsend, Fahey (2010, p. 8) observa que:

O estudo de Townsend elaborou um conceito de pobreza que moldou pesquisas subsequentes sobre o tema, especialmente na Europa, e é a base conceitual para o que é agora um campo sub-disciplinar significativo e um foco de política social na maior parte do mundo desenvolvido. Townsend baseou-se na linguagem de privação relativa para apoiar a visão de que, embora a miséria absoluta tenha diminuído grandemente nos países ocidentais, a pobreza ainda poderia ser concebida de forma significativa em termos relativos e, como tal, era um problema real e generalizado no mundo rico (tradução nossa).¹⁹

Townsend (1979), ao explorar a privação relativa proposta por Runciman (1966), conduziu o conceito para um outro caminho, diferente daquele baseado no comportamento e aplicado anteriormente nos estudos da Psicologia Social, como os de Stouffer. Na abordagem de Townsend (1979), além dos elementos subjetivos da privação, entram em cena os fatores socioeconômicos deste processo, com ênfase a dimensão espacial/geográfica ou de “área”. Com relação a isso, Fu, Exeter e Anderson (2015, p. 224) identificam que “a noção de privação socioeconômica relativa, baseada na área (ou lugar), usada em saúde pública, sociologia e geografia, é frequentemente baseada em dados censitários medidos através de variáveis construídas por acadêmicos” (tradução nossa)²⁰.

Dessa maneira, Townsend (1979) define a privação relativa como a situação de desvantagem manifestada em camadas da sociedade, ou em determinado grupo social. É identificada pelo autor como condição histórica e social, que pode ser relativizada de acordo com cada contexto, assim como no tempo e no espaço. Portanto, a privação social deve sempre ser entendida como privação relativa (TOWNSEND, 1979).

Nas linhas introdutórias da obra *Poverty in the United Kingdom*, Peter Townsend (1979, p. 31), refere-se ao entendimento da pobreza como privação relativa do seguinte modo:

A pobreza pode ser definida objetivamente e aplicada de forma consistente apenas em termos do conceito de privação relativa. Esse é o tema deste livro. O termo é entendido objetivamente e não subjetivamente. Indivíduos, famílias e grupos na população podem ser considerados pobres quando não dispõem dos recursos para obter os tipos de dieta, participar das atividades e ter as condições de vida e amenidades que são habituais, ou pelo menos amplamente encorajadas ou aprovadas nas sociedades a que pertencem. Seus recursos estão tão seriamente abaixo daqueles ordenados pelo

¹⁹ Nota de tradução: Townsend’s study elaborated a concept of poverty that shaped subsequent research on the topic, especially in Europe, and is the conceptual bedrock for what is now both a significant sub-disciplinary field and a focus of social policy in the much of the developed world. Townsend drew on the language of relative deprivation to support the view that, although absolute destitution had greatly declined in western countries, poverty could still meaningfully be conceived of in relative terms and as such was a real and widespread problem in the rich world (FAHEY, 2010, p. 3).

²⁰ Nota de tradução: “the notion of relative area-based and socioeconomic deprivation used in public health, sociology and geography are often based on census data measured through variables constructed by academics (FU, EXETER e ANDERSON, 2015, p. 224).

indivíduo comum ou família que eles são, de fato, excluídos dos padrões de vida comuns, costumes e atividades (tradução nossa).²¹

Imediatamente, nota-se o caráter relativo, e, portanto, geográfico da privação social, pois a pobreza e a privação são problemas manifestados no território, ou melhor, a partir do acesso ou não ao território, por cada indivíduo. Townsend (1979, p. 31) argumenta que nos Estados Unidos, a tendência apontada por alguns estudos, de que a pobreza esteja diminuindo ao longo das décadas, pode ser questionada, pois a definição desse processo, “[...] está enraizada nas concepções de um momento particular da história e não suficientemente relacionadas às necessidades e demandas de uma sociedade em mudança” (tradução nossa)²². Isto é, são dados que não levam em conta as transformações pelo qual as sociedades estão submetidas, ao longo dos anos, sendo que as necessidades, bem como, as condições socioeconômicas também podem ser alteradas, constantemente (TOWNSEND, 1979).

Assim como Runciman (1966), que dividiu a privação relativa em privação relativa egoísta e privação relativa fraterna, Townsend (1987) também estabeleceu uma diferenciação, porém, entre a privação social e privação material. Para o autor, a privação social está diretamente ligada com a fragilidade das redes sociais de determinados grupos para com a comunidade em que vive e a não participação nos papéis, costumes, direitos e deveres de dada sociedade (TOWNSEND, 1987).

A quantificação da privação social, de acordo com Testi e Ivaldi (2009) e Ivaldi (2016), necessita o cálculo de variáveis indiretas, que identifiquem o nível de marginalização ou de exclusão dos indivíduos. Segundo o autor, “este tipo de privação, de natureza diferente da anterior, é definido por Townsend como “social”, o que significa que pode estar ligado a alguma forma de racismo ou marginalização, e não a condições objetivas” (IVALDI, 2016, p. 251, tradução nossa).

A privação material tem a ver com o acesso aos recursos, principalmente a ausência de bens materiais básicos ao desenvolvimento humano (TOWNSEND, 1987), como o saneamento básico e a moradia, por exemplo. Ivaldi (2016, p. 250) aborda que a privação material descreve

²¹ Nota de tradução: “Poverty can be defined objectively and applied consistently only in terms of the concept of relative deprivation. That is the theme of this book. The term is understood objectively rather than subjectively. Individuals, families and groups in the population can be said to be in poverty when they lack the resources to obtain the types of diet, participate in the activities and have the living conditions and amenities which are customary, or are at least widely encouraged or approved, in the societies to which they belong. Their resources are so seriously below those commanded by the average individual or family that they are, in effect, excluded from ordinary living patterns, customs and activities” (TOWNSEND, 1979, p. 31).

²² Nota de tradução: “[...]is rooted in the conceptions of a particular moment of history and not sufficiently related to the needs and demands of a changing society” (TOWNSEND, 1979, p. 31).

as “condições objetivas em que os indivíduos vivem” (tradução nossa²³), ou seja, os objetos materiais postos no território.

Assim:

Essas condições são descritas como variáveis “diretas”, o que significa que elas medem diretamente a porcentagem de indivíduos que vivem em determinada área geográfica que possuem uma certa característica: casas sem banheiros, moradores que não são donas de casa, desemprego, e assim por diante (IVALDI, 2016, p. 250, tradução nossa²⁴).

Segundo Faria (2017, p. 16) enquanto a privação material “subentende a ausência ou falta de bens, serviços e recursos aceitos como primários; a privação social pressupõe a não participação nas relações, sobretudo nas relações de direito, da justiça e dos deveres (ou simplesmente da vida cidadã) [...]”. Dessa maneira, portanto, a privação material, expõe as condições objetivas de vida da população, que podem, de alguma maneira, ser quantificáveis, ou seja, mensuradas através de indicadores diretos, como: a propriedade da terra, a moradia, a renda, os bens e serviços, etc (FARIA, 2017).

É na abordagem da privação material que são desenvolvidos os Índices de Privação Social (IPS), que apontam os territórios com alta privação social dentro das cidades. Alguns índices podem ser destacados, como o índice de Townsend (1987), o índice de Cartairs e Morris (1991), o de Pampalon e Raymond (2000), o de Havard (2008), entre outros.

O índice de Townsend (1987), por exemplo, é um índice calculado a partir da combinação de quatro variáveis do censo demográfico do Reino Unido. Foi utilizado como instrumento de tomada de decisões, com relação a alocação de recursos em áreas com altos índices de privação, bem como, para auxiliar trabalhos acadêmicos sobre áreas privadas do acesso à saúde ou com altos índices de criminalidade (TOWNSEND, 1987).

Conforme identificam Bartley e Blane (1994), os índices de privação social devem ser entendidos e avaliados em dois aspectos principais: (i) o propósito para o qual eles estão sendo usados e (ii) a validade das suposições sobre a vida social e econômica que elas incorporam (BARTLEY e BLANE, 1994).

Assim sendo, Testi e Ivaldi (2008, p. 321) observam:

Os índices de privação são instrumentos simples e baratos para medir as condições socioeconômicas das áreas de residência, porque são geralmente constituídos por

²³ Nota de tradução: “the objective conditions in which individuals live” (IVALDI, 2016, p. 250).

²⁴ Nota de tradução: “These conditions are described as “direct” variables, meaning that they directly measure what percentage of individuals living in a certain geographical area possess a certain feature: such as the houses that do not have toilets, residents who do not own their homes, unemployment, and so on”. (IVALDI, 2016, p. 250).

indicadores censitários, facilmente disponíveis, combinados utilizando diferentes tipos de procedimentos estatísticos (tradução nossa)²⁵.

Cabe destacar, que o índice de privação social funciona como um instrumento para revelar as condições de privação material de determinada área delimitada ou território. Isto é, os índices de privação se constituem, basicamente, de uma ferramenta para identificar a dimensão material da privação social, porém, o índice não pode ser considerado a privação social em si. Sobre isso, Savian (2016, p. 27) menciona que “o IPS mede alguma dimensão da privação, assinala ou adverte algo sobre a privação, não podendo jamais ser confundido com ela”.

Contudo, diante do caráter dual ou multidimensional da privação, torna-se impossível desvincular as duas dimensões da privação. Conforme o próprio Townsend (1979) assinalou, “*poverty can be defined objectively and applied consistently only in terms of the concept of relative deprivation*”, ou seja, a pobreza só pode ser compreendida em termos de privação relativa, pois as necessidades se manifestam de forma relativa nos territórios.

Dessa maneira, portanto, a privação relativa é definida por Townsend (1987, p. 125) como “um estado de desvantagem observável e demonstrável, relativo à comunidade local ou à sociedade ou nação mais ampla à qual pertence um indivíduo, família ou grupo” (tradução nossa)²⁶. Portanto, dois lados de uma mesma moeda, pois a dimensão social nunca estará desvinculada da dimensão material da vida.

Segundo Faria (2017, p. 16), a separação entre estas duas dimensões não é apenas algo desnecessário, mas também “perigoso”, pois seria o mesmo que negar a dialética entre as ações sociais e a base material. Nesse sentido, por exemplo, “não é recomendado dizer que a privação à energia elétrica, seja uma privação material, pois é um dado bem mais social que material, inclusive seu valor é variável, assim como a capacidade de consumi-la”.

Por exemplo, Townsend (1979, p. 399), quando aborda que as desigualdades de prestígio e respeito entre as classes advém de vantagens materiais e políticas adquiridas pelas classes altas ao longo do tempo, as quais, “para desfrutar de seus privilégios, os ricos são induzidos a acreditar fortemente tanto em seus méritos quanto em suas particularidades” (tradução nossa).²⁷ O Autor ainda relata:

²⁵Nota de Tradução: “Deprivation indexes are quite simple, inexpensive instruments to measure socioeconomic conditions of areas of residence, because they are generally made up of census indicators, which are easily available, combined using different types of statistical procedures” (TESTI e IVALDI 2008, p. 321).

²⁶ Nota de tradução: “a state of observable and demonstrable disadvantage, relative to the local community or the wider society or nation to which an individual, family or group belongs” (TOWNSEND, 1987, p. 125).

²⁷ Nota de tradução: “To enjoy their privileges, the rich are induced to believe strongly in both their merits and their distinctiveness” (TOWNSEND, 1979, p. 399).

O prestígio das pessoas depende principalmente dos privilégios materiais e políticos que elas detêm em virtude de sua classe ocupacional - embora se deva levar em conta a consistência dos membros ao longo da vida. O prestígio ou status é uma força importante que legitima a desigualdade social existente (TOWNSEND, 1979, p. 399, tradução nossa).²⁸

Nesse sentido, portanto, embora Townsend (1979) estabeleça a diferenciação entre privação material e social, o autor identifica estes processos de maneira integrada e relacional. Por exemplo, uma criança com acesso a moradia e alimentação adequada, que resida em um bairro com boa infraestrutura e segurança, ou seja, com ausência de privação material e social, está mais propensa a ter uma longa escolaridade (TOWNSEND, 1979).

Fu, Exeter e Anderson (2015) argumentam que apesar de existirem noções diferentes de privação, todas elas possuem a dependência de um padrão de vida que é “costumeiro” em determinada sociedade. Ou seja, a privação se caracteriza, portanto, como a “falta de atributos, posses e oportunidades essenciais ou desejáveis, que não são considerados mais que o mínimo por essa sociedade” (HAASE, 1999, p. 23, tradução nossa²⁹). Nesse sentido, Fu, Exeter e Anderson (2015, p. 225), ao desenvolverem revisão teórica do conceito, apresentam a privação relativa, tal como delineada por Townsend (1979) e outros autores, da seguinte maneira:

A privação relativa é um conceito multiescalar que tem sido utilizado para descrever, monitorar e comparar as desigualdades entre indivíduos, entre pequenas áreas, além dos níveis regional e nacional. Como método para medir as desigualdades, a privação tem sido usada para aplicações práticas no planejamento da saúde e na alocação de recursos (tradução nossa)³⁰.

Dessa maneira, se Stouffer foi o pesquisador que instituiu a formação do conceito de privação, os trabalhos de G. W. Runciman e P. Townsend podem ser identificados como os estudos que construíram um corpo teórico consistente e situaram a privação social como um conceito para entender a pobreza urbana e as desigualdades socioespaciais, sobretudo urbanas. Dentro da evolução temporal do conceito de privação, as obras destes autores compõem o momento de estruturação do conceito, durante as décadas de 1960 e 1970, e de sua apropriação através dos demais campos científicos, especialmente a Geografia Urbana e a Sociologia Urbana.

²⁸ Nota de tradução: The prestige of people depends primarily on the material and political privileges they hold by virtue of their occupational class - though account would have to be taken of consistency of membership throughout life. Prestige or status is an important force legitimating existing social inequality” (TOWNSEND, 1979, p. 399).

²⁹ Nota de tradução: “na absence of essential or desirable attributes, possessions and opportunities which are considered no more than the minimum by that society.” (HAASE, 1999, p. 23).

³⁰ Relative deprivation is a multiscalar concept that has been used to describe, monitor and compare inequalities between individuals, among small areas, in addition to regional and national levels. As a method for measuring inequalities, deprivation has been used for practical applications in health planning and resource allocation (FU, EXETER E ANDERSON, 2015, p. 225).

O terceiro momento, o qual dentro da periodização proposta ficou denominada como “constituição” do conceito, está relacionado a obra de Amartya Sen, economista e filósofo indiano, e seus estudos sobre privação, iniciados ainda na década de 1970. Sen possui uma vasta obra na área da teoria social, especialmente em temas ligados as desigualdades, o subdesenvolvimento, a pobreza e a justiça social.

Embora com diferenças conceituais, o pensamento de Townsend (1979; 1987) vai ao encontro das ideias de Amartya Sen, para o qual, a pobreza deve ser vista como a privação de capacidades básicas de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos. Segundo Amartya Sen (1981), o conceito de privação tem sido usado com êxito na análise da pobreza, principalmente na Sociologia. O autor argumenta que “ser pobre tem muito a ver com a privação, e é natural que, para um animal social, o conceito de privação seja relativo” (SEN, 1981, p. 15, tradução nossa)³¹.

O teórico indiano observa que a pobreza não deve ser encarada apenas como desigualdade, embora desigualdade e pobreza sejam conceitos relacionados. Nesse sentido, de acordo com Sen (1981, p. 15), a desigualdade não pode ser identificada apenas como distribuição no tamanho da renda, mas a investigação dos “contrastes entre as diferentes seções da comunidade de diferentes perspectivas, por exemplo, em termos de relações de produção, como feito por Marx” (tradução nossa)³².

Uma transferência de renda de uma pessoa no grupo de renda mais alta para uma na faixa de renda média deve *ceteris paribus* reduzir a desigualdade; mas pode deixar a percepção da pobreza sem ser afetada (SEN, 1981, p. 15, tradução nossa)³³.

A privação aparece na literatura de Sen (1981; 2010), dividida em dois tipos de privação: a privação relativa e a privação absoluta (SEN, 2010). Isso se dá pelo fato que, apesar do caráter relativo em que a pobreza e a privação encontram-se, para efeito de empirização no espaço e nos territórios, uma privação absoluta se faz necessária (SEN, 2010). Isso reitera a importância do elemento territorial na privação social. De acordo com Martini (2009, p. 6), a pobreza tem ao mesmo tempo uma natureza relativa, tendo em vista que os bens necessários para a superação da privação se diferem entre as sociedades, e absoluta, “já que o sentimento de privação é visto como um mal absoluto”.

³¹ Nota de tradução: “being poor has clearly much to do with being deprived, and it is natural that, for a social animal, the concept of deprivation will be a relative one” (SEN, 1981, p. 15).

³² Nota de tradução: “contrasts between different sections of the community from many diferente perspectives, e.g. in terms of relations of production, as done by Marx” (SEN, 1981, p. 15).

³³ A transfer of income from a person in the top income group to one in the middle income range must *ceteris paribus* reduce inequality; but it may leave the perception of poverty quite unaffected (SEN, 1981, p. 15).

A privação relativa se concentra no campo subjetivo da pobreza, abrangendo certos tipos de condições de privações, assim como sentimentos de privações (SEN, 1981, 2010), no qual, indivíduos, ou grupos de indivíduos, são privados de participar de determinados costumes ou atividades realizadas por alguns grupos seletos, além da privação de noções básicas de democracia e cidadania. No entanto, de acordo com Sen (1981), existe uma distinção entre as condições e os sentimentos de privação.

As condições de privação, tal como abordado por Townsend (1979), dizem a respeito de atributos materiais que determinada população possua menos acesso do que outras, como renda ou capacidade de emprego favoráveis (SEN, 2010). Nesse sentido, Sen (1981, p. 15) argumenta:

Há, de fato, muito a ser dito sobre um conjunto de critérios que podem ser baseados em condições concretas, de modo que se possa usar "privação relativa" em um sentido objetivo para descrever situações em que as pessoas possuem menos de algum atributo desejado, seja renda, condições de emprego favoráveis ou poder, do que outros (tradução nossa)³⁴.

Os sentimentos de privação abarcam a visão das próprias pessoas com relação a dificuldade na participação dos costumes e atividades partilhadas pela sociedade em que vivem, além de outros aspectos, como o acesso a uma dieta adequada e vestimentas que estejam dentro de um padrão desejável (SEN, 1981, 2010). Entretanto, segundo Sen (1981), as condições de privação não podem atuar independentes dos sentimentos de privação, pois objetos concretos não podem ser analisados sem “referência a como as pessoas os veem, e mesmo que “sentimentos” não sejam trazidos explicitamente, eles devem ter um papel implícito na seleção de “atributos”” (SEN, 1981, p.16, tradução nossa)³⁵.

Por outro lado, a privação absoluta é complementar a privação relativa, e se caracteriza pela privação das necessidades mais básicas para o desenvolvimento natural de um indivíduo, ou grupo de indivíduos (SEN, 2010). Isto é, a falta de moradia, as questões ligadas a fome, a precariedade de escolarização, acesso restrito a serviços de saneamento básico e saúde, etc. Segundo o autor, cabe destacar que a abordagem da privação relativa não deve ser a única abordagem na análise da pobreza, pois ambas as dimensões, relativa e absoluta, são processos relacionados.

³⁴ Nota de tradução: There is indeed much to be said for a set of criteria that can be based on concrete conditions, so that one could use 'relative deprivation' 'in an objective sense to describe situations where people possess less of some desired attribute, be it income, favourable employment conditions or power, than do others (SEN, 1981, p. 15).

³⁵ Nota de tradução: “reference to how people view them, and even if feelings' are not brought in explicitly, they must have an implicit role in the selection of 'attributes’” (SEN, 1981, p. 16).

A fome, por exemplo, será sempre entendida como um caso de privação absoluta, independente de qual for o padrão relativo da sociedade (SEN, 1981). “De fato, há um núcleo irreduzível de privação absoluta em nossa ideia de pobreza, que traduz relatos de fome, desnutrição e dificuldades visíveis em um diagnóstico de pobreza sem ter que primeiro determinar o quadro relativo” (SEN, 1981, p. 17, tradução nossa)³⁶. De acordo com Faria (2017, p. 15), “não deve haver separação, entre essas duas dimensões, senão apenas uma diferenciação nos casos em que o grupo ou indivíduo estiver relacionado a absoluta “desposseção””.

Dentro dessa linha de pensamento, Crespo e Gurovitz (2002, sp), mencionam:

A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se justamente nesse ponto. Não se pode esquecer que o aumento das capacidades humanas tende a caminhar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos crônicas.

É nesse sentido, que a noção de pobreza como privação das capacidades emerge, como um conceito que compreende a natureza e as causas da pobreza, de uma maneira multidimensional. Amartya Sen define três argumentos em favor da abordagem da pobreza como privação das capacidades, são eles:

- 1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente).
- 2) Existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional) (SEN, 2010, p. 120 – 121).

Nessa lógica, o baixo nível de renda se torna mais um elemento que contribui para a privação das capacidades, porém, não pode ser entendido como único critério para a pobreza. Como identifica Sen (2010, p. 120), “uma renda inadequada é, com efeito, uma forte condição predisponente de uma vida pobre”, no entanto, examinar a pobreza somente como desigualdade de renda pode ser um caminho perigoso, pois, nem todas as pessoas irão conseguir converter a renda em capacidades com a mesma facilidade. De acordo com o autor, “desvantagens como

³⁶ Nota de tradução: Indeed, there is an irreducible core of absolute deprivation in our idea of poverty, which translates reports of starvation, malnutrition and visible hardship into a diagnosis of poverty without having to ascertain first the relative picture (SEN, 1981, p. 17).

a idade, incapacidade ou doença reduzem o potencial do indivíduo para auferir renda” (SEN, 2010, p. 121).

Portanto, para além da privação da renda, Amartya Sen identifica a pobreza como privação das capacidades (*capabilities*), embora as duas perspectivas estejam vinculadas, tendo em vista que a renda é um meio para se obter capacidades (SEN, 2010). Nesse sentido, a melhoria na oferta e qualidade de serviços como de saúde e educação, não somente eleva a qualidade de vida da população de determinado território, mas também, aumenta o potencial de a pessoa auferir renda e liberta-la da privação a renda. De acordo com o autor “quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria” (SEN, 2010, p. 124).

O desemprego é uma das formas de privação mais graves para as populações, sobretudo urbanas. Isso acontece não somente pelo fato de que o desemprego acarreta apenas na privação a renda, mas em todo um conjunto de privações desencadeadas pela falta de acesso ao trabalho.

Cabe reiterar sobre a relação do conceito marxista de exército industrial de reserva, o qual uma massa de desempregados é indispensável à reprodução do sistema econômico capitalista. Marx (1979) identifica a população trabalhadora excedente como um produto “necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista (MARX, 1979, p. 712), no qual o trabalhador é explorado e facilmente substituído. Com relação aos efeitos do desemprego, Amartya Sen (2010, p. 129-130) argumenta:

Há provas abundantes de que o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda de renda, como dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre os sexos.

Relevante mencionar o fato de Amartya Sen ser um teórico influenciado por autores vinculados a economia liberal, como Adam Smith e Max Weber, entretanto, permitindo a aproximação da teoria crítica marxista, em vista de que a privação revela a pobreza a partir da ausência dos meios necessários a reprodução da sociedade. A privação do acesso a moradia, muito presente nos tempos atuais, principalmente no Brasil, é um tipo de privação que está relacionada aos estudos de diversos autores ligados a Geografia Crítica ou Geografia Nova, como ficou conhecido no país. O próprio Engels, no século XIX, quando se dedicou as questões

relacionadas a falta de habitação para as classes baixas na Inglaterra, analisou a privação a moradia a qual estavam submetidos os trabalhadores ingleses.

No contexto brasileiro, muitos exemplos de desigualdades territoriais podem ser identificados, como o acesso privado a terra, a água, aos direitos básicos, como educação e saúde, ou ainda, a impossibilidade do acesso ao lazer nas cidades, com o aumento dos clubes privados. Todos esses exemplos de privações são objetos de estudo de campos das ciências humanas, seja a Geografia ou a Sociologia, em suas mais amplas vertentes, de cunho marxista ou não.

Seja privação material ou social, ou ainda, privação relativa e absoluta, todas estas compõem a privação social, por se tratar de um conceito multidimensional, que abarca os aspectos materiais e sociais da privação, embora os mesmos não se dissociem. Faria (2017) aponta que a noção geográfica, que liga o conceito ao território, contribui para a resolução destes dualismos, pelo fato de que, “em primeiro lugar, a privação social é um problema da coletividade e, como tal, é uma questão histórica e geográfica cuja produção e condições são múltiplas” (FARIA, 2017, p. 17).

Dessa maneira, Amartya Sen (1981); (2010) estabelece o corpo teórico multidimensional da privação social, conceito no qual o autor vem desenvolvendo pesquisas desde a década de 1970, publicando inúmeros livros e artigos científicos na temática da pobreza como privação. Os teóricos G.W. Runciman e P. Townsend são os principais responsáveis pela estruturação teórica do conceito, enquanto Amartya Sen figura como o principal teórico do momento de constituição da privação social, como conceito para entender as desigualdades e a pobreza urbana.

No campo da Geografia, a privação vem sendo utilizada desde a década de 1980, principalmente na Grã-Bretanha e países como Portugal e Nova Zelândia, sobretudo em trabalhos que relacionam a Geografia da Saúde e a Geografia Urbana. Esses trabalhos avaliam as condições de vida e saúde das populações, principalmente das cidades, utilizando, em sua grande maioria, dados censitários.

São exemplos os diversos trabalhos da geógrafa portuguesa Paula Santana, pesquisadora que com um grupo de pesquisadores, vem desenvolvendo e coordenando pesquisas na área de Geografia da Saúde em Portugal, que envolvem as privações materiais e as desigualdades socioeconômicas e sua relação com a saúde das populações. Podem ser citados os trabalhos Santana e Costa (2015); Santana et al. (2015b), Nogueira e Santana (2005), entre outros.

No contexto da Geografia Urbana brasileira, cabe destacar os trabalhos de Carlos (2014); (2014b), (2018), nos quais a autora analisa a privação da perspectiva da produção social do espaço urbano, sua relação com os espaços públicos e privados, assim como os processos que envolvem o direito a cidade.

Também merecem destaque o trabalho de Silva e Gomes (2017), no qual abordam sobre questões ligadas a habitação e sua atuação como instrumento de segregação e privação do direito a cidade. Assim como o trabalho de Savian (2016), que realizou a construção de um índice composto de privação social para a cidade de Santa Maria, RS. Ainda os trabalhos de Savian e Faria (2017) e Faria (2018); (2019), que da perspectiva integrada entre a Geografia da Saúde e Geografia Urbana, realizam uma análise a respeito dos territórios de saúde e de privação social na área urbana de Santa Maria, RS.

Apesar dos estudos citados, ainda não são numerosos os trabalhos que utilizam a privação social dentro da Geografia Urbana brasileira, cabendo a Sociologia e a Economia o maior número de estudos. Dentre muitos trabalhos, cabe mencionar o de Silva e Carvalho (2012) chamado “*O direito a cidade sob a perspectiva das capacidades*”, realizado no âmbito do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – RJ), bem como, o estudo da área de economia de Ribas (2006), chamado “*Determinantes da pobreza de privação relativa no Brasil Urbano*”, no qual o autor através de modelos estatísticos, estima fatores determinantes do risco de pobreza entre famílias urbanas brasileiras.

Dentro da própria ciência geográfica o conceito de privação social vem sendo usado de maneiras distintas. Os trabalhos realizados pela Geografia Europeia e da Oceania, por exemplo, exploram, de forma muito contundente a dimensão material da privação, através de estatística espacial e criação de índices.

Por outro lado, na Geografia brasileira, a maioria das pesquisas aborda o conceito através de seus aspectos qualitativos, embora, instrumentos quantitativos também sejam usados, como o próprio índice de privação social. Na ótica qualitativa, os trabalhos realizados por Ana Fani A. Carlos, no âmbito da Geografia da USP, trazem a privação ligada a uma perspectiva Lefebvrina da cidade, no qual, segundo a autora, a reprodução do espaço urbano aprofunda as contradições entre a produção social do espaço e sua apropriação privada (CARLOS, 2014).

Do mesmo modo, em nossa perspectiva, utilizamos o conceito de privação associado a noção Miltoniana do espaço, este como território usado. O fato de a privação tratar-se de um conceito relativo, que se manifesta de formas diferentes nos lugares, faz do território usado uma

alternativa relevante de entendimento da pobreza e das desigualdades socioespaciais urbanas. Segundo Faria (2017, p. 17):

o território é o que permite unificar a discussão da privação social, pois sua produção relativiza todas as variáveis sob o crivo do contexto histórico e geográfico. Por isso a privação social será sempre relativa, devendo comportar uma base material e imaterial, objetiva e simbólica.

Nessa perspectiva, o território assume mais do que o papel de categoria espacial, mas o de instância social, que permite a empirização da privação social, como um processo manifestado nos lugares (FARIA, 2017). Isto é, a privação, em toda a sua multidimensionalidade, conforme abordado por Sen (2010), porém, com a abordagem da Geografia nova de Milton Santos, ou Geografia renovada, como coloca Maria Adélia de Souza atualmente.

3.4 O território usado como categoria de análise da realidade social urbana

Partimos da noção que vivemos no momento da história, denominado como período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2015). Este período histórico, segundo Santos (2015), tem como ponto fundamental a integração dos sistemas técnicos, com a globalização atuando de forma seletiva no espaço geográfico, unificando capitais e empresas.

Desse modo, o espaço, compreendido como território usado, identifica a seletividade do espaço, bem como as desigualdades socioespaciais presentes no território. Ou seja, é de ordem fundamental enunciar a fragmentação, como única e nova realidade do território e não recusar a compreensão do espaço como empirização do tempo, conforme argumentou Souza (1999). “É preciso ouvir o grito do território” (SOUZA, 1999, p. 2).

Nesse sentido, surge a necessidade de conceber o território através da noção de território usado, sinônimo de espaço geográfico, como identificado por Milton Santos. Embora tenham havido definições e estudos aprofundados com relação ao território, a análise dos seus usos, permite a deflagração das desigualdades socioespaciais presentes, bem como da seletividade do espaço, no tempo presente. Como colocou Milton Santos, nas primeiras linhas de seu texto clássico “*O retorno do território*”:

Vivemos uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser o nosso quadro de vida (SANTOS, 1994, p. 15).

O território, mais do que uma categoria espacial, mas uma instância social, quando entendido através dos seus usos, torna-se revelador das geografias da desigualdade produzidas

pela dimensão histórica do processo de globalização e fragmentação (SOUZA, 1999). A interdependência universal dos lugares, como identificou Santos (2006), é a nova realidade do território.

Dessa maneira, o território usado, de acordo com nosso ponto de vista, surge como a categoria e perspectiva geográfica mais apropriada para compreensão da privação social em áreas urbanas, especialmente na área urbana de Santa Maria, RS. A razão pelo qual nos valemos desta categoria espacial, pode ser identificada através do entendimento de algumas questões conceituais, que envolvem a noção de território usado, bem como os conceitos que o compõe, especialmente na literatura de Milton Santos.

Ao investigar a trajetória acadêmica de Milton Santos, Moraes (2013) observa que suas obras se dividem em dois tipos: as obras de “ruptura” quanto as bases teóricas e filosóficas, e outras “propositivas”, no qual o autor discute questões metodológicas da Geografia. Desse modo, ao longo de cinco décadas, Milton Santos vai acumulando um vasto corpo teórico, que é fundamental para o desenvolvimento de sua teoria do espaço geográfico, identificada em umas das suas principais obras, “*A Natureza do Espaço*” publicada em 1996.

Assim, o território aparece na Geografia de Milton Santos desde a década de 1970, no entanto, é na década de 1980 que o conceito passa a ser debatido com mais profundidade e em uma perspectiva totalizante da realidade social. Moraes (2013) identifica que em meio a variações teóricas e incorporação de novos pressupostos teóricos-filosóficos, “o conceito de território vai adquirindo centralidade na reflexão do autor num movimento onde a escala regional gradativamente perde potência na argumentação” (MORAES, 2013, p. 65).

Desse modo, o território usado, surge primeiramente, no texto “*O Retorno do Território*”, publicado na coletânea chamada “*Território: globalização e fragmentação*” organizada por Milton Santos, Maria Adélia de Souza e Maria Laura Silveira, como parte das discussões ocorridas durante o seminário internacional “*Território: globalização e fragmentação*” ocorrido em 1993. Segundo Moraes (2013), este artigo é considerado uma boa expressão da consolidação do conceito de território no centro da teoria de Santos (MORAES, 2013), apesar de o autor já desenvolver a noção de território em obras anteriores, como em “*O espaço do cidadão*” de 1987.

Sobre o referido texto, Moraes (2013, p. 111) argumenta:

A ideia de retorno utilizada remete tanto à continuidade quanto à necessidade de redefinição que envolveria o conceito na época (segundo Milton Santos). Continuidade, na medida em que o território é uma base constante e necessária da vida social, que se manifesta em todo período da história humana como depositário das condições de existência de qualquer população. Redefinição, pois o uso dessa base territorial depende das relações entabuladas pela sociedade em cada momento, sendo

o da atualidade marcado pela globalização, processo que altera significativamente as relações das sociedades com seus espaços.

Para Santos (1994, p. 16) o território são as formas, “mas o território usado são os objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Nesse sentido, os sistemas de objetos e o sistema de ações devem ser entendidos como elementos indissociáveis, de maneira que, de um lado “os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 2006, p. 39).

Dessa maneira, torna-se possível identificar que o território usado comporta uma dialética espacial entre os objetos e ações, e mais do que isso, se expressa também através do que Santos (1994) chama de “espaço banal”, que é o espaço de todas as relações, o “lugar do acontecer solidário” (SANTOS, 2006), que deve ser encarado em oposição à noção de redes, interligadas em escala global.

A ideia de espaço banal, influenciada da teoria de mesmo nome desenvolvida por François Perroux, e aplicada por Jacques Boudeville, é o espaço que comporta, dentro de uma mesma lógica interna todos os elementos presentes, como: os homens, as empresas, as instituições, as formas sociais e jurídicas e as formas geográficas, etc., (SANTOS, 2006). A noção de espaço banal, ou seja, espaço de todos os alcances, de todas as determinações, de todos os homens, deve ser entendida em oposição a ideia de rede, pois esta se constitui em apenas uma fração do espaço, o espaço de alguns (SOUZA, 1999).

Assim, o território, em tempos recentes, pode ser formado de lugares contíguos, da solidariedade, e de lugares em rede, da seletividade e segregação (SOUZA, 1999). “Esta preposição nos remete a dialética do território: um controle local de parcela técnica da produção e um controle remoto de parcela política da produção” (SOUZA, 1999, p. 4).

Estes são, entretanto, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal (SANTOS, 1994).

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns (SANTOS, 1994, p. 16).

Dessa maneira, Santos (1994) adentra em dois conceitos importantes para a compreensão do território usado: a noção de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades se caracterizam pelas relações entre lugares contíguos, dentro de uma mesma região, que atuam, segundo o autor “como o alicerce de todos os cotidianos” (SANTOS, 1994b,

p. 26). São exemplos de horizontalidades a movimentação dos indivíduos, as coletividades, as firmas, as instituições, além de elementos balizados pelas ações, como as atividades agrícolas modernas ou atividades urbanas, como as fábricas, as relações cidade-campo, a própria vida urbana, etc., que operam através de uma racionalidade que gera lugares funcionalmente contíguos (SANTOS, 1994b).

Esse conjunto de “lugares” contíguos, o qual Milton Santos chama de horizontalidades, são territórios partilhados, complementares em termos de produção, através do “exercício de uma existência solidária” (SANTOS, 1994b, p. 27). De acordo com Santos (1994b), as horizontalidades estão no centro da produção da divisão territorial do trabalho.

As verticalidades, por sua vez, atuam como “vetores de integração hierárquica regulada” (SANTOS, 1994b, p. 26), controlados de maneira externa ao território, sobretudo em nível global. Enquanto as horizontalidades se caracterizam pelos elementos materiais e contíguos, as verticalidades dão conta de uma ampla parte do processo, que corresponde a circulação, a distribuição, o consumo de mercadorias, configurados a partir de pontos distantes no território, que segundo Santos (2006, p. 192), quando “[...] separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia”.

Conforme argumenta Santos (2006), as verticalidades criam interdependências, no que o autor denomina como “nova geografia dos fluxos dos produtos”, termo atribuído ao professor universitário francês e especialista em logística Gilles Paché³⁷. As interdependências, observadas pelo autor, tendem a criar um sistema hierárquico de ordenamento territorial, comandado a partir de largas distancias.

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. Paralelamente, forças centrípetas e forças centrífugas atravessam o território, como tendências ao mesmo tempo contrastantes e confluentes, agindo em diversos níveis e escalas. (SANTOS, 2006, p. 193).

Cabe destacar que as cidades, normalmente, são o ponto de intersecção entre as horizontalidades e as verticalidades (SANTOS, 2006), no qual, é possível identificar essas duas lógicas perpassando as cidades, produzindo arranjos territoriais em que se superpõem vinculações horizontais e verticais (SANTOS, 2006).

³⁷ PACHÉ, G. “L’entreprise éclatée représentation économique de L’espace productif”. In: Bakis, Henri (ed.). Communications et territoires. Paris, La Documentation Française, 1990.

Das noções de horizontalidades e verticalidades, surge a necessidade de compreensão das forças centrípetas e centrífugas, que atuam na formação dos territórios, com tendências, de acordo com Santos (2006, p. 193), “contrastantes e confluentes, agindo em diversos níveis e escalas”.

As forças centrípetas são resultado dos processos econômicos e sociais. Como coloca Santos (2006), as forças centrípetas são fatores de convergência, atuando tanto nas cidades quanto no campo, ou ainda, entre a cidade e o campo. O autor reforça que no campo e na cidade elas são fatores de homogeneização e de aglomeração, respectivamente, e entre o campo e a cidade atuam como fatores de coesão (SANTOS, 2006).

Com relação as forças centrífugas, elas são identificadas como fatores de desagregação, pois retiram da região a condição de comando, o remanejando para campos externos. O autor identifica alguns fatores externos que causam influência local, como o comércio internacional, o fornecimento de capitais, as políticas públicas ditadas nas metrópoles nacionais, etc., (SANTOS, 2006). Assim sendo, as forças centrípetas levam ao processo de horizontalização e as forças centrífugas ao processo de verticalização, no entanto, “em todos os casos, sobre as forças centrípetas, vão agir forças centrífugas” (SANTOS, 2006, p. 194).

Outro conceito fundamental na compreensão do território usado é a noção de “rugosidades”. As rugosidades, de acordo com Santos (2006), trazem traços de divisões do trabalho passadas, ou seja, “[...] os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 2006, p. 92).

Assim, as rugosidades são as formas materiais herdadas de outros tempos, que nos tempos atuais obedecem a uma nova lógica funcional, como edificações abandonadas, antigas estradas, fabricas abandonadas, ou que sua estrutura física seja utilizada para outros fins, etc. Conforme observa o autor, “em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas” (SANTOS, 2006, p. 92).

As divisões anteriores do trabalho permitem rever as formas herdadas segundo uma lógica que as restabelece no momento mesmo de sua produção. As rugosidades, vistas individualmente ou nos seus padrões, revelam combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar dados. O meio ambiente construído constitui um patrimônio que não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais. Desse modo, o meio ambiente construído se contrapõe aos dados puramente sociais da divisão do trabalho. Esses conjuntos de formas ali estão à espera, prontos para eventualmente exercer funções, ainda que limitadas por sua própria estrutura. O trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer. A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da

divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas (SANTOS, 2006, p. 92).

Dessa maneira, o território é formado por novas e velhas estruturas, que se cristalizam no espaço, defrontando-se com novos momentos históricos, que trazem novas ações, novos modos de produção. A rugosidade é o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares (SANTOS, 2006).

Por isso a maneira com que o território é usado, ou seja, os usos e abusos do território (SOUZA et al., 2003), em cada período histórico, é o definidor da realidade social de cada momento, assim como, configura as novas desigualdades territoriais (SANTOS e SILVEIRA, 2011). É nesse sentido que entram em cena as diferenciações no território brasileiro, explicadas por Santos (2006) e Santos e Silveira (2011) através de conceitos como: zonas de densidade e de rarefação, fluidez e viscosidade, espaços luminosos e opacos, ou ainda os tempos rápidos e lentos.

Milton Santos buscou uma teorização para o espaço, no qual o território aparece em sua obra como forma de empiricizar sua teoria espacial. Isto é, o território usado expõe a perspectiva do papel ativo da Geografia, “e a possibilidade de uma intervenção válida dos geógrafos no processo de transformação da sociedade” (SANTOS, 2000, p. 1). É nesse sentido que Santos (1994) identifica a noção de território usado como sinônimo de espaço geográfico, pois, o território usado é tanto o resultado do processo histórico, quanto é a base material e social para as novas ações humanas (SANTOS, 2000). Com relação a isso, o autor expõe:

Essa discussão deve estar centrada sobre o objeto da disciplina – o espaço geográfico, o *território usado* – se nosso intuito for construir, a um só tempo, uma teoria social e propostas de intervenção que sejam totalizadoras. Entre os geógrafos, incluindo aqueles convidados para trabalhar com toda sorte de questões voltadas ao planejamento, o problema do espaço geográfico como ente dinamizador da sociedade é raramente levado em consideração (SANTOS, 2000, p. 2).

O território usado é a identificação do território não apenas como produto político ou econômico, mas enquanto processo que abarca todas as dimensões da vida social, e passível de intervenção política (SANTOS, 2000). É um conteúdo em constante movimento dialético, entre os elementos exteriores ao território, ou seja, as verticalidades, e os processos que se reproduzem localmente, incluindo as pessoas que nele habitam.

É nesse viés a colocação de Santos (1994), a respeito da maneira como é utilizado o território, e não apenas a sua forma, o tornarem objeto de análise social (SANTOS, 1994), ganha sentido prático, ou seja, o território em si não é a categoria de análise da realidade, mas sim o

território usado (SANTOS, 1994). Segundo Ribeiro (2012, p. 141), Santos compreende o território como uma “ponte estrategicamente posicionada entre a teoria crítica do espaço e a ação política”.

Ao analisar o conceito desenvolvido por Milton Santos, Faria (2016) argumenta que a análise da realidade social através do conceito de território usado deve se valer de uma divisão entre a noção espacial e temporal do objeto em análise, em que o território deve ser entendido através de sua totalidade e particularidade, relacionando-as dialeticamente. Ao discutir estas questões, Faria (2016, p. 301) evidencia:

O território usado existe enquanto tal graças a essa relação totalidade-particularidade, num processo constante de reprodução. Isso autoriza também a dizer que o território só pode ser entendido através do conhecimento do mundo como totalidade, agora globalizado. E o mundo como totalidade só pode ser entendido a partir do conhecimento das partes, ou seja, dos territórios como particularidades.

O autor ainda coloca que o uso do território manifesta as diversas divisões territoriais do trabalho, que acontecem simultaneamente em escalas geográficas e históricas diferenciadas (FARIA, 2016). Estas divisões territoriais do trabalho, como bem indica Faria (2016, p. 304), se “justapõem e superpõem”, portanto, “[...] é na perspectiva da divisão territorial do trabalho que a dialética do/no território deve ser entendida”.

O dinheiro, por exemplo, é um elemento que define as particularidades e se reproduz de forma distinta nos territórios. Milton Santos identifica, dentro da lógica do processo de globalização e financeirização do capital, o que ele chama de “território do dinheiro” (SANTOS, 1999). O autor expõe que a modernização das técnicas, ligadas ao elemento informacional da globalização, fazem com que o dinheiro possua fluidez extraordinária, e torne-se o elemento que imprime velocidade aos outros elementos da história (SANTOS, 1999). Conforme coloca o autor, as técnicas de informação, são as técnicas que ligam todas as outras técnicas, e permitem que as demais técnicas se comuniquem paralelamente (SANTOS, 1999). No entanto, o dinheiro não se manifesta da mesma forma em todos os territórios. Ao pensarmos em nível de Brasil, por exemplo, é possível afirmar que o dinheiro reproduzido em uma metrópole como São Paulo, onde circulam todos os tipos de dinheiros, não é o mesmo que o dinheiro de uma cidade do interior do país, ou seja, o território pode também ser definido nas suas desigualdades (SANTOS, 1999). É nesse sentido, que o autor sugere a existência das “zonas de condensação e zonas de rarefação do dinheiro” (SANTOS, 1999, p. 10).

O autor afirma que nunca na história do homem houve um tirano tão duro e implacável quanto o dinheiro tornado global (SANTOS, 1999), e com papel de extrema importância na geografia histórica do capitalismo contemporâneo, no qual, cada vez mais os territórios são produzidos através da lógica das empresas, os chamados territórios transnacionais (SANTOS, 2005). Ou seja, “com a globalização, todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas” (SANTOS, 2015, p. 81), mesmo que de formas diferenciadas no espaço.

A obra “*O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI*”, última obra de Milton Santos, escrita em conjunto com Maria Laura Silveira, elucida bem a constituição do território brasileiro, a partir dos seus usos, desde o momento de sua ocupação inicial, no Século XVI, denominado de período técnico, até a consolidação do território nacional, já no período técnico-científico-informacional (SANTOS e SILVEIRA, 2011).

Segundo os autores, para entendermos a evolução do território através do tempo, de forma sistematizada, torna-se necessário um esforço de periodização, no qual, “[...] cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais” (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 20).

Interessa-nos, em cada época, o peso diverso da novidade e das heranças. O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 20).

Dessa forma, a técnica assume papel de extrema importância para a construção dos territórios, e em especial a constituição do território brasileiro, no qual, tem-se a constituição de uma divisão territorial do trabalho, que hierarquiza os lugares de acordo com interesses de grupos distantes, Estados ou empresas. Dentro dessa lógica, Santos e Silveira (2011, p. 21) identificam:

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

A concepção de território desenvolvida por Santos dá a categoria o caráter prático que lhe é característico, e para além disso, contribui para a empiricização do território, o tornando, assim, compreensivo como objeto social, passível de intervenção política (SANTOS, 2000). Conforme afirmam Santos e Silveira (2011, p. 20), o fato de se tratar de “[...] uma proposta

totalmente empiricizável” é o que enriquece a teoria do território usado. Isso pode dizer a respeito ao delineamento acerca das questões teóricas e epistemológicas do conceito, como também para questões ligadas ao planejamento espacial de determinados territórios, e na pesquisa geográfica em si.

Dessa maneira, o território deve ser compreendido a partir de seus usos, que corresponde ao espaço banal, local onde as ações são conduzidas de maneira justaposta e complementar em diferentes escalas espaciais e temporais. Como Santos (1999, p 8) indica, “o território usado é o chão mais a identidade”. Daí a fala do autor quando declara que território usado é sinônimo de espaço geográfico (SANTOS, 1994), pois é o espaço visto através da totalidade de seus processos sociais e materiais.

Assim sendo, ao retornarmos a questão principal que delineou este tópico, a saber: “por que o território usado, a nosso ver, é o conceito apropriado para compreender a privação social”, algumas considerações devem ser elucidadas.

O primeiro aspecto a se destacar é o caráter totalizante do território usado, que permite uma compreensão relativa dos processos, em escala local e global. Por exemplo, torna-se possível investigar de maneira ampla determinados tipos de privações, como a privação ao saneamento básico ou a moradia, que são processos que se manifestam empiricamente no território, mas que também estão ligados a uma realidade mais complexa, determinada por fatores e decisões externas.

Um segundo aspecto diz a respeito da privação social estar estritamente ligada ao território, e sendo o território usado uma categoria que integra todas as dimensões territoriais, esta permite a compreensão da privação social em toda sua amplitude, integrando dialeticamente as dimensões histórica e atual, social e material, absoluta e relativa. Além disso, os usos do território permitem uma compreensão mais completa da própria ideia de privação relativa.

Conforme Santos (2000, p. 12) menciona, o território usado, visto como uma totalidade, “[...] é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso”.

O terceiro ponto, e talvez o mais importante, é que o território usado compreende, de um lado a privação social como teoria social/geográfica, -embora ainda pouco empregada na Geografia Urbana brasileira, e por outro lado, como objeto material passível de intervenção política. Estas intervenções políticas se restringem, sobretudo, ao âmbito do Estado, no entanto, não são descartadas outras formas de intervenção, através de outros órgãos ou instituições de natureza não estatal.

Quando o esquema interpretativo da sociedade próprio à nossa província do saber dá conta da realidade concreta em sua totalidade, ele pode ser o fundamento da construção de um discurso novo para ação política dos atores sociais responsáveis por sua prática, tais como partidos políticos, movimentos sociais, instituições etc., (SANTOS, 2000, p. 8).

Dessa maneira, portanto, os usos do território contribuem para revelar os agentes produtores de privações, ao longo do tempo, sobretudo em áreas urbanas. Como evidenciou Santos (1994); (2006), o ponto no território no qual os indivíduos se localizam, em cada período da história, ajuda a definir os processos sociais existentes no espaço, bem como sua condição de vida. Por exemplo, a população que habita a periferia das cidades possui oportunidades totalmente diferentes, em termos de acessibilidade aos recursos, do que a população que habita um bairro nobre, especialmente na área central. É o que pode ser denominado como seletividade espacial, que atribui valor de troca aos territórios, trazendo à luz uma série de privações nas cidades. Conforme Santos (2012) exemplifica:

Homens que tiveram a mesma formação e que tem as mesmas virtualidades, mas estão situados em lugares diferentes, não tem a mesma condição como produtores, como consumidores e até mesmo como cidadãos (SANTOS, 2012, p. 21).

Portanto, em um mesmo local cada elemento que constitui o espaço geográfico possui variação de valor, porque de uma forma ou de outra, cada elemento, sejam os homens, as firmas, as instituições, o meio, entram em relação com as demais, e segundo o autor, estas relações são em grande parte ditadas pelas condições do lugar (SANTOS, 2012). Ou seja, o fato de estar em um ponto do território onde a distribuição dos objetos (SANTOS, 2006) é, de alguma maneira, deficiente, ao passo que, outros pontos selecionados, possuem ampla acessibilidade aos bens e serviços, demonstram a relativização do território e ao mesmo tempo a privação aos recursos, nas áreas urbanas das cidades. Portanto, como indagou Milton Santos: “não esqueçamos esta verdade cristalina: o valor do homem depende do lugar onde está” (SANTOS, 1996, p. 8).

4 FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOESPACIAL DE SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL

Santa Maria é uma cidade média localizada no centro geográfico do estado do Rio Grande do Sul (figura 2). Conhecida pelo papel de destaque regional, polo de referência em serviços na área educacional e médico hospitalar, além de centro institucional, com um dos maiores contingentes de militares do país (DEGRANDI, 2012). Cabe ressaltar o fato de Santa Maria desde os primórdios tratar-se de um centro de drenagem para o capital fundiário (ROCHA, 1993), base econômica que permeia todas as outras atividades da cidade.

Em termos de população, se apresenta com 278.445 habitantes, segundo estimativas do IBGE (2017), distribuídos em 41 bairros e 10 distritos, incluindo o distrito sede (SANTA MARIA, 2005). Dentro do contexto da rede urbana, em termos de hierarquização e classificação, Santa Maria se insere como Centro Regional do Estado, exercendo forte centralidade na região, como provedor de comércio e serviços especializados (ROCHA, 2011). Compõe a Mesorregião Centro-Ocidental Riograndense, formada por 31 municípios (IBGE, 2010b), situados em área de transição entre o Planalto e a Campanha, sendo Santa Maria o município mais populoso da região a qual participa.

No contexto da rede urbana estadual, Santa Maria aparece como cidade de porte médio, que exerce papel intermediário entre os centros menores, no seu entorno, e os centros maiores, em longas distâncias (CORRÊA, 2017)³⁸. O município conta com a 5ª maior população do Estado, sendo a mais populosa entre as cidades localizadas no Centro-Oeste, “[...] a qual, em sua maior parte, constitui sua área de influência” (DEGRANDI, 2012, p. 14).

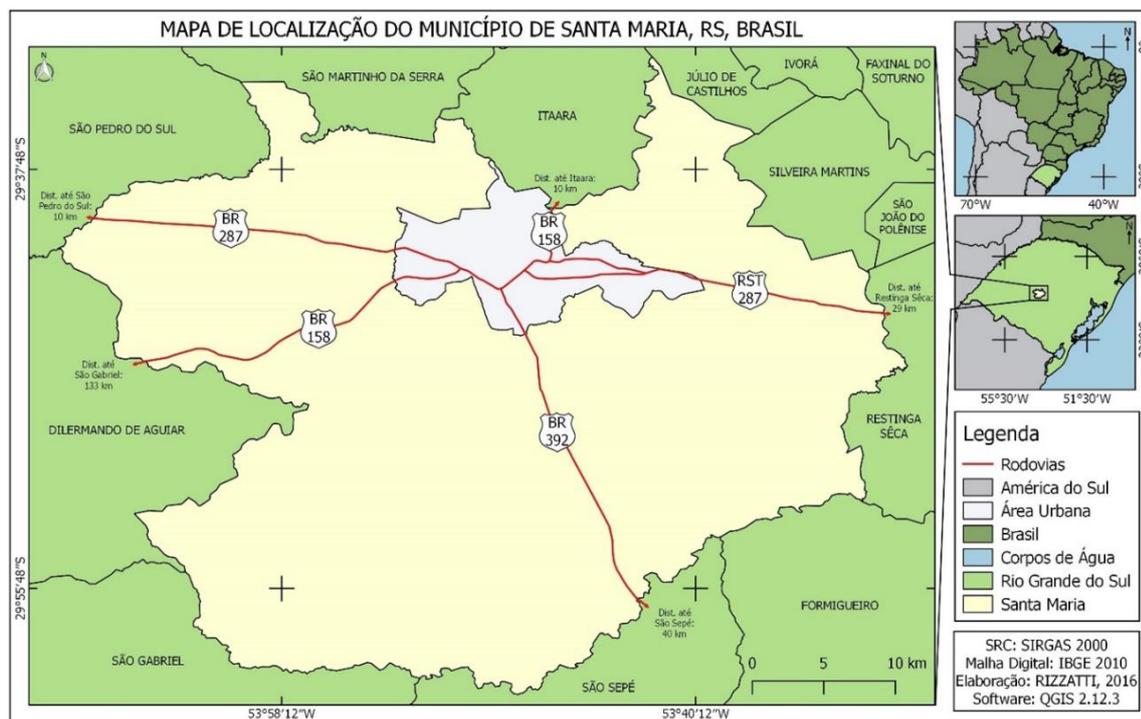
Em termos de economia regional, Santa Maria integra a região Central do Conselho Regional de Desenvolvimento do Governo do Rio Grande do Sul, COREDE Central, no qual é o município sede. O COREDE Central é composto por 19 municípios, totalizando uma população de 406.632 habitantes (FEE, 2018). De acordo com Faria et al, (2019, p. 237), na cidade de Santa Maria,

As características locacionais e históricas a constituíram como centro regional ou capital regional (na definição em relação à rede de cidades do Rio Grande do Sul), com papel de comando em relação aos municípios vizinhos, nomeadamente àqueles localizados no seu Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), e os municípios da fronteira sul e oeste do estado.

³⁸Corrêa (2007) define as cidades médias como [...] continuum que vai de minúsculos núcleos de povoamento às cidades globais, que se inserem as cidades médias, um tipo de cidade caracterizado por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização do seu espaço intra-urbano (CORRÊA, 2007, p. 24-25).

Assim, como centro de drenagem para capital fundiário (ROCHA, 1993), caracteriza-se pela grande oferta de bens e serviços especializados, servindo a uma hinterlândia regional. Esta renda fundiária, de acordo com Faria et al (2019), advém do uso e exploração desigual da renda da terra em grandes propriedades (à Oeste e Sul) e médias propriedades (ao Centro). Dessa maneira, “[...] parte dessa renda contribui para aquecer o mercado imobiliário e da construção civil ou ainda o consumo dos serviços e do comércio” (FARIA et al, 2019, p. 237).

Figura 2: Localização de Santa Maria, Rio Grande do Sul.



Fonte: Rizzatti et. al (2016).

A formação socioespacial de Santa Maria se constituiu através de processos de nível global e nacional, bem como, processos muito específicos, de nível local, que articulados determinaram a construção do território da cidade. Essa construção, ou formação territorial de Santa Maria se desenrola através da sobreposição de divisões territoriais do trabalho (SANTOS, 2006), passadas e presentes, que “geografizam” a cidade, por meio de diversos usos para os territórios na cidade.

O território urbano de Santa Maria construiu-se, e ainda se constrói, através de alguns eventos importantes, que associados ao contexto em que ocorreram, atuaram como propulsores das transformações econômicas e socioespaciais da cidade. Conforme Santos (2006, p. 61) coloca, “todo e qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos”.

Isto é, com o desenvolvimento histórico, um novo objeto corresponde também a um novo tipo de técnica, em uma relação em que o objeto é transformado pela ação da técnica, ressignificando as funções dos objetos, bem como, transformando a si mesmas. Toda relação do homem com a natureza é produtora de técnicas (SANTOS, 1997). É como observou o autor ao mencionar o filósofo britânico Alfred North Whitehead: “reconhecemos a vida específica de um objeto a partir do reconhecimento da natureza de sua relação com o evento que o situa” (SANTOS, 2006, p. 61).

Com relação a Santa Maria, alguns objetos implantados ao longo da evolução histórica da cidade, e os diferentes usos que cada objeto proporcionou e ainda proporciona ao território, devem ser entendidos em relação a construção histórica da cidade. Esses objetos possuem importância fundamental para a construção do território urbano da cidade, bem como, para a realidade socioespacial do espaço urbano de Santa Maria.

Cabe mencionar sobre os objetos naturais que exercem força sobre os processos urbanos e sobre a morfologia da cidade, como é o caso dos morros à Norte da área urbana, que são óbices naturais ao crescimento urbano naquela região. No entanto, para além do objeto natural, devemos identificar a natureza humanizada, ou geografizada, conforme Santos (2006), tendo em vista que os elementos naturais, na maioria das vezes, estão em profunda ligação com os processos sociais. Já não é possível manter a rigidez nas noções de primeira natureza e segunda natureza, pois, a natureza modificada pelo homem também pode ser considerada primeira natureza, ou seja, é a sobreposição de trabalho sobre trabalho (SANTOS, 2006).

Para entendermos a atuação desses objetos na cidade, como não poderia ser diferente, nos valemos de uma periodização pertinente a “geografia histórica” de Santa Maria, buscando a integração espaço/tempo, para ilustrar e compreender a realidade socioespacial atual do município de Santa Maria. Como afirmou Santos (2006), a ideia de período e de periodização constitui um avanço na busca da união espaço-tempo. Como Santos e Silveira (2011, p. 20) enfatizam, os usos destinados ao território são diferentes nos diversos momentos históricos, ou seja:

Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação (ou nações) e, certamente, as feições regionais.

Dessa maneira, utilizou-se como base para a divisão proposta a periodização realizada por Degrandi (2012), em pesquisa onde o autor apresenta a evolução histórica de Santa Maria através de quatro usos do território. São eles: o uso militar, ferroviário, universitário e o

comercial ou corporativo. O autor observa que, com exceção do uso ferroviário, estes usos ainda são predominantes na cidade, cada um em seu contexto, “[...] mas também combinadamente com os demais, foram fundamentais na formação socioespacial do território de Santa Maria, de forma a redefinir e comandar sua ordem e dinâmica” (DEGRANDI, 2012, p. 87).

Considerando-se, portanto, essas grandes estruturas de usos, todas expressando uma dada divisão territorial do trabalho, elaboramos uma periodização para Santa Maria em quatro períodos: i) do acampamento militar, em 1797, a chegada da ferrovia em 1885. ii) a primeira metade do século XX. iii) a segunda metade do século XX e iv) as primeiras décadas do século XXI, conformação atual da cidade.

Desse modo, torna-se relevante identificar os principais eventos ocorridos em cada período da história de Santa Maria e sua influência para a configuração socioespacial do território urbano da cidade. Esses “eventos”, como chamaremos ao longo do texto, não são os únicos responsáveis pela definição da configuração espacial atual do território urbano de Santa Maria, porém, de maneira geral, abrangem os principais condutores das verticalidades e das horizontalidades que permearam a cidade nos últimos anos.

4.1 O primeiro período: do acampamento militar à chegada da ferrovia (1797-1885)

O território atual do estado do Rio Grande do Sul foi introduzido na economia capitalista do resto do continente de forma tardia, somente no século XVII. Enquanto que no restante da América portuguesa se reproduziam os engenhos de açúcar, por mais de um século os territórios ao Sul da colônia permaneceram inexplorados (PESAVENTO, 1994).

Apesar disso, o território gaúcho não esteve desguarnecido, tendo as nações portuguesas e espanholas mantido presença militar na região. O fato de estar localizado no extremo sul, fazendo limite com o domínio espanhol, fez com que houvessem conflitos constantes entre as duas nações. Como coloca Luvizotto (2009, p. 15), “a história da ocupação e do povoamento do estado do Rio Grande do Sul está demarcada pela questão fronteiriça”.

O Rio Grande do Sul foi, desde o início, uma “fronteira quente”, isto é, local de disputa militar, de guerras e de arranjos diplomáticos, área conflituosa que se estendeu dos finais do século XVII até o XIX, quer dizer, por quase dois séculos (LUVIZOTTO, 2009, p. 15-16).

Em meio a esse contexto de disputas pelo uso do território sulino, insere-se a cidade de Santa Maria. A história oficial identifica a origem do município ligada ao acampamento militar de soldados da Coroa portuguesa e espanhola, em meados do fim do século XVIII (BELTRÃO,

1958). Pode-se entender que a formação socioespacial de Santa Maria está relacionada com ações verticalizadas, exercidas pelas duas nações colonizadoras, a partir de pontos distantes. As sedes dos dois impérios, Portugal e Espanha, nesse contexto, localizavam-se no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, respectivamente (LUVIZOTTO, 2009).

O objetivo das tropas, no território que viria a ser o município de Santa Maria, era a demarcação dos limites entre as áreas de domínio português e espanhol, naquele contexto regidas pelo tratado de Santo Idelfonso (1777). Cabe salientar que este grupo não era composto apenas por militares, mas também artesões, capatazes, peões, assim como as esposas e filhos dos componentes, somando mais de cem pessoas (BELÉM, 1989).

Alguns autores, como Noal Filho e Marchiori (1997, p. 14) afirmam que “[...] o acampamento militar de 1797 tornou-se o evento definitivo para a fundação de Santa Maria”. Ao referir-se a este período, Bernardes (1985, p. 175) expõe:

Santa Maria mantendo-se ocupada por tropas militares, garantia a segurança do território como ponto estratégico. Mais tarde a área foi doada como sesmaria (1789), permanecendo ali um acampamento de militares para consolidar a posse do território (BERNARDES, 1985, p. 175).

Dessa maneira, a localização geográfica, situada no limite dos domínios portugueses, associado a formação física da área, composta a Norte pelos morros da Serra Geral, são elementos que contribuem para o caráter estratégico do território do município, desde os primórdios (BOLFE, 1997). Ou seja, o território de Santa Maria, enquanto formação física e territorial do espaço, possui influência importante para o caráter militar e estratégico da cidade a partir deste período.

Santa Maria integra-se a Portugal diante da condição militar que lhe foi imposta e é designada pelo governo para ser o centro estratégico militar no sul do país, o marco inicial fora dado e o acampamento toma papel de um povoado em constante expansão (BOLFE, 1997, p. 55).

Mais tarde, no século XIX, um novo episódio de natureza militar ocorre em Santa Maria, com a chegada do “28º Batalhão de Alemães³⁹”, constituídos por tropas contratadas pelo Império brasileiro para defender os interesses geopolíticos na fronteira sul, contra as pretensões das províncias do Prata (NICOLOSO, 2012). É possível identificar mais uma vez o caráter

³⁹ Cabe destacar que mais tarde, em meados das décadas de 1840 e 1850, uma nova leva de imigrantes alemães se estabeleceu em Santa Maria, “[...] motivados pela paz decorrente do fim da Guerra dos Farrapos (1845) e pelas possibilidades de aquisição de terras devolutas e inserção no “próspero” comércio local” (NICOLOSO, 2012, p. 327). Muitos desses imigrantes prosperaram economicamente principalmente em atividades ligadas ao comércio, bem como, introduziram-se socialmente e politicamente na sociedade santa-mariense. Isso pode ser observado no trabalho de Nicoloso (2013) intitulado: “Fazer-se elite em Santa Maria-RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais - 1830/1891”.

estratégico do território de Santa Maria, frente os conflitos ocorridos na fronteira Sul do Brasil. Nesse sentido, a participação militar foi mais uma vez decisiva, impulsionando o crescimento econômico, demográfico e urbano da cidade, com a chegada do antigo batalhão de alemães, uma vez que, após o fim dos conflitos, grande parte destes soldados permaneceu em Santa Maria (MACHADO, 2008).

Além disso, com toda a certeza, o evento mais impactante para a realidade socioespacial de Santa Maria foi a chegada da ferrovia, inaugurada no ano de 1885.

O projeto de implementação das ferrovias gaúchas, apresentado pelo engenheiro José Ewbank da Câmara (1843-1890) em 1872, previa a construção de quatro linhas que atravessariam a província do Rio Grande do Sul, interligando-a de Norte a Sul e de Leste a Oeste (FACCIN, 2014).

Para a compreensão da totalidade deste processo, torna-se necessário pensar na importância do elemento ferroviário no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Santa Maria, combinados com os comandos de outros países distantes, que também participaram deste processo. Dessa maneira, diferente de São Paulo, onde as estradas de ferro foram implantadas por fatores estritamente econômicos, principalmente para o transporte do café, no Rio Grande do Sul este processo se deu não apenas pelos fatores de ordem econômica, mas também por outros fatores, como os ligados a geopolítica fronteiriça e de política interna, ou seja, colonização, povoamento e articulação territorial (DEGRANDI, 2012).

Desse modo, conforme exposto, em Santa Maria, no ano de 1885 é inaugurada a primeira linha férrea da cidade, a chamada Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana, ligando Porto Alegre a Uruguaiana, com Santa Maria sendo o entroncamento principal. A localização geográfica do município, no centro do estado, assim como ocorrido na fundação da cidade, mais uma vez surge com papel determinante, transformando Santa Maria em um dos principais entroncamentos ferroviários do Sul do Brasil. De acordo com Degrandi (2012, p. 115), a ferrovia Porto Alegre-Uruguaiana foi implantada com objetivos prioritariamente econômicos: “expansão do capitalismo mercantil comercial e agropecuário (latifundiário e colonial), ligação de mercados afastados e isolados, escoamento da produção sulina para o abastecimento interno, etc.”.

A ferrovia encurtou as distâncias entre as principais cidades do estado do Rio Grande do Sul no final do Império, dinamizando a indústria regional gaúcha, assim como do desenvolvimento urbano da cidade de Santa Maria. Nesse período, o tempo demandado no trajeto entre Santa Maria e Porto Alegre, através de carretas puxadas por bois era de 15 dias,

enquanto com as modernas locomotivas o trajeto passou para menos de 10 horas, o que dinamizou o processo de transporte de mercadorias (DEGRANDI, 2012).

Nesse sentido, “a ferrovia possibilitou a motorização do território de Santa Maria, superpondo uma nova camada técnica ao seu arranjo territorial, baseado, até então, somente na tração animal” (DEGRANDI, 2012, p. 119), correspondendo aos avanços nas técnicas ocorridos nos países industrializados, integrando o território de Santa Maria ao capitalismo internacional.

Em 1898 a *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil (Auxiliaire)*, empresa belga que era arrendatária da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana, transfere para Santa Maria os seus escritórios administrativos e oficinas, um marco simbólico importante da verticalidade da ferrovia no território de Santa Maria. Anos mais tarde, a empresa belga viria a possuir a concessão de todas as linhas férreas do Estado, originando a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), até vender aproximadamente 75% de suas ações a empresa norte-americana chamada Brazil Railway (FLÔRES, 2007). Assim, conforme assinala Degrandi (2012, p. 122), “os sistemas de ações que envolvem os serviços ferroviários obedecem a ordens de centros decisórios distantes dos lugares escolhidos e funcionalizados para seus usos.”

Dessa maneira, a implantação da ferrovia em Santa Maria foi determinante no desenvolvimento e na produção do território urbano da cidade. A circulação de pessoas e mercadorias (capital) se intensificou, dinamizando o setor comercial/empresarial da cidade, o que contribuiu para o surgimento de estabelecimentos comerciais dos mais variados ramos, especialmente na Avenida Rio Branco, inicialmente chamada de Avenida Progresso, construída para atuar como ligação entre o centro urbano e a estação ferroviária (FACCIN, 2014). A ferrovia, pode-se afirmar, dinamizou os usos do território na cidade de Santa Maria, e alterou as relações do município com o seu entorno, bem como com outras regiões do país.

4.2 A primeira metade do século XX: explode a “Santa Maria ferroviária”

A passagem do século XIX para o XX em Santa Maria foi de intensas transformações socioespaciais. Os usos do território passam a ser pautados pela racionalidade ferroviária, tendo em vista o progresso econômico trazido pela ferrovia na cidade. Assim,

Por sua situação geográfica, foi ponto de convergência e distribuição de produção de toda região centro-oeste para os grandes centros comerciais. Com a ferrovia e, especialmente pelo entroncamento férreo, surgem, na cidade, hotéis de luxo, casas comerciais, frigoríficos, entrepostos, depósitos de produtos agrícolas e pastoris. O incremento populacional também é notável. Em 1894, a cidade tinha três mil habitantes, dez anos após, contava com 15 mil. A quantidade de edificações, no mesmo período, passou de 400 para 1.500 (ROCHA, 1993, p. 147).

Nesse contexto, são implantados os primeiros equipamentos de infraestrutura urbana, tal como a pavimentação das principais ruas e também a iluminação pública a base de energia elétrica. “No final do século XIX e início do século XX, a mancha urbana contava com 88 ruas e 6 praças, expandindo-se principalmente em direção leste-oeste, acompanhando a ferrovia” [...] (COMIN, 2013, p. 60).

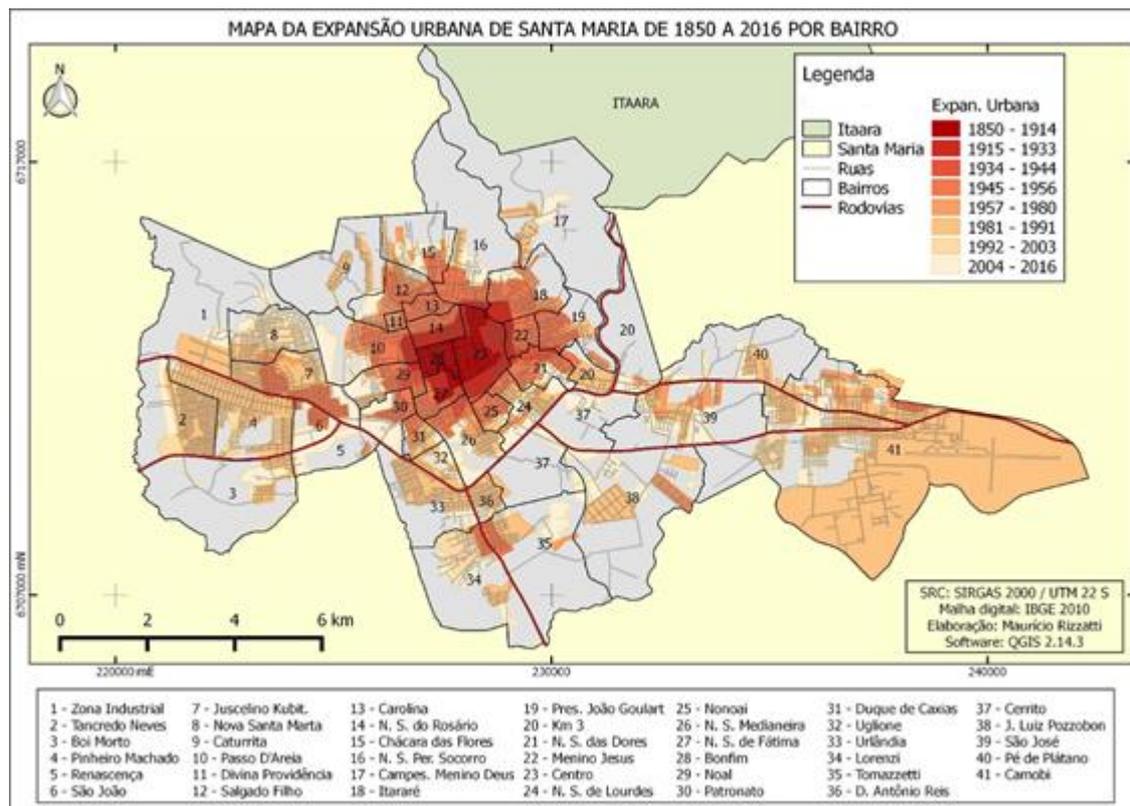
Somente na década de 1930 são iniciadas as discussões com relação a elaboração de um plano de expansão urbana na cidade, em vista do alto número de loteamentos que vinham sendo implantados na mancha urbana. De acordo com Salamoni (2008), no ano de 1937, o número de edificações construídas era de cerca de 86, em 1938 esse número salta para 417 e em 1939 para 435 novas edificações, crescimento muito expressivo nesse período.

Assim, é possível identificar o intenso uso do território urbano de Santa Maria nas primeiras décadas do século XX, principalmente através da construção de loteamentos, sobretudo loteamentos populares, nas bordas da mancha urbana (SALAMONI, 2008). Tais loteamentos, no total de cinco entre os anos de 1934 e 1938 (SALAMONI, 2008), a grande maioria tornados vilas, proliferavam de maneira muito intensa, resultado do uso mercantil do território, por parte dos proprietários de terra. Desse modo, sobre a atuação da ferrovia no território urbano de Santa Maria, Degrandi (2012, p. 123) discorre:

“[...] o maior impacto da ferrovia decorre de sua funcionalidade, a qual requer a apropriação e uso exclusivo de faixas contínuas de áreas por onde estende suas linhas. No caso de Santa Maria, o traçado da linha, embora tenha tangenciado a mancha urbana do tempo de sua implantação, com sua expansão, acabou cortando o perímetro urbano de leste a oeste. O exemplo mais claro é o bairro Itararé (homenagem à ferrovia Itararé-Marcelino Ramos-Santa Maria-Rio Grande”.

Dessa maneira, o traçado da estrada de ferro em Santa Maria, paralelo aos morros da Serra Geral, que circundam a porção Norte da cidade, pode-se dizer, atuaram como vetores da expansão urbana da cidade no sentido Leste-Oeste, como atestaram os trabalhos de Bolfe (1997) e Salamoni (2008). Observando o mapa da expansão urbana da cidade, entre os anos de 1850 e 2019, usando como fonte de dados o estudo de Salamoni (2008), torna-se possível identificar o traçado retilíneo da ocupação territorial ao longo das décadas na cidade.

Figura 3: Mapa da expansão urbana em Santa Maria, RS.



Fonte: Salamoni (2008) adaptado. Elaboração: Rizzatti (2019).

Na primeira metade do século XX, com o impulso da ferrovia, Santa Maria apresenta um ritmo acelerado de desenvolvimento econômico, além de uma urbanização crescente, alterando a configuração da mancha urbana da cidade até aquele momento. De acordo com os dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE, 1986), a população de Santa Maria no ano de 1920 era de 52.700 habitantes, com 16.500 habitantes na área urbana e 36.200 na zona rural. Na década de 1940, segundo os dados da (FEE, 1986), a população alcança o número de 75.597 habitantes no total, com 41.688 na área urbana e 33.909 na área rural, com a população urbana superando a rural neste período (ROCHA, 2011).

Cabe destacar que em 1940, segundo dados do (IBGE, 2007), nenhuma região brasileira havia atingido a marca de 50% no nível de urbanização, sendo que a região Sudeste, que concentrava o maior índice de população em áreas urbanas, detinha 46% de total de população urbana. Em contrapartida, Santa Maria apresenta neste período um total de 55,15% de população na área urbana (ROCHA, 2011), o que explica, de certa maneira, a expansão desordenada do território urbano da cidade.

Nesse contexto tem início a ocupação de outras áreas, além da central, como as zonas Sul e Oeste do território urbano, além da zona Norte, para além dos trilhos (ROCHA, 2011).

Nesse sentido, de acordo com Bolfe (1997, p. 62) a cidade de Santa Maria apresenta-se, nas primeiras décadas do século XX, da seguinte maneira:

O novo centro ferroviário do Estado impulsiona-se com a implantação de novas funções, integradas à economia brasileira, dependente do setor primário exportador e ao passar a década de 30, tornou-se, também, importante centro rodoviário, ao desenvolver novas relações sociais e de produção.

Dessa maneira, Santa Maria alcança a década de 1950 com uma população de 80.001 habitantes (IBGE, 2000), com índices de urbanização mais elevados que os do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil no período (ROCHA, 2011). A autora identifica que em termos numéricos, no que se refere ao percentual de população total, entre as décadas de 1950 e 1960 “Santa Maria apresenta índices superiores aos do estado e do país, com incremento populacional de 30,64%, enquanto no estado do Rio Grande do Sul esse índice foi de 22,71%, e no Brasil, de 25,88%” (ROCHA, 2011, p. 284).

Em meados da década de 1950 as ferrovias perdem importância como principal modal de transporte de mercadorias e passageiros no país. A decadência do sistema ferroviário no Brasil e em Santa Maria, passa pelo entendimento de alguns processos ocorridos a nível nacional, principalmente a encampação da VFRGS pelo Governo Federal no final dos anos de 1950 (DEGRANDI, 2012), além do pesado investimento em estradas de rodagem, durante o Governo de Juscelino Kubitschek.

A perda de importância da ferrovia em Santa Maria, e também em todo território nacional, é resultado de uma trama de processos coexistentes, ocorridos entre as décadas de 1950 e 1970 no país e em Santa Maria. A reflexão de Bolfe (2003, p. 99) ao referir-se que “o fato econômico da história brasileira estrutura e transforma as cidades”, descreve bem esse processo. Desse modo, a compreensão do papel atual de Santa Maria, bem como a organização do seu território, passa pela discussão destes eventos, que articulados, cada qual a sua maneira, construíram a formação socioespacial e territorial atual de Santa Maria.

Desse modo, o uso ferroviário do território na cidade, durante o processo histórico de formação, constituição e decadência do sistema ferroviário em Santa Maria e no país, alterou diretamente a dinâmica urbana da cidade, criando impedimentos ao seu ordenamento espacial e contribuiu, segundo Degrandi (2012, p. 124), para a “[...] configuração do perfil longitudinal da mancha urbana de Santa Maria, de leste a oeste, obedecendo ao sentido da linha férrea”.

Além disso, a ferrovia e todas as suas atividades complementares, estações, trilhos, paradas, oficinas, etc., tornaram-se vetores de atração locacional de atividades comerciais e residenciais, como exemplo o bairro Itararé (DEGRANDI, 2012).

Com a decadência do serviço ferroviário e posterior privatização nos anos de 1990 (DEGRANDI, 2012), alteram-se as funções do aparo ferroviário na cidade, que no primeiro momento desencadeou um processo de dinamização econômica, com a valorização imobiliária e comercial (DEGRANDI, 2012), no período de estagnação culminaram em estruturas que se transformaram em verdadeiras “rugosidades” ferroviárias, em meio a paisagem urbana. De acordo com Degrandi (2012, p. 125), os “[...] ramais e trechos de linhas considerados antieconômicos foram abandonados, bem como armazéns, estações, prédios, etc., tiveram a mesma sorte, principalmente aqueles associados ao transporte de passageiros”. Muitas dessas linhas abandonadas, ao longo do tempo, foram sendo ocupadas por construções de moradias precárias, em situação irregular. Esses espaços abandonados tornaram-se locais de sucessivas moradias irregulares, desde a década de 1960.

4.3 A segunda metade do século XX em Santa Maria: período dos “grandes” eventos

Conforme apontam Santos e Silveira (2011, p. 281) as cidades se constituem em uma espécie de geometria variável, no qual, deve-se levar em conta “[...] a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global”. Desse modo, para a compreensão do papel de Santa Maria em tempos atuais, torna-se necessário identificar alguns eventos ocorridos a nível de país e a nível de Santa Maria, entre as décadas de 1950 e 1970. Assim sendo, estes processos interligados ocorridos neste momento histórico, de certa maneira, rompem com o padrão de desenvolvimento que Santa Maria apresentava até então, e iniciam um novo modelo econômico para a cidade.

Assim, o que se pode é refletir a respeito da importância dos eventos que se entrecruzam neste período, que caracterizam Santa Maria como um ponto de interseção e superposição, ou encruzilhada para as verticalidades e horizontalidades (SANTOS e SILVEIRA, 2011).

A nível de Brasil, no contexto pós Segunda Guerra o país adentra no projeto de integração nacional, levado a cabo por Juscelino Kubitschek, que priorizou a implementação de estradas de rodagem, reduzindo os investimentos nas estradas de ferro. Este é um primeiro elemento importante, em escala nacional e diretamente ligado com os usos do território em Santa Maria, portanto merece um aprofundamento maior.

Desse modo, a centralização do controle das linhas férreas brasileiras pelo Governo Federal é parte do projeto desenvolvimentista de Kubitschek, que levou a incorporação da VFRGS, em 1959, à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), empresa estatal brasileira. A justificativa para centralização das linhas férreas foi de que uma única empresa à

frente da administração da malha ferroviária do país traria uma maior racionalidade gerencial, além de diminuição de custos e desativação de linhas deficitárias (FLÔRES, 2007).

Como destacam Santos e Silveira (2011, p. 45) “o fato de várias ferrovias terem sido levadas a tornarem-se antieconômicas aceleraram a instalação do império do caminhão [...]” no país, a partir da década de 1950. Esta interiorização do país, permitida pelas estradas de rodagem, buscaram levar o progresso técnico para as áreas mais distantes, fazendo com que o capital se movimentasse com maior fluidez no território brasileiro (SANTOS, 2006).

Em Santa Maria a decadência da ferrovia impactou na dinâmica urbana da cidade, que até a década de 1950 concentrou as principais atividades econômicas na Avenida Rio Branco, hoje chamado de centro velho, *locus* econômico naquele período. De acordo com Bolfe (2001, p. 134) “o centro velho de Santa Maria, manteve seu auge enquanto a Estação Ferroviária da Rede Ferroviária Federal S. A.- RFFSA manteve acesa a sua função de transporte de passageiros e de cargas”.

Cabe ressaltar que o país estava avançando no processo de abertura para o capital estrangeiro, sendo o Golpe de Estado de 1964 “um novo passo na internacionalização da economia brasileira, com a influência explícita da Guerra Fria e os acordos assinados para tornar mais segura a entrada de capitais” (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 46). Nesse contexto, o desenvolvimentismo por meio da industrialização, já estava em pauta no Brasil desde o período de Vargas, com a diferença que Kubitschek priorizou a abertura do país para a entrada do capital estrangeiro. A atuação do Estado brasileiro no sistema econômico do país neste período, “destinou-se a acelerar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização, e a impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro” (IANNI, 1971, p. 142).

O projeto de integração nacional, como ficou denominado o processo de interiorização do país, foi permitido através da implantação de infraestrutura, especialmente as estradas de rodagem. Isso levou o Brasil a formação de um mercado mais unificado, deixando de ser o que Santos (1994b) e Santos e Silveira (2011) identificaram como Brasil arquipélago dos séculos anteriores, embora a grande concentração industrial estivesse aglomerada no Sudeste, especialmente em São Paulo.

Segundo Santos e Silveira (2011), a extensão da rede rodoviária brasileira, entre os anos de 1952 e 1995, passa de 302.147 quilômetros para 1.657.769 quilômetros, tendo alcançado o maior crescimento durante a década de 1970. No entanto, a rede de estradas de rodagem brasileira possui densidades diversas, com as regiões Sul e Sudeste despontando com o “espaço maior de espessura de caminhos por unidade de superfície [...]” (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 65).

Contudo, Santa Maria, diferentemente do caso brasileiro, não realizou a chamada virada industrial nos anos de 1950, permanecendo com a maior parte da economia ligada ao comércio e os serviços, setores que já possuíam destaque desde o final do século XIX na cidade. Nesse contexto, Santa Maria já aparecia como uma cidade com grande número de unidades militares (MACHADO, 2008), além de centro educacional, em diferentes níveis (BOLFE, 2003). Os usos militar e ferroviário influenciaram para o avanço do setor de comércio e serviços na cidade, impondo toda uma cadeia especializada de demandas, como hotelarias, farmácias, serviços educacionais, etc. Conforme observa Degrandi (2012, p. 146) os usos militar e ferroviário alavancaram, inicialmente,

[...] serviços de segurança militar, aos quais se sobrepueram serviços de transporte, com a ferrovia, ambos beneficiando a função comercial, a qual passou a demandar, também, maior qualificação profissional. Serviços educacionais e de saúde, principalmente, seriam um desdobramento necessário de todos eles e, também, uma necessidade criada pela aceleração do processo de urbanização, em grande parte deles resultantes.

Um segundo fator ocorrido entre as décadas de 1950 e 1970 que merece destaque foi a modernização da agricultura no Brasil, através da chamada “revolução verde”. Este fato, iniciado na década de 1950 ainda sob o viés desenvolvimentista de Kubitschek, acaba se consolidando na década de 1960, com os militares. Em um contexto em que as multinacionais se expandem no território brasileiro, principalmente empresas estrangeiras ligadas ao setor agrário, a produção agrícola no país se moderniza capitalisticamente, com a introdução de novos métodos de plantio, sementes geneticamente modificadas, maquinário mais sofisticado, etc. Isso marca a mudança do latifúndio e do minifúndio, para a chamada empresa rural (MOREIRA, 1990), o que possibilitou a implantação de um complexo agroindustrial no país.

No Rio Grande do Sul, a modernização da agricultura se deu principalmente pelos incentivos em créditos, especialmente para produtores de trigo e arroz, produtos importantes para o mercado interno do país. A soja, em fase de expansão, buscava, sobretudo, o mercado externo (ANDREATTA et al., 2009). Nesse sentido, cabe ressaltar o estudo de Rocha (1993), que evidenciou que Santa Maria possui papel de destaque como centro de drenagem da renda fundiária, assim como, funciona como moradia de uma elite de caráter rural. A autora identifica que desde os primórdios da cidade os grandes proprietários rurais vêm atuando nos mais diversos segmentos produtivos urbanos, “[...] seja através da criação de indústrias, promoção imobiliária, comércio ou mesmo como profissionais liberais” (ROCHA, 1993, p. 178).

Os capitais fundiários estão presentes, na cidade de Santa Maria, desde o início de sua formação, sendo que, através da criação de atividades, conferem à cidade diversas funções através das quais ela passa a ser conhecida, qual seja, centro militar, ferroviário e comercial, além de cidade universitária (ROCHA, 1993, p. 178).

No mesmo momento em que a ferrovia perdia destaque econômico em Santa Maria, um novo evento surgia naquele período, trazendo consigo novos usos ao território da cidade: a criação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 1960. A UFSM foi a primeira Universidade Federal implantada em uma cidade do interior do país (ROCHA FILHO, 1993), o que “confere a Santa Maria uma especialização funcional importante dentro do Rio Grande do Sul e mesmo do Sul do Brasil” (ROCHA, 1993, p. 142).

Como coloca Degrandi (2012, p. 145), a respeito do processo de enfraquecimento do que ele chama de “situação geográfica”, que em determinado momento esteve “[...] comandada pelo uso ferroviário, foi acompanhado pela emergência de uma nova situação geográfica, que seria comandada pelo uso universitário do território, a partir de 1960”. Ao estudar o território de Santa Maria a partir de seus usos, Degrandi (2012, p. 146) identificou que os eventos militares e ferroviário, sobrepostos e atuando como vetores das modernidades nos diversos usos do território, “[...] moldaram uma nova divisão local (e regional) do trabalho”, calcada no comércio e serviços, sobretudo educacionais.

Em outras palavras, as transformações das bases materiais e imateriais, graças aos acréscimos de novos objetos técnicos que o território foi acolhendo, foram acompanhadas de novas formas de fazer, de pensar, de viver e de usar o território, induzindo a novas necessidades em termos de força de trabalho (novas habilidades, novas qualificações profissionais, novos níveis de escolaridade), que se converteram em novas escolas. Tais demandas foram crescendo e se diversificando, à medida que Santa Maria foi constituindo sua centralidade regional, com base nas funções militar e ferroviária, mas, também, nas demais atividades comerciais e de outros serviços (DEGRANDI, 2012, p. 146).

Dessa maneira, portanto, a partir deste período, Santa Maria adentra em um novo momento econômico, comandado ainda mais pelo comércio e serviços, muitos deles especializados. Além disso, com a Universidade Federal, a urbanização avança mais ainda na cidade, que em 1970 conta com 156.929 habitantes, atingindo a marca de 79% urbana, segundo os dados do IBGE (2000). A implantação da UFSM possibilitou a entrada de novas verticalidades na forma de investimentos públicos e privados na cidade, que passaram a atuar como agentes de transformação do território urbano. Um exemplo disso é apresentado por Bolfe (2003), que ao estudar a verticalização urbana na cidade, identifica que a década de 1970 configura o período de maior intensificação do processo, com um total de 42 edifícios construídos no território urbano de Santa Maria neste contexto.

Nesse mesmo contexto estava sendo elaborado o Programa Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada (CURA) de Santa Maria, dentro do contexto do novo Plano Diretor implementado, financiados pelo Governo Federal, que visava ofertar recursos para aplicação

de infraestrutura urbana e equipamentos urbanos em cidades médias brasileiras (LUZ JUNIOR, 1989).

Desse modo, no período entre o final da década de 1970 e a metade da década de 1980, o território urbano de Santa Maria sofre intensas alterações por ações de múltiplos agentes articulados, sejam eles a sociedade civil, o Governo Federal, a Prefeitura Municipal, através do Plano Diretor e as empresas privadas, que realizavam as obras. De acordo com Rocha (2011, p. 327), a empresa “[...] PROPLASA, que tinha como chefe da equipe o arquiteto Geraldo Serra, elaborou o Plano Diretor Físico Territorial de Santa Maria, de 1979, bem como o Projeto CURA/Sinuêlo”.

Assim, dentro do contexto de reestruturação urbana promovido pelo Programa CURA, visando a melhoria e a integração do centro da cidade com a zona Norte, são canalizados os arroios, construídos viadutos, além do Parque Itaimbé e Hotel Itaimbé (ROCHA, 2011).

Na década de 1980 a população alcança o número de 181.685 habitantes, com um percentual de 85% de população urbana (IBGE, 2000). Nesse contexto, diversos problemas socioespaciais passam a ganhar relevo no território urbano de Santa Maria. A expansão urbana desordenada causou uma série de impactos no território, especialmente a formação das ocupações irregulares em diversas áreas, as quais, segundo os dados de Prado (2010) e Rocha (2011), aumentaram de 29 áreas ocupadas em situação irregular no ano de 1981, para 48 áreas em 1990. Um acréscimo de 19 áreas de ocupação irregular em 9 anos (PRADO, 2010); (ROCHA, 2011).

As ocupações irregulares passam a reproduzir-se no território urbano de Santa Maria a partir da década de 1960, com a ocupação da área chamada Vila Nossa Senhora do Trabalho, na região Norte da cidade (BOTEGA, 2012). Segundo o autor, após essa ocupação, esse processo continuou a reproduzir-se na área urbana de Santa Maria, formando uma verdadeira “cidade ilegal”, dentro do território da cidade (BOTEGA, 2012).

Cabe evidenciar que grande parte dessas ocupações irregulares, iniciadas a partir da década de 1960, formaram-se, sobretudo, nos entornos da linha férrea, segundo Prado (2010), tendo destaque para a porção Norte, Noroeste e Nordeste da área urbana, mais especificamente nos bairros Salgado Filho, Chácara das Flores, Itararé e Km 3. É possível observar que os trilhos do trem, embora ainda com grande funcionamento nas décadas de 1960 e 1970, já demonstrava uma nova função, ligada à pobreza urbana e as populações privadas de moradia.

Além dessas ocupações irregulares próximas aos trilhos, Prado (2010) observa também a presença de áreas ocupadas em locais considerados de risco para habitação, como nas margens do Arroio Cadena, em bairros como Urlândia e Lorenzi (PRADO, 2010). Um quadro com a

sistematização das ocupações irregulares ao longo dos anos na cidade, segundo os dados dos estudos de Prado (2010) e Botega (2012), é apresentado no anexo 3 deste trabalho.

A implantação da UFSM intensifica as ações das verticalidades e das horizontalidades no território de Santa Maria, na segunda metade do século XX. No mesmo momento em que Santa Maria não realiza a virada industrial, a Universidade Federal contribui para a intensificação do uso corporativo do território (DEGRANDI, 2012), principalmente pelo capital vindo de cima e de fora. Como Milton Santos aponta, no encerramento de sua obra *A Natureza do Espaço*, “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2006, p. 231).

Degrandi (2012, p. 178) afirma que em Santa Maria, o processo de globalização foi atingindo o território de forma mais intensa a partir da década de 1980, quando foi se “[...] apropriando do comando de importantes atividades terciárias, impondo-lhes novos conteúdos e dinâmicas”. Conforme o autor, os usos militar, ferroviário e universitário configuraram o território de Santa Maria em ações verticalizadas e horizontalizadas, mas, “no presente, a elas se associa e se superpõe hierarquicamente uma nova força vinda de fora, fruto direto da globalização, trazida por empresas que operam em diferentes escalas e têm o território como um recurso [...]” (DEGRANDI, 2012, p. 180).

O uso corporativo do território, como coloca Degrandi (2012), formou-se a partir dos demais usos (militar, ferroviário e universitário), atuando no território em dois níveis de interação hierarquizados: o primeiro hegemônico (global) e o segundo nível chamado de não hegemônico (local) (DEGRANDI, 2012). Como coloca Santos (2006, p. 230) “a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade”.

Entretanto, o uso comercial do território de Santa Maria se desenvolveu, no primeiro momento, através de “empresários comerciais tradicionais”, baseado em empresas locais, muitas pertencentes a elite fundiária, como apontou Rocha (1993), e no segundo momento a partir da globalização, na era das redes de comércio nacional e internacional. Nesse sentido, Degrandi (2012, p. 210) argumenta:

Por assim dizer, o espaço comercial de Santa Maria foi assaltado por forças exógenas, representantes de corporações do circuito superior do comércio regional e nacional. Quase todas as principais redes varejistas regionais e nacionais passaram a se fazer presentes em Santa Maria.

Dessa maneira, Degrandi (2012) coloca que no geral, o capital local foi perdendo a hegemonia comercial, embora as empresas locais, para manterem-se na concorrência, também

adentraram nos moldes da modernização, o que colaborou para manter o capital local em luta constante com o capital externo. São exemplos os casos da “[...] Eny Calçados (segmentação de lojas e formação de rede), da Casa Roth (transformada em loja de departamentos, e, mais tarde, em pequena galeria comercial) e da Elegância Feminina (transformada em pequeno center shop, em 1996)” (DEGRANDI, 2012, p. 209).

A chegada dos *shopping centers* na cidade, nos anos de 1990, atuaram e atuam como materialização das verticalidades e horizontalidades em Santa Maria. Atualmente, são contabilizados quatro *shopping centers* na cidade, o primeiro deles, *Monet Plaza Shopping* inaugurado em 1997, o segundo *Santa Maria Shopping*, no ano de 1998, o terceiro *Royal Plaza Shopping* inaugurado em 2010 (DEGRANDI, 2012) e, por último, o *Shopping Praça Nova*, em 2017.

O *Santa Maria Shopping* e o *Royal Plaza Shopping* combinam na mesma estrutura empreendimentos imobiliários, sendo que o segundo, conforme aponta Degrandi (2012, p. 211) conta com “[...] (duas torres de nove andares, com salas locáveis para escritórios) e comercial (cinco andares, com 65 salas locáveis para lojas, praça de alimentação, cinema e estacionamento, que constituem o shopping)”. O *shopping* Praça Nova, implantado em 2017 no bairro Urlândia, região Sul do território urbano de Santa Maria.

4.4 A realidade socioespacial atual: Santa Maria como um território desigual

Santa Maria como cidade média, se desenvolveu através do acúmulo de formas e funções (SANTOS, 2006), militar, ferroviária, universitária, do comércio e serviços, entre tantas outras formas e funções, configuradas através de verticalidades e horizontalidades no território urbano da cidade.

Ademais, a cidade elevou suas relações econômicas a nível local, nacional e internacional, em um primeiro momento através das redes possibilitadas pelo advento da ferrovia, esta que, em tempos atuais, pode ser considerada uma rugosidade (SANTOS, 2006), bem como, da presença militar, hoje consolidada no território de Santa Maria e do uso corporativo do território, preponderante na realidade urbana da cidade atualmente.

Assim, para a compreensão dos usos do território nos dias atuais, torna-se necessário o entendimento de alguns processos fundamentais, ligados principalmente a nova divisão territorial do trabalho e as rugosidades, recém mencionadas. A nova divisão territorial do trabalho em Santa Maria, que se foi constituindo com o uso corporativo do território, determina a formação socioespacial da cidade, principalmente através da modernização agrícola e sua estrutura baseada nas *commodities*.

Se na primeira metade do século passado Santa Maria destacava-se pelo importante ramal ferroviário, nos tempos atuais, sua importância principal, em termos de circulação de mercadorias, está relacionada ao agronegócio, sobretudo a produção de soja e gado dos municípios da região Oeste do Estado. Santa Maria, como principal centro econômico dessa região, atua como um ramal de comunicação, principalmente com o Porto de Rio Grande pela BR 392, à Sul da área urbana e com a capital Porto Alegre, pela RS 287.

Esse modelo mantém a estrutura de poder fundiário e econômico, e impõe uma racionalidade globalizada (vertical) à toda cidade e região. Além disso, no período atual, marcado pela globalização financeira, o capital comercial que circula em Santa Maria obedece a uma racionalidade externa, vinda de centros distantes, em escala Nacional e Internacional.

[...] a maior parte do capital do circuito comercial superior, não é mais dinheiro local, nem só nacional, mas é, também, dinheiro global, que só frequenta o território para revalorizar-se e, depois, voltar à disposição dos grandes centros de decisão. Um dos mecanismos utilizados para tanto é a inescapável repatriação dos lucros auferidos pelas redes comerciais exógenas instaladas em Santa Maria, que caracterizamos como uma verticalidade financeira que se acentuou no período contemporâneo (DEGRANDI, 2012, p. 275).

Essa realidade pode ser identificada em algumas áreas do território, como na região Sul da área urbana, em bairros como o Urlândia e o Lorenzi, localizados as margens da BR 392, onde as principais atividades econômicas são ligadas ao meio agrícola. Um exemplo disso é a Itaimbé Máquinas, representante da empresa Norte-Americana Massey Ferguson, além de inúmeros galpões e oficinas para manutenção de caminhões.

Isso contribui para a produção do que Santos (2015) chama de alienação do território, que é quando as principais decisões, relacionadas ao processo local são estranhas ao lugar e seguem as normas e motivações distantes. No caso de Santa Maria a alienação do território está ligada a imposição do uso corporativo do espaço, que condiciona o cotidiano dos grupos sociais e determina a realidade socioespacial da cidade.

As rugosidades é outro elemento fundamental para a compreensão da realidade do território urbano de Santa Maria. Milton Santos chama de rugosidades os objetos dispostos em tempos passados no espaço geográfico, que no contexto atual, desempenham novas funções, atuando como uma ponte entre o tempo passado e o tempo presente. Trata-se de uma divisão territorial do trabalho morto que se impõe na realidade atual, inclusive para a formação dessa nova Divisão Territorial do Trabalho. De acordo com o autor, rugosidade é tudo o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, ou seja, o “[...] que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2006, p. 92).

Desse modo, as rugosidades determinam modos de uso do território e a manutenção da formação socioespacial da cidade, marcada por profundas desigualdades sociais e territoriais. Degrandi (2012) observa que o aparato ferroviário, com os trilhos, estações, galpões abandonados, etc., presentes em diversos pontos do território de Santa Maria, configuram-se como rugosidades, servindo a outras funções no tempo atual.

A realidade vertical (do mundo das redes e da globalização) e horizontal (do mundo zonal e territorial) impõe uma nova dialética socioespacial no território urbano de Santa Maria, articulando diversos elementos em múltiplas escalas de atuação. Um exemplo da atuação conjunta entre as verticalidades e as horizontalidades no espaço de Santa Maria se dá através da instalação, na área rural do município, da empresa multinacional alemã *Krauss-Maffei Wegmann* (KMW), no ano de 2016, especializada na fabricação e manutenção de blindados. Degrandi (2012, p. 109) identifica este processo como um vetor tanto de verticalidades quanto de horizontalidades, por “[...] tratar-se de evento tanto militar quanto empresarial (militar/civil, público/privado, nacional/multinacional)”, assim como, gerador de empregos”.

Desse modo, a relação entre empresa KMW e o exército pode ser considerada um ponto formador de verticalidades, no sentido de que o exército, como uma instituição pública, fornece as condições para o uso corporativo do território de Santa Maria, através de uma multinacional estrangeira (DEGRANDI, 2012).

E no mesmo momento, este processo atua como horizontalidades, principalmente, na relação entre o exército, a KMW e outras instituições da cidade, como por meio do estabelecimento de parcerias entre a empresa e as diversas instituições de ensino da cidade, com a oferta de empregos para egressos, bem como possibilidades no campo da pesquisa científica. Um exemplo disso é a parceria assinada em 2014 entre a KMW e a UFSM, visando estreitar os laços para um futuro desenvolvimento de tecnologias de defesa na cidade.

Além do uso militar, importante dinamizador desta dialética socioespacial no território urbano de Santa Maria, o uso corporativo, ou comercial, como revela Degrandi (2012), articulado com os demais usos do território, o ferroviário, universitário, militar, torna-se o principal influenciador da realidade econômica e por consequência da realidade socioespacial urbana da cidade.

Como materialização do capital corporativo, dois tipos de empreendimentos privados têm sido instalados no espaço de Santa Maria, nas últimas décadas. Os condomínios fechados de alto padrão e os grandes empreendimentos, como os *shopping centers*.

Os condomínios fechados começam a surgir em Santa Maria no final da década de 1980 (ROCHA, 2011), somando-se em 2010 o total de 19 condomínios horizontais (PRADO, 2010);

ROCHA (2011), e, atualmente, esse número alcançando mais de 30 condomínios fechados no território urbano da cidade. Assim, esse processo,

[...] vem evidenciando a tendência do agravamento dos problemas decorrentes desse novo estilo de habitar, o qual, por suas características de “cercamento”, monitoramento e sistemas de vigilância, associados à proximidade física com as áreas de ocupação irregular, evidenciam a probabilidade de incidência de problemas urbanos e sociais, como: violência, criminalidade, pobreza, problemas gerados pela falta de convívio social e de acessibilidade a infraestruturas, entre outros (ROCHA, 2011, p. 364).

Como identificado por Rocha (2011), a reprodução dos condomínios se dá em paralelo e coexistindo com a formação de ocupações irregulares. São exemplos os condomínios de alto padrão recém implementados no bairro Tomazzetti, na porção Sul da cidade, chamados Parque das Oliveiras e Morada do Lago, que coexistem, na mesma unidade espacial, ou seja, o bairro Tomazzetti, com uma área invadida irregularmente, próxima a unidade habitacional chamada Vila Tomaz. Assim, a reprodução desses empreendimentos, através do uso corporativo do território, traz à luz uma gama de processos socioespaciais, que privam a população do uso do território, por meio de muros e forte aparato de segurança, criando o que Santos (2006) e Souza (1999); (2019) chamam de espaços da seletividade.

Além dos condomínios, outros empreendimentos ligados ao uso corporativo são os *shoppings centers*, introduzidos no espaço urbano da cidade na década de 1990, como exposto anteriormente, igualmente os hipermercados, os parques recreativos e as lojas de conveniência, como exemplo a Loja Havan, instalada no bairro Nossa Senhora da Medianeira, região centro-sul.

O *shopping* Praça Nova, implantado no bairro Urlândia, região Sul da área urbana, foi um investimento da empresa paulista ligada ao setor imobiliário VB Real Estate, o qual empregou um valor que alcançou a marca dos R\$ 130 milhões, segundo reportagem do periódico Diário de Santa Maria. Em matéria veiculada em 2015 no website do jornal Diário de Santa Maria:

O gerente de marketing da VBI, Rodrigo Granja, diz que 70% da área bruta locável já está comercializada e que é raro isso ocorrer antes da abertura do shopping. Além de mais de 40 lojas locais, o Praça Nova já tem contratos assinados com as âncoras Renner e Riachuelo e com a lanchonete Burger King (ZOLIN, 2015, s/p).

A administração do *shopping* Praça Nova é exercida pela empresa chamada Aliansce Shopping Center, encarregada pela administração de “[...] 31 shoppings em todo o Brasil” (ZOLIN, 2015). Dessa maneira, observa-se a atuação do capital externo e interno, ou exógeno e endógeno, na produção do *shopping* Praça Nova, ou seja, as verticalidades e horizontalidades expostas por Santos (2006), coexistindo, conectadas dialeticamente e produzindo o mesmo

território urbano. Como resultado no espaço local, evidencia-se a formação do processo de valorização dos imóveis presentes no bairro, principalmente os que estão no entorno do *shopping* Praça Nova, além da especulação do mercado da terra urbana nas áreas próximas.

Embora ainda não seja possível avaliar os efeitos da implantação do novo *shopping* no bairro Urlândia e em Santa Maria, grande parte dos efeitos negativos do processo recairão nas classes mais baixas, principalmente por meio do processo de especulação imobiliária. Isto é, a especulação do mercado de imóveis e da terra urbana tende a incorporar e valorizar todo o entorno, o que acarreta em um processo de expropriação da população de baixa renda para bairros mais distantes, diante da impossibilidade de compra das áreas mais valorizadas, o que pode ser entendido como uma forma de privação a moradia e seletividade espacial. Reiterando a fala de Souza (2019), esses usos do território são produtores de espaços seletivos, isto é, as geografias da desigualdade, a qual a autora se refere.

Por outro lado, com uma dinâmica tão acelerada quanto os usos identificados por Degrandi (2012), são as ocupações irregulares, que em tempos recentes continuam a se reproduzir de forma extraordinária no território de Santa Maria, levando a cidade a denominação de “cidade das invasões” (BOLFE, 2003).

As ocupações irregulares refletem um processo de despossessão, ou privação do direito a terra urbana, levando famílias e ou grupos de pessoas a invadirem determinada área de terra e construírem suas habitações, na maioria das vezes precárias. Em Santa Maria essas áreas ocupadas irregularmente tem ocorrido nas periferias da cidade, seguindo a mesma lógica apontada por Prado (2010) e Botega (2012), principalmente, nas margens do Arroio Cadena e acompanhando os trilhos do trem. Na primeira década dos anos 2000 a reprodução de ocupações irregulares permanece como uma realidade expressiva no território urbano de Santa Maria,

Seja no Km 3, na Gare da Viação Férrea ou na antiga Linha do Trem que divide o bairro Nossa Senhora do Rosário da Vila Carolina, as ocupações continuaram sendo uma forma de resistência e superação do déficit habitacional que atinge Santa Maria, dando continuidade a um processo histórico que marca a própria construção do espaço urbano da cidade. Um processo iniciado em 1960, com a ocupação da Vila Nossa Senhora do Trabalho, na zona norte, justamente no momento em que o centro da cidade iniciava a sua reformulação, deixando de ser uma área prioritariamente de habitação para ser uma área prioritariamente comercial (BOTEGA, 2012, p. 91).

Contudo, diferente do que coloca Botega (2012), em que as ocupações irregulares são encaradas como forma de resistência e superação do problema habitacional, esses fenômenos urbanos devem ser encarados como privação à habitação, e, mais profundamente, a privação do uso do território para reprodução social. Desse modo, para dar uma dimensão desse processo,

os dados de Prado (2010) e Botega (2012), demonstram o número de ocupações irregulares entre os anos de 1960 e 2006, cabendo o destaque para as ocupações formadas entre 1991 e 2006, que somam 15 áreas ocupadas nesse período, com 8 delas localizando-se próximas ou nas margens do Cadena ou dos trilhos da ferrovia.

Dessa maneira, portanto, como é possível identificar, Santa Maria historicamente apresenta uma grande problemática quanto a privação à moradia, produzido, em grande medida, pelo uso corporativo do território. Esse uso corporativo, articulado com outros usos, como o universitário, por exemplo, produzem fenômenos como a valorização da terra urbana em determinadas áreas da cidade, e por consequência a especulação imobiliária, que culmina por obrigar a camada pobre a retirar-se para bairros mais distantes, muitas vezes para ocupações irregulares.

Assim, o cenário atual de Santa Maria aponta o uso corporativo do território como uma das forças propulsoras da economia na cidade, alavancado pela influência dos demais usos. Materializa-se, principalmente, através do comércio varejista, dos serviços, muitos deles especializados, ligados ao setor educacional e de saúde, além do investimento em imóveis, prática cada vez mais expressiva na cidade. Como assinala Degrandi (2012, p. 260) “[...] a constituição da atual situação geográfica de Santa Maria é resultado da sucessão, da combinação e da sobreposição de uma profusão de eventos que historicamente se geografizaram em seu território”.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor exposição dos resultados da pesquisa, esta seção será dividida em três partes principais. A primeira com a apresentação dos mapas elaborados a partir de indicadores pré-selecionados, que compõem o Índice de Privação Social (IPS) construído para a área urbana de Santa Maria. Na segunda parte a exposição do IPS da área urbana, que associado à observação e aos levantamentos em campo, contribuiram para a identificação de territórios de pobreza e privação na cidade. Finalmente, na terceira parte buscou-se entender estes fenômenos socioespaciais a partir de determinadas formas ou estruturas espaciais selecionadas, que ao longo do tempo exercem influência no processo histórico dos usos do território nesses locais.

5.1 A Geografia da pobreza e da privação em Santa Maria, RS

A discussão deste tópico se dará a partir de três dimensões importantes para se pensar a privação social: a dimensão educação, a dimensão renda e a dimensão domicílio-saneamento. Dentro destas dimensões estão contidas cinco diferentes categorias de análise, ou seja, cinco indicadores sociais que formam o IPS da área urbana de Santa Maria.

A importância dessas dimensões em relação a privação social se dá pelo fato de que todas elas exprimem aspectos sociais e materiais da privação. A dimensão educação denota um aspecto fundamental para a emancipação social dos indivíduos, como também, a privação à educação formal deve ser encarada como uma privação que desencadeia outras privações. As consequências da privação ao ensino formal são construídas historicamente e se refletem na falta do acesso as oportunidades, levando a criação de barreiras ao desenvolvimento natural dos grupos.

A dimensão da renda, por sua vez, é importante para a privação por que ajuda a revelar extremos de pobreza, tendo em vista que é através da renda que determinadas populações conseguem acesso a bens considerados básicos de sobrevivência, como a alimentação. Sen (2010) observa que a renda deve ser entendida como meio de acesso aos bens materiais necessários, e não como o final do processo de emancipação, sendo o ponto central dessa discussão a capacidade que cada grupo social tem de utilizar essa renda.

Além disso, o mesmo autor aborda que a renda é um indicador instrumental e dependente da realidade em que se está inserido, pois ela pode ser variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (SEN, 2010). Portanto, dentro do mesmo território urbano existem capacidades diferentes de usar a renda, variando de acordo com o nível de privação a qual o grupo está inserido. Comin et al (2006) comenta que em diversos contextos,

a renda pode ser um indicador de privação absoluta, relacionada com as condições mínimas de sobrevivência, levando em conta uma linha de pobreza ou de consumo.

A dimensão domiciliar aborda dois aspectos fundamentais ligados a natureza geográfica e territorial dos indicadores sociais utilizados, que são o adensamento ocupacional e o saneamento básico. O adensamento ocupacional excessivo, ilustrado por meio dos domicílios com 5 ou mais moradores, demonstra territorialmente uma faceta muito importante dentro da dimensão social da privação. Ela traz à tona toda uma problemática histórica envolvendo a questão da moradia no Brasil, que concentra a terra urbana sob domínio das corporações imobiliárias, e priva os mais pobres da habitação adequada.

Desse modo, um dado fundamental nesse sentido é o adensamento populacional no domicílio, ou adensamento excessivo como utilizado pelo IBGE, para medir a densidade populacional por cômodo nas residências. A densificação populacional no domicílio é revelador de um problema social, principalmente relacionado com o tamanho e precariedade da moradia. Nesse sentido, portanto, a problemática exposta não se refere ao tamanho da família, mas no tamanho e nas condições da moradia no qual o grupo familiar habita.

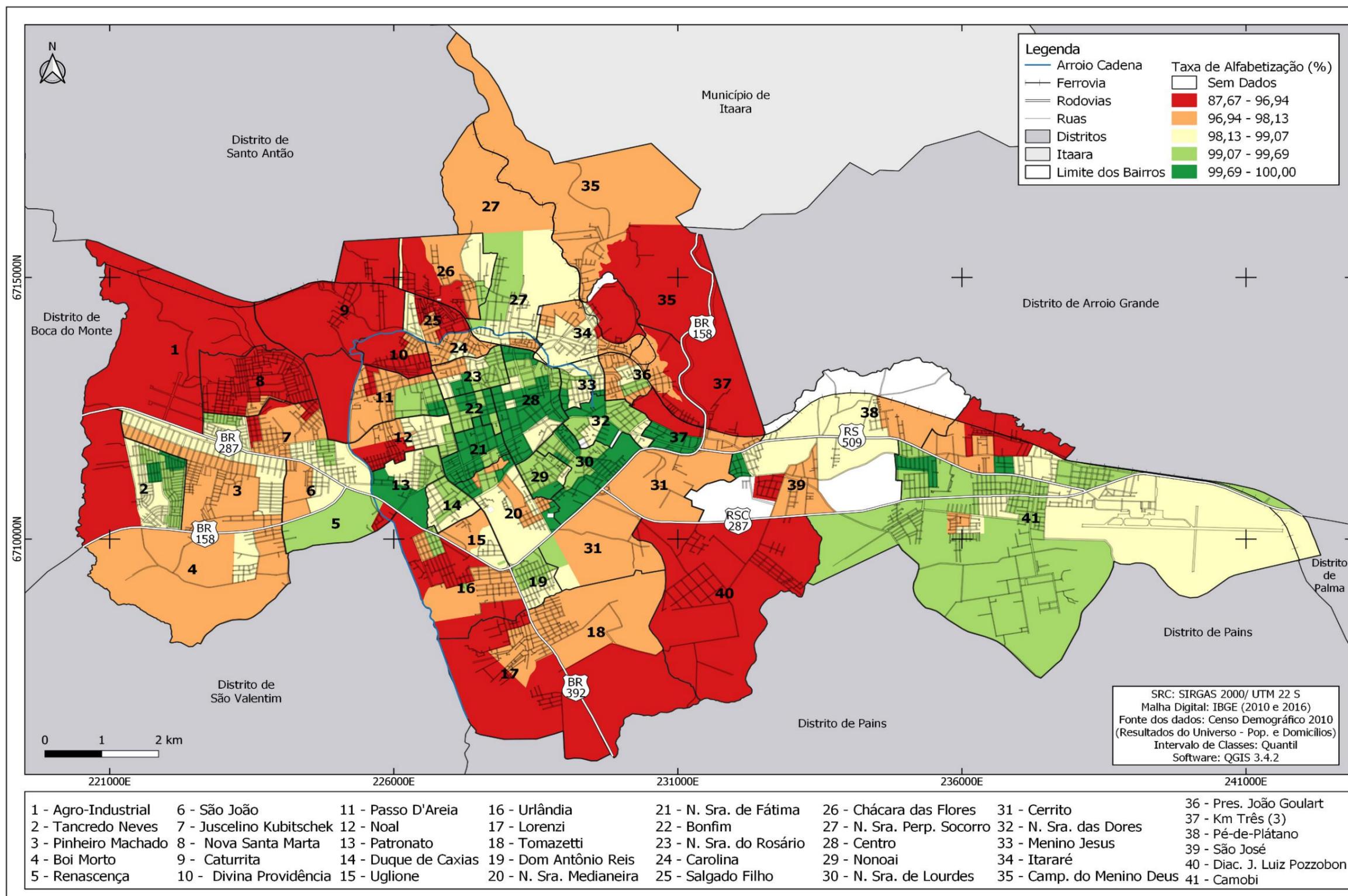
Por essa razão, torna-se relevante pensar sobre essa natureza geográfica dos indicadores sociais utilizados. O saneamento básico, por exemplo, demonstra uma dimensão fundamental do território e possui relação direta com a vida das pessoas, pois tal elemento define as condições de saúde e doença da população que ocupa este território.

Embora nos últimos anos tenham sido realizados diversos levantamentos das condições de saneamento no país⁴⁰, a grande problemática encontra-se, ainda, na ausência de dados secundários, sobretudo a nível intra-urbano, o que dificulta a execução de pesquisas interpretativas a respeito desse direito basilar. Entretanto, diante do quadro histórico do país, torna-se possível afirmar que o saneamento básico é, no Brasil, o maior sintoma de uma sociedade aleijada de possibilidades.

⁴⁰ Um dos últimos levantamentos em nível de Brasil foi realizado pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), com apoio do Instituto Trata Brasil, que identificou que apenas 46% do esgoto possui tratamento, além de 35 milhões de brasileiros não possuírem acesso a água tratada. Estes e outros dados podem ser observados em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas>.

Assim sendo, o primeiro indicador social apresentado é a taxa de alfabetização da área urbana de Santa Maria (figura 4). Este indicador, ao identificar a proporção de indivíduos analfabetos nos setores censitários urbanos, aponta para a privação da educação formal em porções do território, processo ligado a dimensão social da privação. Cabe ressaltar a respeito da importância da taxa de analfabetismo, como um indicador social de privação, tendo em vista de que a falta de acesso à educação trata-se de um fenômeno com características históricas e sociais. O mapa da variável alfabetização pode ser observado na figura 4.

Figura 4: Taxa de alfabetização da área urbana de Santa Maria, por setores censitários.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Rizzatti e Spode (2019).

O mapa da alfabetização demonstra um desenho espacial formado, de maneira geral, pelo padrão centro-periferia, com os setores censitários localizados nas áreas periféricas contando com as mais altas taxas de analfabetismo, enquanto nas áreas centrais encontram-se as menores taxas.

Desse modo, em uma divisão genérica da área urbana de Santa Maria em Regiões Administrativas (RA),⁴¹ os setores censitários localizados nas RA Sul, Oeste, Norte e Nordeste apresentam os mais altos índices de analfabetismo, com destaque para setores que compõem os bairros Lorenzi, Urlândia, Duque de Caxias, João Goulart, Agro-Industrial, Nova Santa Marta, Caturrita, Campestre do Menino Deus e bairro Km 3. Em termos numéricos, os setores censitários com os mais altos índices de analfabetismo se localizam no bairro Agro-Industrial (região Oeste), com 13%, Urlândia (região Sul) com 12%, João Goulart (região Nordeste) com 10% e Nova Santa Marta (região Oeste) com 9% de população em situação de analfabetismo.

As áreas com menores índices de analfabetismo correspondem aos bairros da RA Centro e Leste, como os bairros Centro, Bonfim, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora das Dores, São José, entre outros com setores censitários que apresentam 100% da população alfabetizada.

No entanto, alguns bairros merecem um detalhamento maior com relação a alfabetização. O bairro Camobi, por exemplo, apresenta setores censitários com altos índices de analfabetismo, como é o caso da área conhecida como “Beco do Beijo”, à Norte, onde 7% da população é analfabeta, e a Cohab Fernando Ferrari, com pouco mais de 3%. Cabe mencionar que a área denominada Beco do Beijo, localizada junto aos trilhos da via férrea, historicamente vem sendo ocupada de forma irregular, correspondendo a parte mais antiga do bairro Camobi (SPODE, 2017).

Outro bairro que merece ser examinado detalhadamente é o Diácono João Luiz Pozzobon, na RA Centro-Leste, cujas taxas de analfabetismo são significativamente elevadas em praticamente todos os setores censitários. Os setores localizados no Diácono João Luiz Pozzobon apresentam 7% e 9% da população em condição de analfabetismo, representando extensão territorial que recobre o bairro quase em sua totalidade.

Com relação a tal bairro, além das altas taxas de analfabetismo retratadas no mapa, a população local convive historicamente com problemas de ordem socioespacial, o que configura o João Luiz Pozzobon, em tempos atuais, “[...] como um bairro de classe baixa,

⁴¹De acordo com o Plano Diretor de 2005, a área urbana de Santa Maria é dividida em 8 Regiões Administrativas (RA), para fins de administração urbana. São elas: Região Administrativa Centro Urbano, Região Administrativa Centro-Leste, Região Administrativa Centro-Oeste, Região Administrativa Nordeste, Região Administrativa Leste, Região Administrativa Norte, Região Administrativa Oeste e Região Administrativa Sul. As RA são subdivididas em bairros. O mapa das RA de Santa Maria pode ser conferido no Anexo 2 deste trabalho.

marcado por áreas de pobreza e privação social, com a presença de ocupações irregulares, caracterizadas por moradias precárias, muitas delas impróprias para habitação” (RIZZATTI e SPODE, 2019, p. 80).

Para Santa Maria, a nível de exemplificação, a taxa de alfabetização para residentes, segundo o Censo de 2010, era de 96,53%, enquanto que em setores censitários de bairros como Agro-Industrial e Urlândia, por exemplo, as taxas de analfabetismo chegam a 13%.

Essa realidade demonstra que a privação do acesso à educação formal, elevada nos bairros Agro-Industrial, Nova Santa Marta, Urlândia, João Goulart, Diácono João Luiz Pozzobon, entre outros, é fator determinante para a reprodução e manutenção da pobreza e da privação social nos bairros citados.

Relacionando o mapa de alfabetização com o mapa da taxa de pessoas sem rendimento mensal e até meio salário mínimo (figura 5), observa-se um padrão com relação aos bairros carenciados, localizados, sobretudo, nas bordas da área urbana. Os setores censitários com as taxas mais elevadas de população vivendo sem renda estão situados nos bairros Caturrita, na zona Norte, Nova Santa Marta, Oeste, Itararé, à Norte, Agro-Industrial, à Oeste, Noal no Centro-Oeste e João Goulart à Nordeste da área urbana. Os setores censitários com maior porcentagem de população sem renda e até meio salário mínimo no bairro Caturrita é de 54%, no Nova Santa Marta de 53%, Itararé de 53%, Agro-Industrial de 52%, Noal de 52% e o bairro João Goulart, também com 52%.

Cabe evidenciar a respeito de bairros como o Agro-Industrial e o Nova Santa Marta, que apresentam taxas elevadas de analfabetismo, como também de baixas rendas. Os dados referentes a estes bairros, localizados na região industrial de Santa Maria, demonstram que os territórios industriais continuam sendo associados a privação à educação no Brasil, ou seja, o trabalhador das fábricas encontra nele um território de sobrevivência, mas perde as dimensões da emancipação advindas da educação. É por esta razão que a privação se instala mais acentuadamente nas classes que vivem de salário mínimo, tanto no campo, quanto na cidade.

Esse padrão espacial destacado pode ser melhor conferido ao aplicarmos o coeficiente de Pearson⁴², instrumento estatístico que mede o grau de correlação entre as variáveis, tornando-se possível identificar que para os indicadores de analfabetismo e a taxa das pessoas

⁴² O coeficiente de Pearson (r) possui valores entre -1 e 1, onde: 1 = correlação perfeita positiva entre duas variáveis e - 1 = correlação negativa perfeita entre as duas variáveis. Quando o valor for igual a 0 significa que as duas variáveis não possuem relação linear uma com a outra. Dessa maneira, define-se o coeficiente de correlação de Pearson (r) como a medida de associação linear entre variáveis quantitativas (FILHO e SILVA JÚNIOR, 2009).

sem rendimento nominal mensal e até meio salário mínimo, a correlação é positiva, alcançando o valor de 0,80, um *score* significativamente elevado.

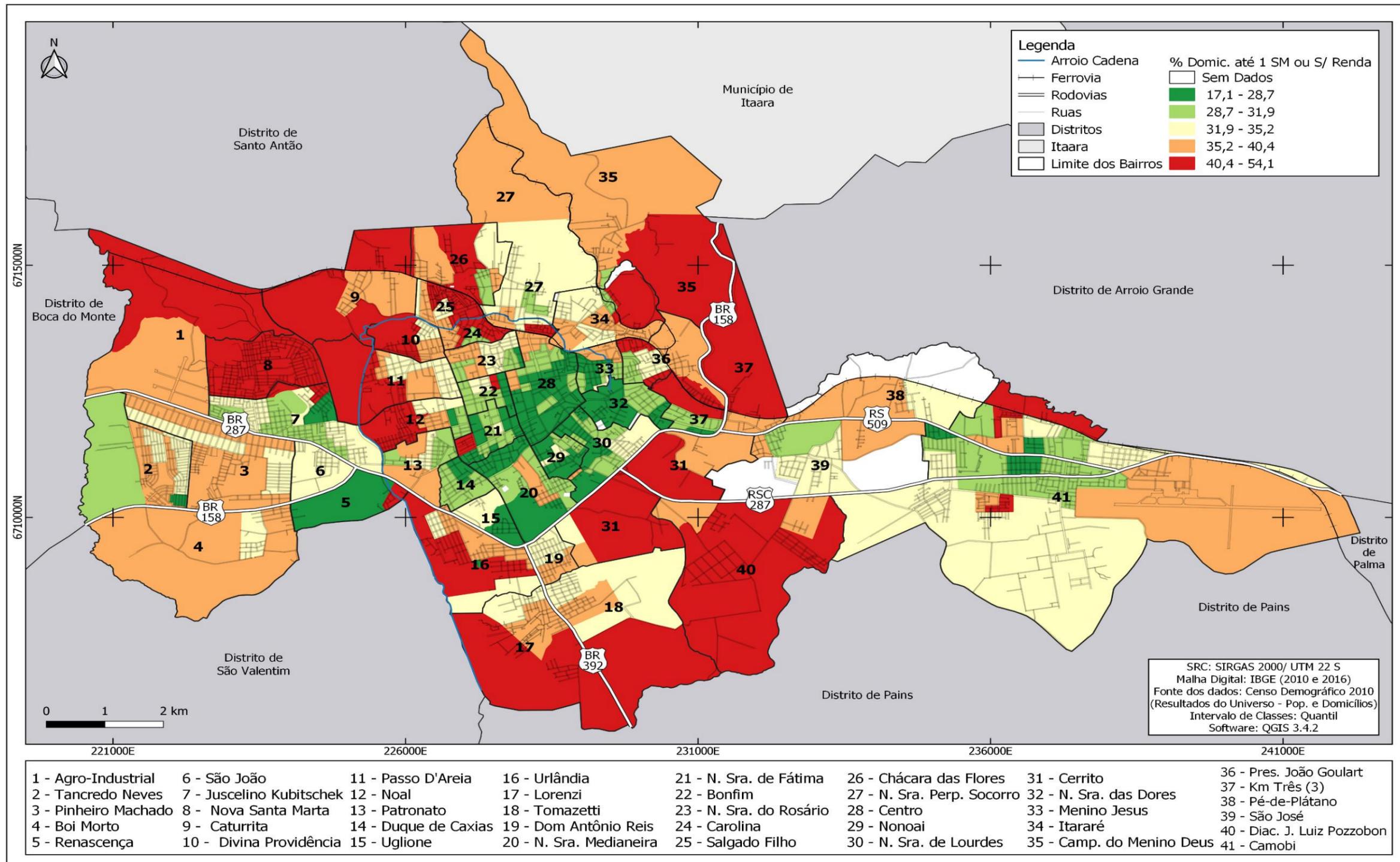
Também são identificados elevados índices em setores censitários localizados em bairros da região Leste e Centro-Leste, além de Centro-Oeste, com manchas de baixa renda no interior de diversos bairros do território urbano de Santa Maria, como no caso de Camobi na região Leste, nas áreas de ocupação irregular próximas a linha férrea e na Cohab Fernando Ferrari.

Os bairros com as menores incidências de baixa renda são aqueles localizados na região central, compreendendo uma faixa que se estende em direção a região Leste da cidade, como os bairros São José e Camobi. Com relação ao bairro Camobi, as áreas próximas da UFSM se configuram em

[...] espaços da seletividade, com grandes obras de condomínios fechados e edifícios verticais, que fazem uso do território a partir da lógica do capitalismo financeiro contemporâneo, de outro, territórios de pobreza e privação social, como nas áreas à Norte de Camobi (SPODE et al, 2019, p. 13).

Portanto, no bairro Camobi são observadas altas e baixas taxas de privação a renda, fato que reitera as expressivas desigualdades territoriais, que variam entre os edifícios verticais, os condomínios fechados de alto padrão e as faixas de pobreza, como as ocupações irregulares, especialmente na zona Norte (SPODE, 2017).

Figura 5: Taxa de pessoas sem rendimento nominal mensal e até meio salário mínimo, na área urbana de Santa Maria, RS, por setores censitários.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Rizzatti e Spode (2019).

Em determinados bairros, todos ou a maioria dos seus setores censitários apresentam altas taxas de população com baixas rendas. É o caso do bairro Nova Santa Marta, na região Oeste da cidade, onde todos os setores censitários possuem rendas baixas, variando entre 40% e 53%.

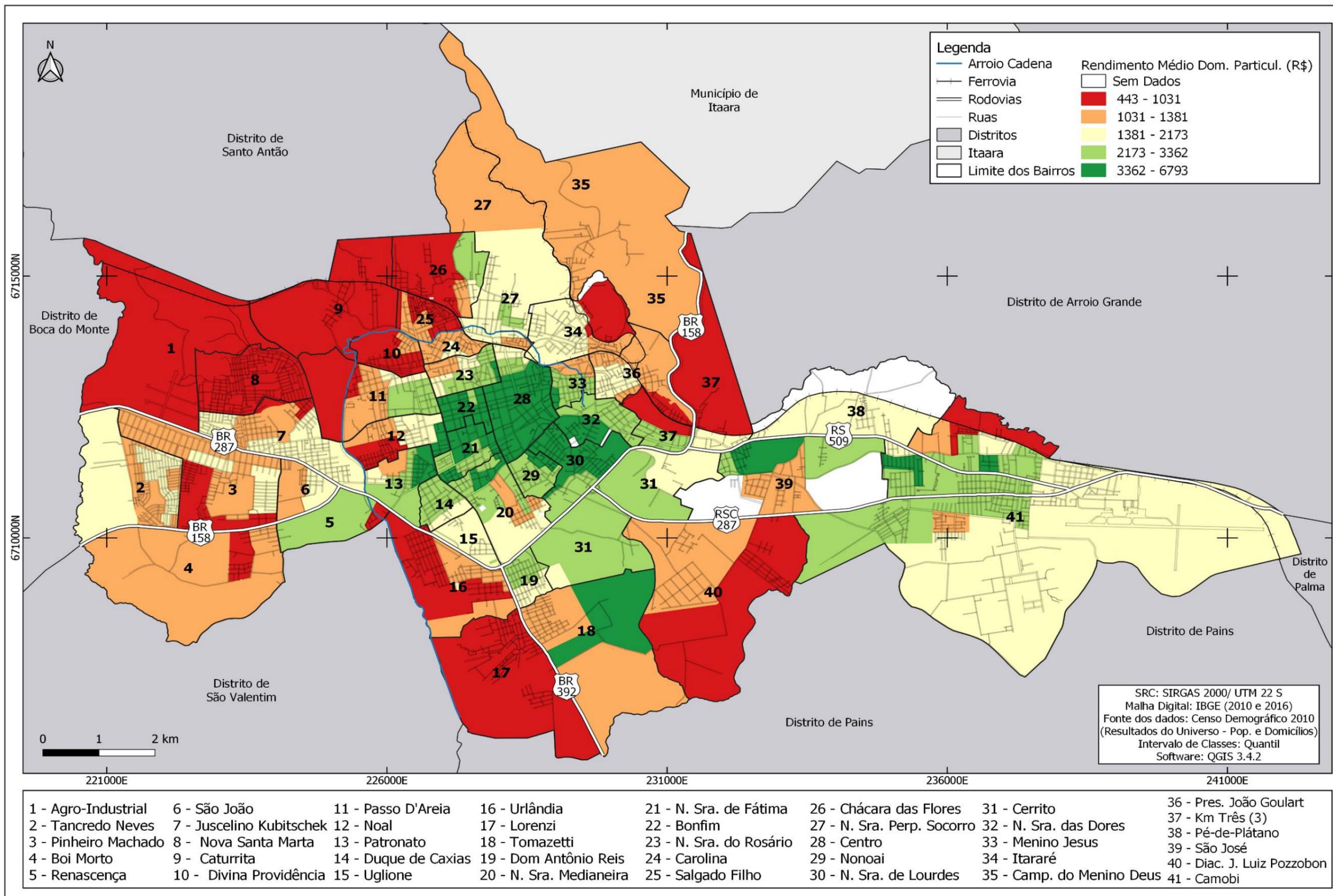
Ao confrontarmos esse mapa (figura 5), com a renda média da população urbana de Santa Maria (mapa da figura 6), essa realidade se repete, com os setores censitários do Nova Santa Marta apresentando uma média baixa de renda, acompanhado dos bairros Caturrita e Salgado Filho, na região Norte, Lorenzi e Urlândia, no Sul, o bairro Diácono João Luiz Pozzobon, no Centro-Leste, além, novamente, das áreas à Norte de Camobi. As mais altas rendas localizam-se, principalmente, nos setores censitários dos bairros da área Central e arredores, como o Centro, Bonfim, Nossa Senhora de Fatima, Nossa Senhora de Lourdes e outros.

Embora as rendas médias mais altas se concentrem nas áreas centrais, setores censitários de bairros em outras regiões da cidade ilustram rendas médias elevadas, como Tomazzetti, São José e Camobi, evidenciando o padrão espacial de alta renda que se estende da região central para Leste do território urbano de Santa Maria. O bairro Tomazzetti, por exemplo, expressa uma mancha de renda elevada no seu território, correspondendo aos condomínios de alto padrão localizados próximos a sede campestre do Clube Recreativo Dores⁴³, tradicional clube privado de Santa Maria.

Essa realidade nos leva a afirmar que não apenas a baixa renda se concentra espacialmente, mas também a alta renda, embora de maneira pulverizada no território. Rocha (2011) já evidenciava que na década de 1980 a área central se consolidava como de alta e média renda, como também a tendência de localização de alta renda em direção à zona Leste da cidade. O mapa com a renda média da área urbana de Santa Maria (figura 6), pode ser observado na imagem a seguir.

⁴³ No ano de 2015 foi inaugurado na sede campestre do Clube Dores o chamado “Dores Praia Park”, superestrutura que conta com 14 piscinas, 4 toboáguas, 2 torres de mais de 30 metros de altura, além de praia artificial. Esse investimento privado, como verticalidade implantada no território, contribuiu para a alavancada dos valores dos imóveis no bairro Tomazzetti, como para a implementação de condomínios de luxo nas áreas próximas, dando luz a processos como a especulação imobiliária e a seletividade espacial no bairro.

Figura 6: Renda média da população urbana de Santa Maria, RS, por setores censitários.



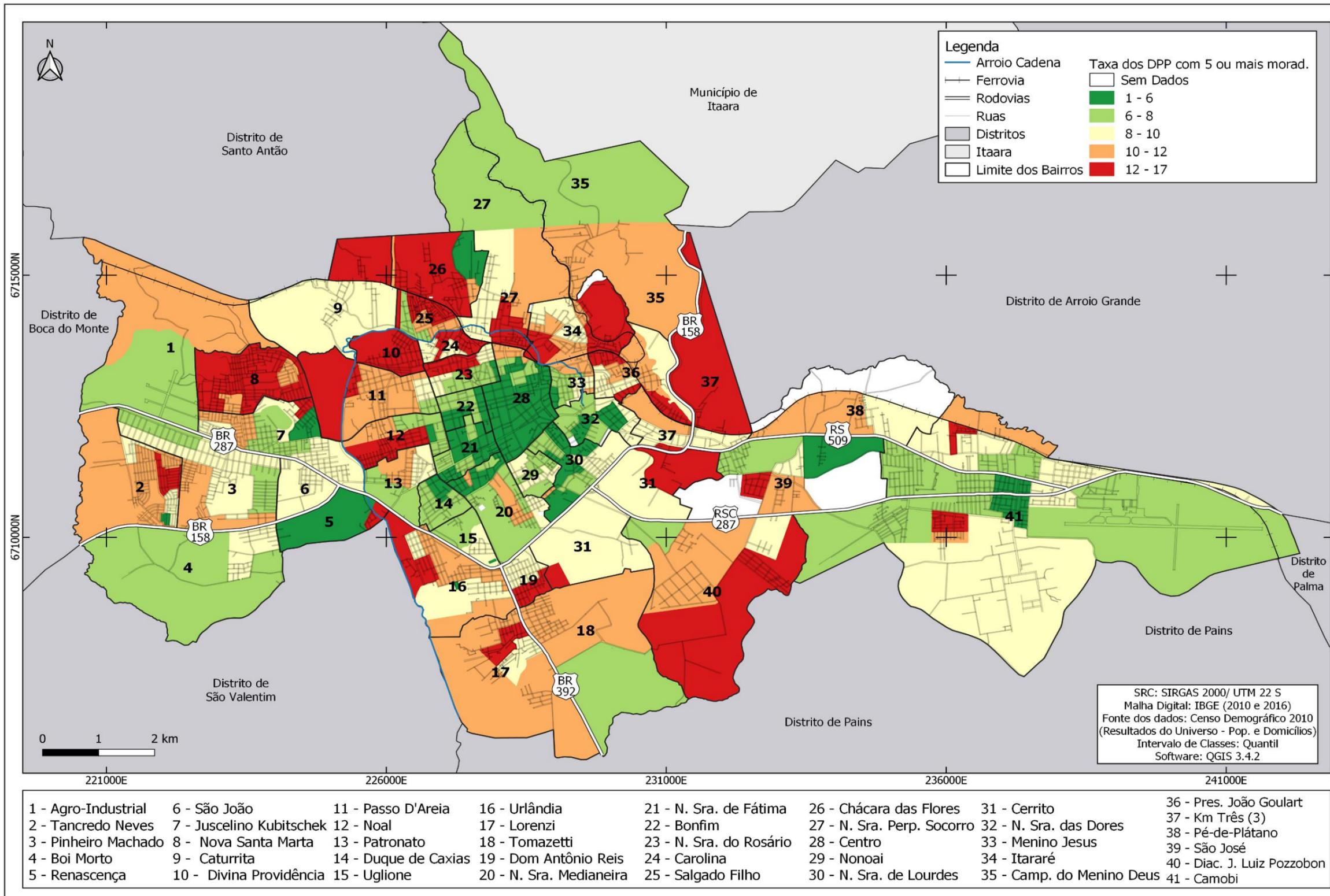
Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Rizzatti e Spode (2019).

Embora a renda média expresse apenas uma dimensão da privação, ela permite identificar determinados padrões de pobreza no território urbano da cidade, na periferia urbana, assim como demonstra a localização concentrada da elite de Santa Maria em determinadas áreas, como o Centro e a região Leste. Ao estudar a distribuição das classes sociais em Santa Maria, Rocha (2011) observa que os grupos com melhor condições econômicas localizam-se em setores censitários dispersos no território urbano, com tendência para as classes médias e altas situarem-se na área central e Leste.

Com relação a densidade ocupacional, ou domiciliar, a taxa de domicílios com 5 ou mais moradores (figura 7) pode indicar situações de adensamento populacional, sobretudo em áreas carenciadas. Para Santa Maria, essa variável segue o padrão dos indicadores anteriores, com as mais altas taxas localizando-se especialmente nos setores censitários dos bairros periféricos, enquanto as menores nos setores do Centro, áreas no entorno do Centro, e os bairros do vetor Leste, como identificados nos dados anteriores.

Esse desenho espacial pode ser identificado no mapa da figura a seguir (figura 7).

Figura 7: Taxa dos domicílios permanentes com 5 ou mais moradores na área urbana de Santa Maria, RS, por setores censitários.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Rizzatti e Spode (2019).

Em termos numéricos, os setores censitários com as mais altas taxas de densidade populacional encontram-se, respectivamente, nos bairros João Goulart, no bairro Km 3, na região Nordeste, Salgado Filho à Norte, Nova Santa Marta na zona Oeste, Diácono João Luiz Pozzobon no Centro Leste e Noal no Centro Oeste. No bairro João Goulart, um dos setores censitários apresenta uma taxa média de 16,92 moradores por domicílio, assim como, no bairro Km 3 e no Salgado Filho são apresentados setores censitários com 16,45 e 15,72 moradores por domicílios, respectivamente. Além destes, outros bairros apresentam setores censitários com taxas elevadas, como o setor Norte de Camobi com 14,57 moradores por domicílio e o Tancredo Neves, na zona Oeste do território urbano, com 14,38 moradores por domicílio no respectivo setor.

Esses dados demonstram a alta densidade ocupacional domiciliar em diversas áreas do território urbano de Santa Maria, principalmente nas periferias carenciadas da cidade, à Sul, Oeste, Norte, Nordeste, vivendo em habitações, na maioria das vezes, precárias, com pouca ou nenhuma estrutura física. Como desenho espacial da densidade populacional, observa-se um traçado em toda a extensão Norte da área urbana, acompanhando a ferrovia, assim como, nas regiões de influência do Arroio Cadena, a Oeste e Sul da área urbana, sobretudo nas ocupações irregulares, precárias em infraestrutura urbana. Esse dado, quando relacionado com a baixa renda demonstra alta correlação espacial, apresentando coeficiente de Pearson de 0,78, denotando claramente a relação das baixas rendas com a alta densidade ocupacional no território urbano de Santa Maria.

Dentro dessa perspectiva, o saneamento básico aparece como um dos problemas estruturais no que se refere a infraestrutura urbana nas cidades. Essa deficiência é manifestada de maneira muito contundente no território, sendo vetor de produção de outras privações, como a privação da saúde, pela disseminação de doenças relacionadas com a exposição da população com o esgoto a céu aberto. Nesse sentido, torna-se fundamental ressaltar, com base no trabalho de Erthal (2018) sobre a análise do planejamento de serviços de saúde na cidade, no qual revela que apenas 27% da população é coberta pelos serviços básicos de saúde na área urbana de Santa Maria, uma média bem inferior a do Brasil e Rio Grande do Sul.⁴⁴

Os dados de saneamento básico a nível de bairros ainda são muito insipientes, apesar de todos os levantamentos ocorridos nos últimos anos a nível municipal. Mesmo no Censo

⁴⁴ O estudo de Malta et al (2016) evidencia o total de cobertura de 56,2% e 49,5% para o Rio Grande do Sul e para o Brasil, respectivamente.

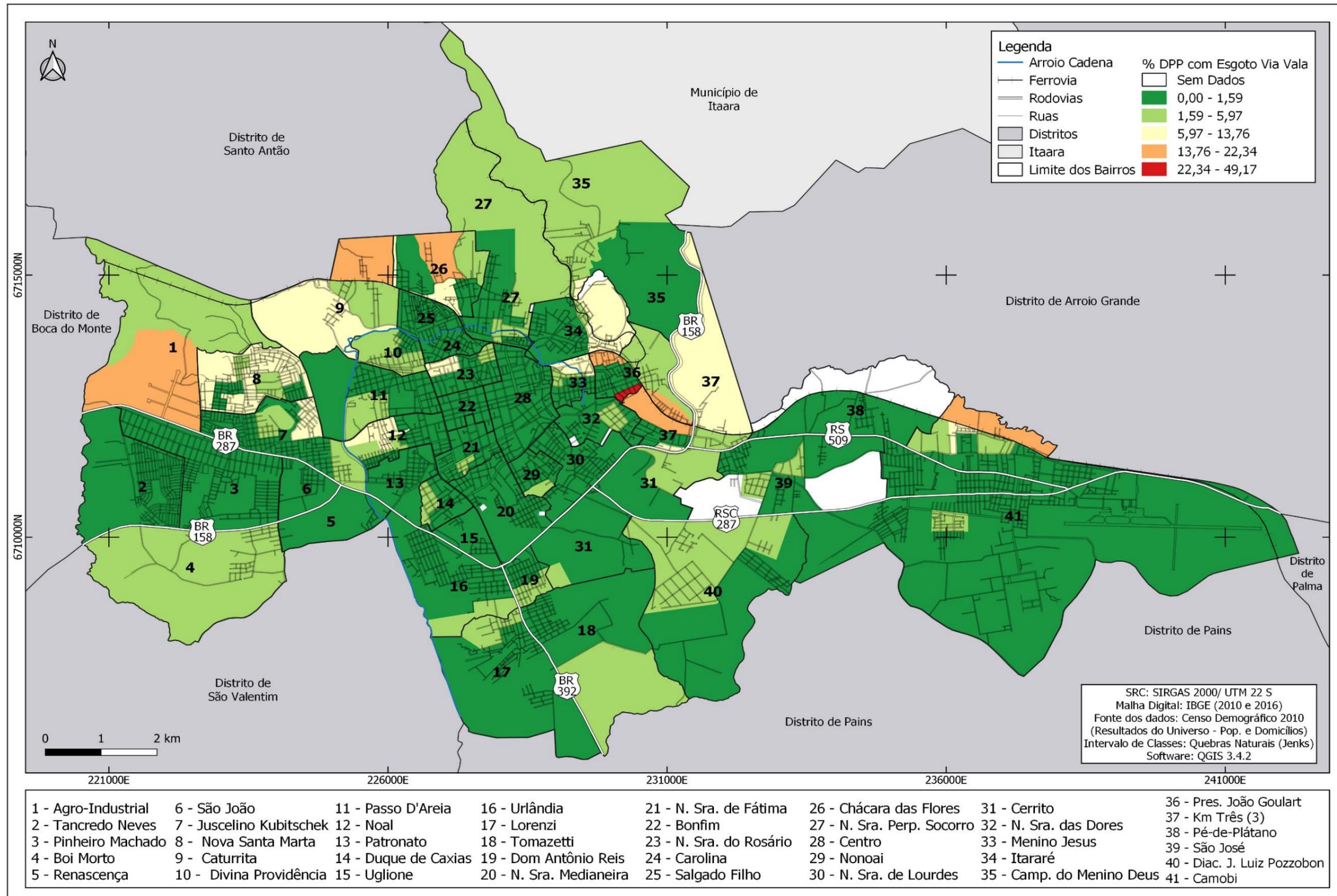
Demográfico de 2010, os dados de saneamento básico não aparecem de maneira tão conclusiva, resumindo-se em quatro variáveis⁴⁵ que abordam esse tema.

Desse modo, para a identificação da deficiência de saneamento no território urbano de Santa Maria, utilizou-se a taxa dos domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via vala (mapa da figura 8). Como resultado, é possível identificar que os dois setores censitários com mais altas taxas de esgotamento via vala na área urbana fazem parte do bairro João Goulart, na região Nordeste, o primeiro com 49% e o segundo com 22% dos domicílios nesta condição. Essas áreas de alta privação ao saneamento no bairro Presidente João Goulart se localizam nas margens dos trilhos do trem, a primeira delas chamada de “Beco da Tela”, e a segunda, de acordo com o mapa das ocupações irregulares de Santa Maria (SANTA MARIA, 2018), chamada “Área da antiga estrada de ferro SM-POA-permutada RFFSA”, no limite com o bairro Menino Jesus. Ambas as áreas são ocupadas junto à estrada de ferro, conforme mapeadas pelo Instituto de Planejamento de Santa Maria em 2018 (Anexo 1), o que explica a elevada taxa de privação ao saneamento nesses locais.

Além dessas áreas no bairro João Goulart, um dos setores censitários do bairro Caturrita apresenta 21% dos domicílios permanentes com esgotamento via vala, um outro setor no bairro Km 3 e outro no Agro-Industrial com 21%, mais um no Caturrita com 16%, Camobi com 15% e outros com menores percentuais. Cabe evidenciar também sobre os bairros Nova Santa Marta e Noal, localizados nas áreas de abrangência do Arroio Cadena, que apresentam setores censitários com altas taxas de esgotamento via vala, especialmente nas áreas de ocupação irregular, como na vila Núcleo Central e Pôr do Sol no Nova Santa Marta e vila Natal, vila Lídia e Chaminé no Noal.

⁴⁵ As variáveis do Censo de 2010 que trazem dimensões que abordam o saneamento básico: domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral, domicílios com e sem banheiro, domicílios com esgotamento sanitários via rede geral ou via vala e domicílios com ou sem coleta de lixo. Essas variáveis podem ser encontradas na Base de Informações do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011).

Figura 8: Taxa dos domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via vala na área urbana de Santa Maria, RS, por setores censitários.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Rizzatti e Spode (2019).

Na realidade, são muitas áreas com taxas significativas de esgotamento sanitário via vala, que obedecem a um traçado que inicia na zona Norte de Camobi, seguindo a direção dos trilhos para Nordeste e Norte do território urbano, atingindo bairros como Presidente João Goulart e Caturrita. Este traçado de inexistência de saneamento também aparece expressivamente nas áreas de influência do Arroio Cadena, em bairros da região Norte como Caturrita e das regiões Oeste e Centro-Oeste, como Nova Santa Marta, Agro-Industrial e Noal.

Assim, a privação ao saneamento no território urbano de Santa Maria demonstra concentração nas periferias da cidade, sobretudo nas ocupações irregulares localizadas próximas aos trilhos da viação férrea e ao Arroio Cadena, que são os locais com maior deficiência das infraestruturas urbanas básicas, como o saneamento.

O indicador de saneamento aponta para uma dimensão importante da privação, extremamente ligada ao território e a qualidade de vida em relação ao ambiente e a saúde da população. De acordo com os dados do SNIS, com base no ano de 2010, o sistema de abastecimento de água atendia a 91,5% da população urbana de Santa Maria, enquanto o total de cobertura de esgotamento sanitário compreende 45,6%, um percentual muito baixo.

Considerando os indicadores sociais expostos nos mapas (figuras 4, 5, 6, 7 e 8), que refletem diferentes formas e dimensões da privação social, quando relacionados, apresentam certos padrões de áreas carenciadas no território da cidade. Esta Geografia da pobreza está localizada, principalmente, nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Oeste da área urbana de Santa Maria, com manchas de privação ocorrendo em outras áreas da cidade.

Para um melhor reconhecimento desse desenho espacial da privação, na próxima seção adentraremos na discussão do Índice de Privação Social (IPS), elaborado para a área urbana da cidade.

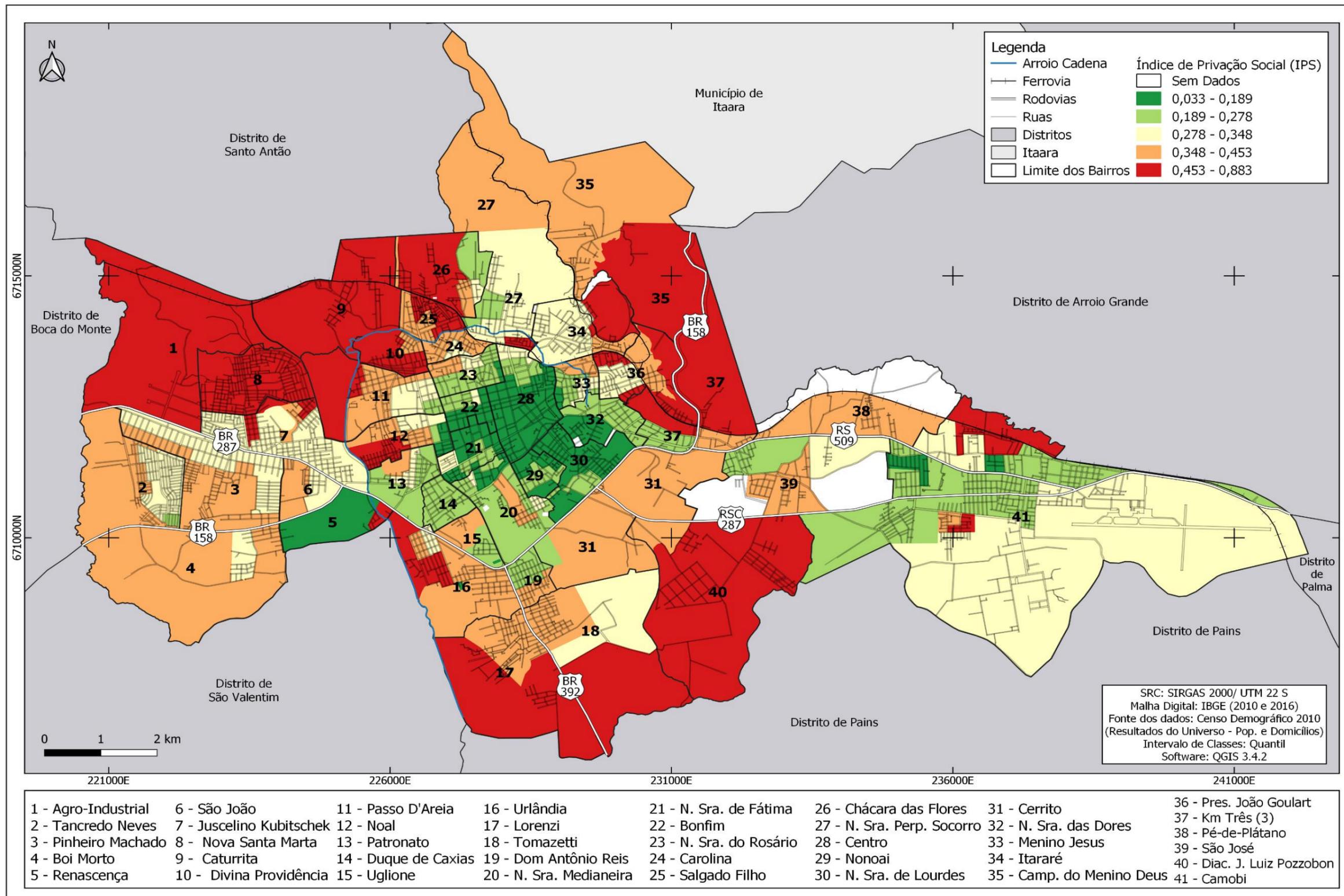
5.2 Definindo territórios de privação em Santa Maria: avaliação a partir do Índice de Privação Social

Conforme já mencionado ao longo deste trabalho, a privação é uma manifestação do território, e como uma manifestação do território, portanto, ela só pode ser entendida segundo uma dada realidade territorial, no nosso caso, a realidade socioespacial de Santa Maria. Nesse sentido, discutir a privação social no território urbano de Santa Maria leva a necessidade de considerar que essa situação de privação existe somente na realidade urbana deste município, portanto, é fundamental compreender que a privação é um fenômeno relativo, assim como a pobreza.

O índice de privação, embora se trate de um instrumento quantitativo de medida, deve ser elaborado em relação a realidade territorial a qual se está investigando, por essa razão, a

elaboração dos indicadores sociais que constituem o índice é de extrema importância. No índice elaborado para a área urbana de Santa Maria, as variáveis utilizadas no IPS foram selecionadas e testadas através de processo identificado na seção 3, correspondente a metodologia do trabalho. Assim, o índice de Privação Social da área urbana de Santa Maria, pode ser conferido na figura 9.

Figura 9: Índice de Privação Social da área urbana de Santa Maria, RS.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Faria, Rizzatti e Spode (2019).

O IPS apresenta padrão espacial que demonstra uma situação “centro-periferia”, muito presente nas cidades brasileiras entre as décadas de 1940 e 1980, no qual o centro mostra-se com as melhores condições sociais do território e uma periferia concentrando as piores condições. Segundo Caldeira (2000), nas periferias se concentram as classes de baixa renda, onde há precariedade de serviços e infraestrutura urbana. Esse padrão espacial se relaciona com a aplicação do IPS anteriormente realizada por Faria et al (2019), para os quais, a privação é negativa na área central e se circundam por áreas contínuas de índices de privação social positivos em praticamente todos os lados. No IPS aplicado por estes autores,

[...] são mais carenciados os setores censitários localizados nas regiões Oeste; Norte; Nordeste e Sul, podendo-se encontrar também pequenas manchas de privação social mais elevada nas regiões Leste e Centro-Oeste. Por outro lado, são menos carenciadas as áreas localizadas no Centro, parte do Centro-Oeste, Centro-Leste e Leste (FARIA et al, 2019, p. 241).

Desse modo, para nosso IPS, os mais altos índices de privação na área urbana em Santa Maria, assim como no trabalho de Faria et al (2019), estão nas regiões periféricas, principalmente região Oeste, Norte, Nordeste e Sul. Além destas áreas, a representação espacial do IPS demonstra manchas de privação em outras áreas, como a região Leste, Centro-Leste e Centro-Oeste. As áreas com os menores índices localizam-se no Centro e áreas no entorno do Centro, como Centro-Oeste e Centro-Leste, além da região Leste.

Os bairros que concentram os setores censitários com índices mais acentuados de privação, ou seja, com valores que mais se aproximam de 1 no computo final⁴⁶, são Nova Santa Marta, Caturrita, João Goulart, Noal, Passo D’Areia, Diácono João Luiz Pozzobon, Salgado Filho, Campestre do Menino Deus, Km 3, Lorenzi, Urlândia, entre outros que apresentam manchas de privação. Os bairros com menores índices de privação são o Centro, o Uglione, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora de Fátima, Bonfim, Nossa Senhora De Lourdes, Nossa Senhora das Dores, localizados na área Central e imediações.

Desse modo, o desenho espacial da privação em Santa Maria, demonstrado no IPS, apresenta determinados arranjos espaciais que concentram índices altos e baixos de privação, como o Centro e a porção Oeste da cidade, respectivamente. Este modelo de estruturação intra-urbana é muito presente nas cidades médias brasileiras, no qual as classes altas se localizam nas áreas centrais, dotadas de acesso a infraestrutura, enquanto nas áreas periféricas a população de baixa renda, privada em termos de localização. Cabe salientar que o padrão periférico de

⁴⁶ O computo final do IPS apresenta valores entre 0 e 1 para todos os setores censitários da área urbana de Santa Maria, sendo que, quanto mais próximo de 1 estiver, mais elevada será a privação. O processo de elaboração do IPS encontra-se na Metodologia do trabalho, no Capítulo 3, onde são descritos os procedimentos utilizados na construção do índice, inclusive os métodos de padronização e ponderação das variáveis.

urbanização brasileiro, segundo a literatura é marcado pela predominância das camadas de baixa renda, assim como pela precariedade na infraestrutura e nos serviços públicos (ROCHA, 2011); (VILLAÇA, 1998); (MARICATO, 1979).

No território urbano de Santa Maria, de acordo com o trabalho de Rocha (2011), o padrão centro-periferia perdura até a década de 1960, quando se rompe o sistema anelar e a forma urbana da cidade passa a apresentar uma linearidade Leste-Oeste. Já na década de 1990 tem início o processo de fragmentação do território urbano de Santa Maria, verificado através da construção de condomínios fechados e das áreas de ocupação irregular (ROCHA, 2011).

Dessa maneira, estes processos acabam demonstrando no território urbano de Santa Maria o esgotamento do padrão centro-periferia, seguindo uma tendência apresentada nas grandes cidades da América Latina, “[...] com a intensificação da autoconstrução e da periferização, constituindo-se agora em proximidades físicas e distanciamentos sociais”, conforme coloca Rocha (2011, p. 443). Estas situações podem ser definidas como “[...] processos espacialmente contíguos que resultam e produzem, simultaneamente, as próprias desigualdades territoriais de Santa Maria” (FARIA et al, 2019, p. 242).

Assim, as classes sociais, como bem demonstram os estudos sobre segregação espacial, se distribuem de maneira distinta na estrutura interna da cidade, no qual, a população privada enfrenta enormes dificuldades para consumir a cidade, ou seja, acessar o território plenamente. Nesse sentido, observando as 5 classes representadas na legenda do IPS, quando relacionadas com os dados demográficos, podem expressar elementos significativos. Por exemplo, as áreas de mais alta privação, representadas pelas 4ª e 5ª classes do mapa do IPS (com valores entre 0,791 e 0,967), apresentavam um total de população de 101.689 habitantes.

Em termos numéricos, este dado nos revela que a área urbana de Santa Maria, no ano de 2010, tendo como base o IPS (figura 9), apresenta um percentual de 41,54% de população em situação de privação, abrangendo áreas que extrapolam as periferias urbanas, embora mantendo o traçado centro-periferia. Enquanto isso, nas áreas de baixa privação, em níveis de população absoluta, são contabilizados nestes setores censitários o total de 89.094 habitantes, atingindo 36,40%. Esses números mostram que a privação tende a se generalizar no território urbano de Santa Maria, sendo tanto maior a população, quanto maior a privação social. Este dado expõe um território urbano ligado a profundas desigualdades socioespaciais e territoriais.

Os dados demonstram também que é maior a proporção da população idosa (≥ 65 anos) no primeiro grupo (duas primeiras classes), que ocupam 46,60% da população dos setores censitários dessas classes. Em compensação, a maior proporção de crianças e adolescentes se

localiza nas periferias da cidade, nas duas classes mais elevadas de privação, somando 54,25% do total da população, sendo que somente na última classe esse número alcança quase os 30%.

Desse modo, o mapa do IPS apresenta 5 classes distintas, com 2 classes menos privadas, outras 2 classes de privação mais elevada, e, 1 classe intermediária, ou de transição, entre as classes mais baixas e elevadas. Esses dados podem ser conferidos com maior detalhamento a seguir, na tabela 1.

Tabela 1: Distribuição da população absoluta e inativa (≤ 14 anos e ≥ 65) por classe de privação social na área urbana de Santa Maria, RS.

Classes do IPS	População Absoluta	% População Absoluta	≤ 14 Anos	% ≤ 14 Anos	≥ 65 Anos	% ≥ 65 Anos
1ª	42.228	17,25	5.065	10,50	5.307	23,28
2ª	46.866	19,15	7.036	14,58	5.314	23,31
3ª	54.005	22,06	9.977	20,67	5.330	23,38
4ª	53.036	21,67	12.178	25,23	4.192	18,39
5ª	48.653	19,88	14.005	29,02	2.650	11,63
Total	244.788	100,00	48.261	100,00	22.793	100,00

Fonte: IBGE (2010). Elaboração: o autor (2019).

Os dados demográficos do IPS, demonstrados na tabela 1, nos levam a algumas questões importantes que devem ser identificadas. A maior proporção de crianças e menor de idosos, nas classes mais elevadas de privação, denota duas coisas: a elevada taxa de natalidade e a baixa expectativa de vida. Este fenômeno natural, que acompanha os processos demográficos brasileiros, demonstra que a população idosa se concentra principalmente nos bairros centrais, ou próximos ao centro, como diversos estudos revelam (KRONBAUER et al, 2009); (OLIVEIRA, 2007).

Por outro lado, a maior proporção de idosos e menor de crianças demonstra menor taxa de natalidade, como também uma maior expectativa de vida e tendência ao envelhecimento, como as pesquisas vêm identificando desde meados da década de 1980 (RAMOS et al, 1987).

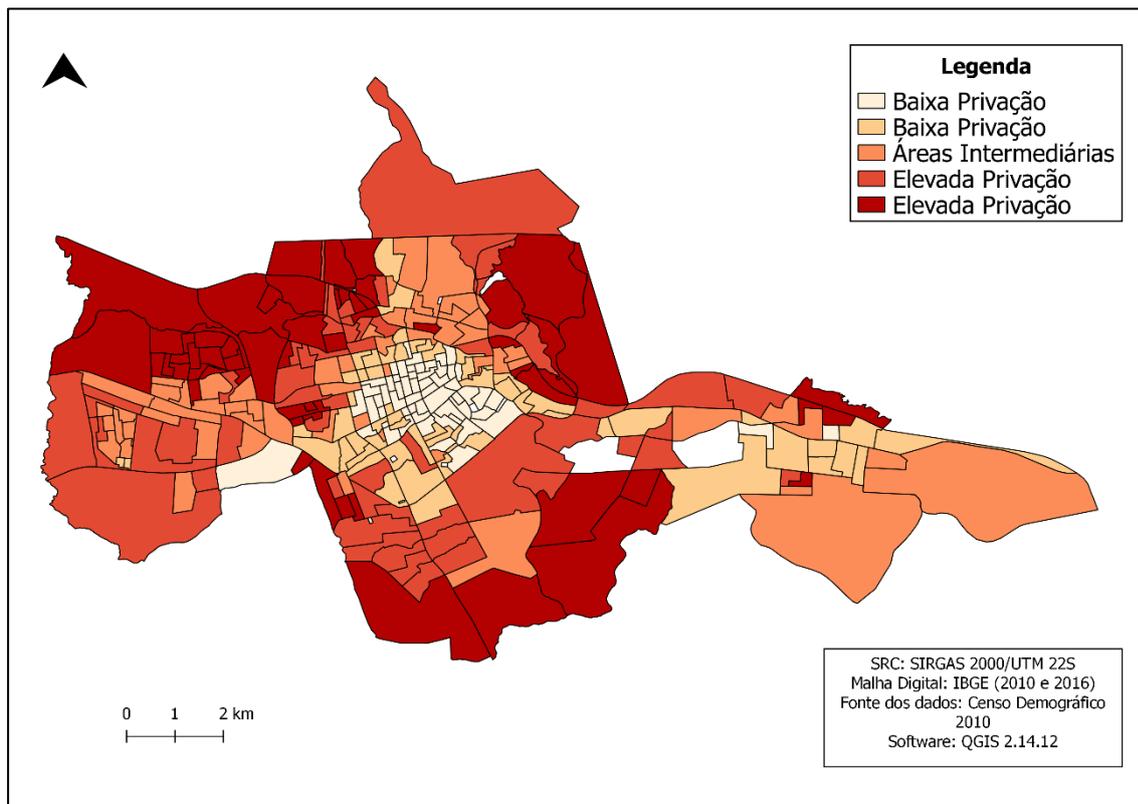
Contudo, a baixa proporção de idosos nas áreas periféricas também está relacionada com a baixa expectativa de vida nestes territórios, pelo fato que a população morre mais jovem em tais áreas. Embora não tenhamos dados que revelem com precisão, os elementos levam a crer que a população tende a viver menos nas áreas privadas da cidade. Ou seja, estes dados denotam que os perfis demográficos se alteram profundamente dentro da cidade e refletem a própria privação social.

Desse modo, nos territórios de privação social em Santa Maria, sobretudo as áreas periféricas de pobreza urbana, a população vive menos do que nos bairros de baixa privação.

Esse é um indicador importante de análise da qualidade de vida, que denota um resultado da própria privação social como destituição da vida. Nesse sentido, cabe a reflexão de Santos (2006), quando identifica que a localização das pessoas no território possui influencia determinante em sua realidade social, tendo em vista todos os “obstáculos” pelos quais os pobres estão condicionados nas periferias da cidade. No caso de Santa Maria, uma pessoa ao nascer em um dos bairros periféricos de alta privação está condicionado a profundas desvantagens, ligadas a uma série de privações que incluem a privação da escolarização, do saneamento, da renda, da moradia e da vida.

Estas áreas privadas de oportunidades foram identificadas e agrupadas, de acordo com a avaliação do IPS, como também pelo método observacional, aliado às incursões de campo, que permitiu a análise em consonância com a realidade atual do território urbano da cidade. Foram classificadas três grandes porções de elevada privação, que ocorrem de maneira descontínua e fragmentada no território. São elas: a primeira perpassando a extensão Norte da área urbana, que inicia na zona Norte de Camobi, seguindo descontinuamente pelos bairros da região Nordeste e Norte, acompanhando a estrada de ferro. A segunda área de privação iniciando na região Norte, passando por áreas da região Centro-Oeste e Oeste como o bairro Noal, Nova Santa Marta e Agro-Industrial. Além destas, uma terceira na região Sul se estendendo para Centro-Leste, sobretudo no bairro Diácono João Luiz Pozzobon. Na figura 10, a delimitação das três áreas de elevada privação no território urbano de Santa Maria, definidas através dos valores expostos pelo mapa do IPS. O agrupamento ainda expõe as áreas de baixa privação, assim como as áreas de privação intermediária.

Figura 10: Delimitação das áreas de elevada, intermediária e baixa privação social no território urbano de Santa Maria, RS.



Fonte: IPS adaptado. Elaboração: Rizzatti e Spode (2019).

Dessa maneira, torna-se importante lembrar que as condições sociais dos grupos postados no espaço obedecem a distintas racionalidades e estão ligados a diferentes processos históricos, em termos de formação socioespacial. Nesse sentido, áreas com valores de IPS estatisticamente semelhantes se diferem devido aos lugares em que acontecem. É isso o que difere a privação em bairros como o Agro-Industrial e o Diácono João Luiz Pozzobon, por exemplo, o qual o primeiro tem sua formação socioespacial ligada ao aparato industrial, enquanto o segundo é resultado de uma sucessão de processos ligados à problemática habitacional.

Com relação ao Diácono João Luiz Pozzobon, Silva e Moura (1997) abordam que a formação do bairro está ligada com a construção de um conjunto habitacional no local onde se localizava uma ocupação irregular, através de verbas municipais, afim de atender o déficit de habitação no município. Este conjunto habitacional, instalado no ano de 1994, “[...] tem sua regularização ligada a ação da Prefeitura Municipal de Santa Maria, e a implementação de programas habitacionais para população pobre e privada de habitação da cidade” (RIZZATTI e SPODE, 2019, p. 83).

Nesse sentido, torna-se claro que a produção do território é um processo histórico, e, como tal, a privação social também se revela como fenômeno histórico. Como se refere Maria Adélia de Souza, quando observa que as desigualdades socioespaciais são fenômenos que se expressam pelo processo histórico de uso do território nas periferias urbanas (SOUZA, 2019), que se desenvolvem de maneiras distintas, em termos de tempo e espaço.

A região Norte de Santa Maria, por exemplo, apresenta processos muito peculiares de pobreza e privação social em algumas áreas, especialmente nos bairros Salgado Filho, Itararé, Campestre do Menino Deus e Carolina. Esses bairros possuem a sua formação socioespacial atrelada ao passado ferroviário, especialmente o Salgado Filho e o Itararé, e embora se localizem relativamente próximos da região central da cidade, apresentam áreas de extrema pobreza e privação social. Algumas áreas nessa região da cidade apresentam quadros graves de privação, como a vila Valdemar Rodrigues, no bairro Carolina, localizada entre duas estradas de ferro, além da vila Nossa Senhora do Trabalho, localizada a Norte do Salgado Filho, nas margens dos trilhos.

A privação social na zona Norte está vinculada as transformações ocorridas nesses bairros, principalmente com a decadência dos serviços ferroviários, que levaram a perda de importância econômica nessa região da cidade. A organização socioespacial, no primeiro momento voltada para o aparato ferroviário, com vilas construídas para os trabalhadores da viação férrea, como a vila Kennedy, tem sua racionalidade alterada significativamente, tornando-se áreas precarizadas, abandonadas econômica e culturalmente, dando margem para a concentração de pobreza e todos os problemas relacionados. Essa concentração de pobreza pode ser observada na imagem (figura 11), que identifica a vila Valdemar Rodrigues, bairro Carolina.

Figura 11: Área de privação social na vila Valdemar Rodrigues, bairro Carolina, região Norte de Santa Maria, RS.



Fonte: Trabalho de campo (2019).

Por outro lado, a região Oeste obedece a uma outra racionalidade, imposta por uma formação socioespacial ligada a disputas pelo uso do território, sobretudo o bairro Nova Santa Marta. O Nova Santa Marta se constitui em uma ocupação ocorrida em terras públicas no Estado do Rio Grande do Sul, em 1991, por famílias ligadas ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) (ZIEGLER, 2018), deflagrando o surgimento de outras ocupações ao longo da década de 1990.

Desse modo, as vilas Alto da Boa Vista, vila 07, vila Núcleo Central e vila Pôr do Sol são ocupações formadas durante o período, contabilizando uma população, em 1995, de mais de 10 mil habitantes, vivendo em situação de extrema precariedade, pela falta de água, esgoto, energia elétrica e outros serviços basilares (FARIAS, 2011).

A população do Bairro Nova Santa Marta é oriunda de vários bairros periféricos de Santa Maria, (Caramelo, Lídia, Arco-Íris, São João, Carolina, Salgado-Rua 7), alguns de outras pequenas ocupações que não tiveram êxito; moradores de beira de arroios, “no leito do Cadena”; de municípios vizinhos da região Central, principalmente São Pedro do Sul, São Sepé, Mata, Dilermando de Aguiar, e pequenos agricultores (FARIAS, 2011, p. 108).

Este acúmulo histórico de profundas despossessões no Nova Santa Marta, que foi tornado bairro do perímetro urbano de Santa Maria somente em 2006 (SANTA MARIA, 2006), aponta para uma realidade atual de expressivas privações, todas elas ligadas a privação da moradia. Segundo o mapa das ocupações irregulares da área urbana de Santa Maria (Anexo 1),

elaborado pelo Instituto de Planejamento, das 8 Unidades Residenciais do bairro Nova Santa Marta, 7 delas são consideradas ocupações irregulares.

Dessa maneira, o que difere a privação dos bairros da região Norte para o Nova Santa Marta são os processos de usos do território, no primeiro vinculado com uma divisão territorial do trabalho ferroviária, enfraquecida no contexto atual, e, o segundo, relacionado a luta pelo uso do território, expressada através das ocupações, além do uso industrial, com o Distrito Industrial sendo localizado na região Oeste da cidade.

Em compensação, os bairros da zona Sul da cidade apresentam ainda outras situações de privação, em uma área que atravessa um processo de transformação espacial muito contundente, com a instalação de grandes empreendimentos privados, resultado do uso corporativo do território em Santa Maria. Esses grandes objetos corporativos, instalados recentemente, como o *shopping* Praça Nova, no bairro Urlândia, que interferem com a dinâmica da região, até então baseada nos fluxos das rodovias RS 287 e BR 392 que cortam a zona Sul, inserem outros processos nessa área, como a especulação imobiliária e a seletividade espacial.

O uso corporativo do território em uma área de elevada privação social, como o Urlândia, torna o espaço seletivo, obrigando os grupos mais pobres a se deslocarem para as áreas mais distantes, mais privadas de possibilidades, frente a valorização dos imóveis e da terra urbana na região. Dessa maneira, a tendência é de ocupação de áreas impróprias para habitação, como as vilas localizadas próximas do Arroio Cadena, nos bairros Urlândia e Lorenzi, áreas com vasto histórico de alagamentos. Em estudo de Figueiredo e Guidugli (2003), a respeito da qualidade de vida no bairro Urlândia, as autoras constataram altos níveis de exclusão e de precariedade em grande parcela da população local, especialmente, “[...] quando se tratam das condições de acesso ou não aos serviços públicos e da exposição aos riscos ambientais” (FIGUEIREDO e GUIDUGLI, 2003, p. 99).

A realidade socioespacial do bairro Urlândia, assim como do Lorenzi, em tempos atuais, especialmente nas áreas próximas do Cadena, apresenta-se através de expressivas privações, relacionadas a precariedade das moradias, aos alagamentos constantes, ao saneamento básico quase inexistente, que expõe a população as doenças, entre outras mazelas de ordem territorial. Desse modo, bairros como o Urlândia e o Lorenzi, com um histórico associado a privações sociais de diversos tipos, com a intensificação do uso corporativo nesses territórios, coloca em evidência uma série de processos que reproduzem essas privações identificadas, como a seletividade espacial, a valorização imobiliária, a alienação espacial, entre outros processos. A figura 12 ilustra área de privação social localizada no bairro Urlândia, nas proximidades do *shopping* Praça Nova.

Figura 12: Área de privação social no bairro Urlândia, Santa Maria, RS.



Fonte: Trabalho de Campo (2018).

Dentro da própria região Sul, como unidade espacial, pode-se identificar desigualdades socioespaciais e territoriais que variam entre as áreas de alta renda no Tomazzetti, com a implantação de condomínios de alta renda, como pode ser conferido no mapa de renda (figura 6), e áreas de intensas privações, como em partes do Urlândia e Lorenzi. Segundo o mapa do Iplan, somente nos dois bairros citados, Urlândia e Lorenzi, são identificadas 7 ocupações irregulares em 2018, grande parte delas localizadas nas áreas de influência do Arroio Cadena.

O bairro Urlândia, em especial, apresenta uma dupla realidade socioespacial: a primeira que se caracteriza pelas claras privações relacionados a infraestrutura urbana e a pobreza, como as ocupações irregulares, e uma segunda, determinada pelos empreendimentos corporativos, instalados de maneira vertical, alienando o território.

Dessa maneira, portanto, essas grandes áreas de privação social, ou seja, extensão Nordeste-Norte, Norte, Oeste, partes do Centro-Oeste e Sul da área urbana de Santa Maria, possuem formações socioespaciais ligadas a usos diversos do território. Na primeira área delimitada uma formação histórica ligada com o passado ferroviário, seguindo o traçado da estrada de ferro, a segunda, na região Oeste, vinculada com as disputas por moradia e a terceira em vias de transformações, influenciadas pelo uso corporativo do território.

Desse modo, tendo como base teórica a visão miltoniana do espaço e do território usado, entendemos que a privação social, assim como a pobreza urbana, são fenômenos que obedecem a diferentes racionalidades, variando de acordo com as diferentes formas geográficas presentes no espaço. Nesse sentido, para uma compreensão mais larga da privação social na área urbana de Santa Maria, o reconhecimento das formas espaciais e dos diferentes usos no território, desencadeados por estas grandes estruturas espaciais, devem ser identificadas e estudadas em relação as suas formas e conteúdos construídos historicamente no espaço. Na seção a seguir adentramos na questão das formas espaciais associadas as áreas de privação, ou como caracterizamos, com apoio do IPS da cidade de Santa Maria, como Geografia da privação na área urbana da cidade.

5.3 Dinâmica socioespacial das áreas de privação social em Santa Maria, RS: discussão através dos usos selecionados do território

Os processos sociais e históricos que produziram ao longo dos anos a “Geografia da privação social” na área urbana de Santa Maria estão relacionados com os usos do território, produzidos historicamente no espaço geográfico da cidade. Tais formas espaciais, que contribuem para a reprodução e manutenção da privação social no território urbano se relacionam aos usos identificados no estudo de Degrandi (2012), ou seja, militar, ferroviário, universitário e corporativo.

Dessa maneira, alguns usos do território, no período recente, refletidos em formas espaciais, com diversas funções, determinam a produção de espaços de pobreza e privação social em Santa Maria. As ocupações irregulares, por exemplo, são formas de uso da terra urbana que ocorrem constantemente desde a década de 1960, reproduzindo-se, ainda no período atual com grande velocidade no território.

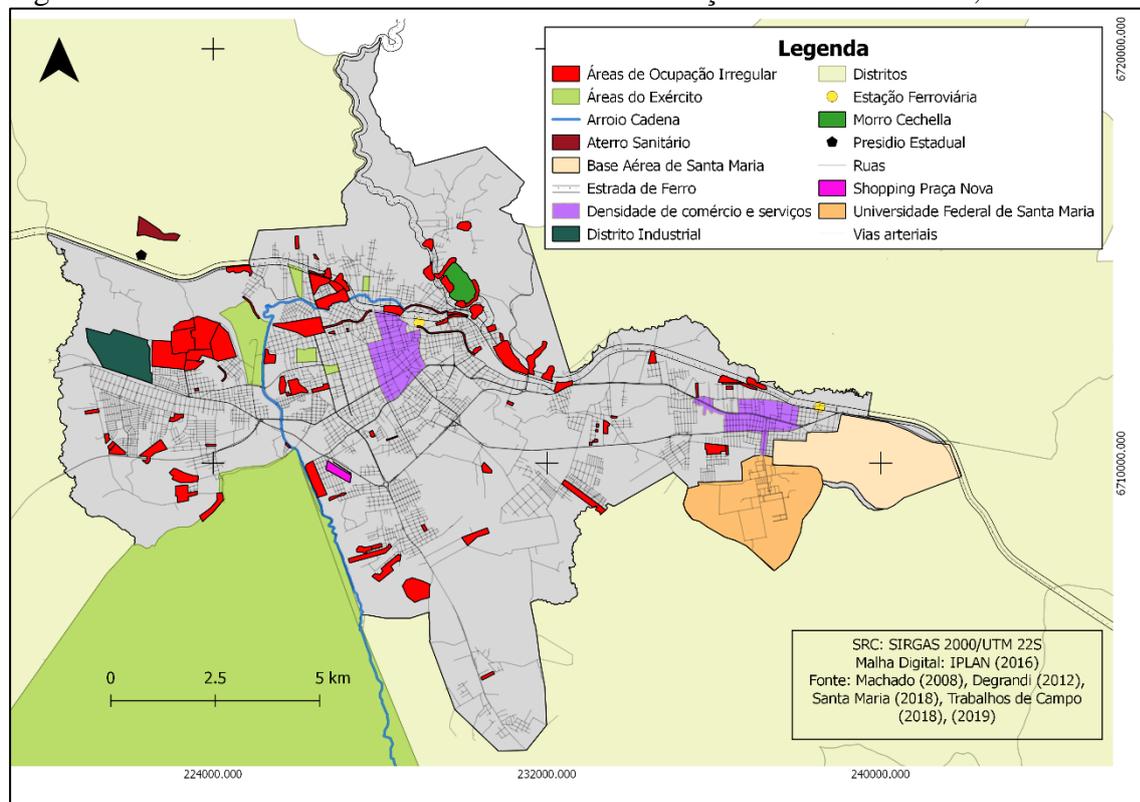
Conforme os estudos anteriores sobre o tema, Pinheiro (2002), Prado (2010) e Botega (2012), as áreas invadidas ocorrem principalmente nas bordas da cidade, sobretudo nas áreas ferroviárias, como os trilhos do trem e também as margens do Arroio Cadena, drenagem que corta a área urbana de Santa Maria. O mapa das áreas de ocupação irregular apresenta 91 ocupações, demonstrando bem essa realidade (Anexo 1).

Esses usos, caracterizados por formas-conteúdo, ou ainda por formas espaciais, possuem importância para a reprodução da privação no território urbano de Santa Maria, de um lado como espaços seletivos, como pode ser observado nas áreas centrais e nos condomínios de luxo, e de outro, como territórios privados, sobretudo nas áreas da periferia.

Dessa maneira, através das incursões de campo na área urbana de Santa Maria, que possibilitaram uma visão geral, porém, não generalizadora do território, enquanto uso, algumas

formas espaciais dotadas de conteúdo social foram levantadas e cartografadas conforme o mapa da figura 13. Assim, a distribuição do IPS e os trabalhos de campo levaram à seleção destes usos, caracterizados como formas postadas no território de Santa Maria.

Figura 13: Usos selecionados da terra urbana e imediações em Santa Maria, RS.



Fonte: Machado (2008), Degrandi (2012), Santa Maria (2018), trabalhos de campo (2018); (2019). Elaboração: Erthal e Spode (2019).

Essas formas, ou estruturas espaciais postadas no território urbano de Santa Maria, possuem grande importância na realidade social urbana, visto que determinam uma gama de usos do território ao longo do processo histórico. Esta discussão possui relação com o que alguns autores chamam de dialética das formas, se assim podemos dizer, no que Harvey (1980) identifica como relação entre os processos sociais e as formas espaciais⁴⁷.

No pensamento de Santos (2006), esta discussão está ligada com a natureza do espaço geográfico, que se constitui da dialética entre os objetos e ações, as formas e conteúdo, ou ainda, entre a inércia e a dinâmica, como nas categorias de análise construídas por Sartre (2002

⁴⁷ Harvey (1980) identifica que as formas espaciais são moldadas pelos processos sociais, assim como, o contrário também ocorre, quando elementos geográficos exercem influência nos processos sociais. Conforme observa o autor, devemos relacionar o comportamento social, de acordo com a geografia e a forma espacial que a cidade assume (HARVEY, 1980, p. 17).

[1960])⁴⁸. As formas espaciais, nos lembra Santos (2006), são todos os objetos materializados no espaço, como as moradias, as indústrias, os comércios, os serviços, as lavouras, a cidade, etc, que com o território usado emergem como a união entre as formas espaciais e o espaço social.

Reiterando o trabalho de Degrandi (2012), o território urbano de Santa Maria tem sua formação ligada principalmente aos usos militar, ferroviário, universitário e corporativo, coexistindo e atuando na formação territorial e socioespacial da cidade ao longo do processo histórico. Estes usos influenciam na dinâmica urbana do município, ancorados em alguns objetos, identificados pelo autor como situações geográficas, ou eventos que influenciaram na construção do território de Santa Maria. De acordo com o autor, o uso corporativo do território se mostra como o mais expressivo na realidade espacial da cidade em tempos atuais, sendo ele o resultado da própria sobreposição dos usos militar, ferroviário e universitário (DEGRANDI, 2012), como pode ser conferido na região Sul da área urbana recentemente.

Desse modo, estes usos selecionados (figura 13) exercem diferentes finalidades e obedecem a racionalidades distintas dentro do território urbano da cidade. Ou seja, as “geografias” dos usos selecionados, dentro da realidade urbana de Santa Maria, revelam a importância dessas formas espaciais para a reprodução de fenômenos, como a privação social e a pobreza.

O Distrito Industrial de Santa Maria, por exemplo, exerceu influência para a formação de diversos bairros da região Oeste, como Tancredo Neves, o Pinheiro Machado, o Nova Santa Marta e o próprio Agro-Industrial. É válido evidenciar que no primeiro momento foi planejado para que se localizasse na região Leste, entre a cidade de Santa Maria e o Distrito de Camobi, posteriormente deslocado para a zona Oeste, em área da então fazenda Santa Marta (ROCHA, 2011).

Esta localização estratégica, na zona Oeste da cidade, por um lado levou infraestruturas urbanas básicas, como a luz elétrica, vias, transporte urbano, e por outro influenciou nos limites da valorização da terra urbana, em vista de que atraiu uma “[...] população de menor poder aquisitivo, como foi o caso da construção de dois grandes conjuntos habitacionais horizontais para população de baixa renda: as COHABs Tancredo Neves e Santa Marta” (ROCHA, 2011, p. 318).

⁴⁸ São as categorias de análise desenvolvidas por Sartre a inércia-dinâmica, o prático-inerte e a forma-conteúdo, que foram uma das bases teóricas de Milton Santos, na formulação da ideia de espaço geográfico como instancia social.

Ainda é importante mencionar com relação a presença do aterro sanitário municipal, como também do Presídio Estadual, formas espaciais que exercem conteúdo social repulsor, também localizados na zona Oeste da cidade, próximos aos trilhos. Por outro lado, no outro extremo da cidade, na região Leste, é onde estão postadas formas espaciais que apresentam conteúdos que valorizam tal região, como a UFSM, a BASM e o aeroporto civil.

Desse modo, a dinâmica territorial dos usos selecionados contribui para a divisão das classes sociais no território urbano de Santa Maria, concentrando formas espaciais que tendem a aglomerações de pobreza e privação em determinadas áreas, como a zona Oeste, enquanto outras formas espaciais tendem a criar espaços de seletividade, principalmente através de condomínios fechados de alto padrão, como em Camobi.

Estas aglomerações de pobreza podem se materializar de forma linear, como nas áreas ocupadas próximas aos trilhos da viação férrea. As estradas de ferro, que atravessam o território urbano linearmente são formas espaciais muito relacionados a pobreza em tempos recentes. Desse modo, a terra urbana ociosa, nas margens dos trilhos, ao longo dos anos, dentro do quadro deficitário de habitação em Santa Maria, foi se tornando um território de moradia para as classes baixas da cidade. É possível identificar que os trilhos da ferrovia obedecem a um traçado que acompanha uma série de bairros da região Norte e Nordeste da cidade, relacionando-se com o traçado da privação. Este processo se repete com relação ao Arroio Cadena, drenagem que corta a área urbana da cidade, iniciando na região Central, passando pela zona Norte, Centro-Oeste e Oeste, além de exercer influência nos bairros da região Sul da cidade, como o Urlândia e o Lorenzi.

A densidade de comércios e serviços é expressa em nossa cartografia na área central e no bairro Camobi, muito embora haja outras centralidades comerciais de menor expressão, como o subcentro comercial localizado no bairro Tancredo Neves, na região Oeste. O bairro Centro, como *locus* comercial e de serviços, dotado de infraestrutura, abriga baixos índices de privação, assim como a zona central de Camobi, segunda área de comércios e serviços apontada no mapa. Cabe reiterar, segundo o estudo de Rocha (2011), o centro comercial de negócios de Santa Maria apresenta crescimento acentuado para a zona Leste da cidade, surgindo, nas palavras da autora, como um prolongamento de alta renda que se estende de forma descontínua até o bairro Camobi. Cabe evidenciar que Camobi, quando analisado à nível intra-urbano, apresenta áreas coexistentes de elevada e baixa privação social, como a área central com baixa privação, ou a zona Norte, junto aos trilhos, além da COHAB Fernando Ferrari, à Sul, com IPS elevado.

Ademais, como já mencionado, é no bairro Camobi que se localiza a UFSM, Instituição de Ensino Federal e também forma espacial que exerce influência direta em Camobi, como em toda a cidade. A UFSM é um vetor de verticalidades e horizontalidades (DEGRANDI, 2012), atuando muito expressivamente para o perfil de cidade terciária de Santa Maria, além de atrair grandes investimentos imobiliários de diversos padrões em Camobi (SPODE, 2017).

Além da UFSM, a BASM é outro uso fundamental para a formação socioespacial da região Leste. A Base Aérea se associa ao uso militar do território, consolidado em Santa Maria, e atua como importante forma espacial exercendo a posição militar, bem como, atuando como aeroporto civil. Segundo Machado (2008) e Degrandi (2012), somam-se ao total 20 unidades militares no território urbano da cidade, materializadas em condomínios militares, áreas de treinamento, quartéis, etc.

Dessa maneira, identificando os usos da terra urbana selecionados (figura 13), como formas espaciais, dotadas de conteúdo que exercem influência na realidade socioespacial urbana de Santa Maria, três desses objetos (ou formas espaciais) merecem destaque para a empirização da privação social no território: o Arroio Cadena, os trilhos da ferrovia e o Morro Cechella.

Estes três usos do território, para onde convergem os “homens lentos” de Milton Santos, é onde predominam as maiores privações ao uso do território, sobretudo a privação a moradia. O primeiro deles, o Arroio Cadena, é uma drenagem que nasce na região central da área urbana, precisamente no Parque Itaimbé, localizado no bairro Centro, que ao longo dos anos possui vasto histórico de alagamentos, sendo grande parte dele considerado área de risco ambiental urbano (ROBAINA et al, 2001).

Desse modo, para entendermos de maneira completa os fenômenos, o resgate temporal do processo de uso do território no Arroio é de grande importância. Desse modo, embora a intervenção humana já ocorra com certa intensidade desde o século XIX, foi no século XX, que a expansão urbana, de maneira efetiva, passa a ocupar as áreas do Arroio Cadena (FERRARI, 2018).

Ou seja, a drenagem do Cadena, enquanto elemento geomorfológicamente postado na área urbana de Santa Maria, torna-se objeto humanizado (SANTOS, 2006), através dos processos sociais. Assim, após a década de 1950 com a expansão urbana em ritmo acelerado, as áreas consideradas desfavoráveis para habitação passam a ser destinadas para o uso urbanizado, devido ao aumento populacional de Santa Maria⁴⁹ nesse período.

⁴⁹ Vale lembrar que Santa Maria em 1950 contava com uma população urbana de 47.904 habitantes, alcançando em 1970, 20 anos depois, a marca de 124.136 habitantes, segundo os dados da FEE (1984).

Conforme relata Ferrari (2018, p. 99), “o adensamento populacional e o processo de verticalização da cidade suprimiram grande parte da vegetação, e forçaram um modelo de urbanização que excluiu a conservação dos cursos d’água”. Isto é,

Os traços mais marcantes da configuração atual da cidade começam a surgir a partir desse momento, na década de 1950. Nessa década fica evidente o crescimento a oeste, com a abertura de novos loteamentos, que causam descontinuidade na malha urbana existente, sendo estes no Salgado Filho, Juscelino Kubitschek, Urlândia (próximos ao Cadena), o que caracterizou a área como um novo vetor de expansão (FERRARI, 2018, p. 99).

Com a intensificação dos usos do território, principalmente o uso corporativo influenciando na produção de moradias e prédios nas áreas próximas ao Cadena, os processos naturais do Arroio passam a causar impactos para a população local, principalmente com alagamentos. Esses problemas contribuem para que em 1968, no mesmo momento da construção da barragem do DNOS⁵⁰, quando se inicia a canalização de trechos do Arroio Cadena, por parte do Poder Público da cidade.

A dialética estabelecida entre a ação humana e esta grande estrutura espacial, do qual faz parte toda a bacia do Cadena, resulta na intensa transformação do Arroio, com processos que envolvem a drenagem e canalização de parte do arroio, ainda no final da década de 1960. “A montante do canal principal, durante os anos de 1968 e 1969 ocorreu a canalização de 1.200 metros em galeria fechada”, relata Ferrari (2018, p. 109). A mesma autora observa que,

Tal intervenção proporcionou o aumento da vazão do arroio, que associada a impermeabilização do solo em diversas áreas de sua bacia a montante deste setor gerou como consequência diversos episódios de inundação no início da década de 1980, principalmente no bairro Salgado Filho (FERRARI, 2018, p. 109).

Desse modo, torna-se possível identificar as várias etapas de intervenção, seja por meio da Prefeitura Municipal, ou pela própria ocupação populacional, em plena expansão para Oeste nesse período. Esse processo histórico de interferência das ações sociais no espaço culminou com agravamento dos alagamentos, ao mesmo tempo em que se intensificam os usos das margens do Arroio com a formação de diversas ocupações irregulares. Segundo Botega (2012), dentre as ocupações estabelecidas nesse período estão: a Vila Renascença (1976); Vila Rossi (1977); Estrada da Picadinha (1980); com destaque para a Vila Lídia (1988), localizada às margens do Arroio Cadena; Vila Arco-Íris (1989); Vila Ecologia (1991); e Fazenda Nova Santa Marta (1991), todas localizadas nas áreas de influência do Arroio.

Na década de 1980, com a elaboração do no Plano Diretor Físico Territorial de Santa Maria, que foi implementado com o objetivo da construção de grandes obras no território

⁵⁰ Sigla para Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

urbano da cidade como resposta “[...] às necessidades de uma cidade empobrecida e com sérios problemas urbanos” (ROCHA, 2011, p. 326). Desse modo, entra em cena a aplicação do Programa CURA em Santa Maria, já mencionado, que viabilizava a construção de grandes obras de infraestrutura urbana na cidade, incluindo a canalização dos arroios.

Esta obra é responsável, segundo Ferrari (2018), pela canalização de toda microbacia do Itaimbé, onde se localizam as nascentes do Arroio Cadena. É no contexto do Programa CURA, cabe ainda ressaltar, que a Avenida Medianeira, importante via da cidade, bem como a Avenida Fernando Ferrari, são construídas, sendo a partir dessas implementações que há a integração efetiva do centro da cidade com a área Leste do território urbano (ROCHA, 2011).

Durante toda a década de 1980, com a chegada de novos loteamentos, ocupações, além das COHABs Tancredo Neves e Santa Marta, na região Oeste, são intensificados os alagamentos, principalmente nas áreas ocupadas através de processos de apropriação territorial por uma população privada de recursos. A Vila Renascença, por exemplo, em dias de chuva, grande parte das habitações irregulares eram inundadas, colocando em risco a saúde das famílias, relata Ferrari (2018). De acordo com a autora:

Ainda durante a década de 1980, a pressão sobre a bacia do arroio Cadena é potencializada com o aumento das áreas pavimentadas e construídas. Como resultado o tempo de chegada das águas pluviais ao longo do canal é diminuído, devido as dificuldades de infiltração, sobrecarregando os setores a jusante. Essa dinâmica de escoamento afetada pela ação antrópica resulta em novos episódios de inundações/alagamentos, nas Vilas Urlândia e Santos (FERRARI, 2018, p. 110).

Nesse sentido, tendo em vista essa problemática urbana, derivada de um processo natural tornado “geografizado”, como define Santos (2006), que acomete as classes mais baixas em Santa Maria, o Poder Público Municipal intervém mais uma vez no canal do Arroio Cadena. Dessa maneira, no início da década de 1990, a gestão pública decide pela alteração física do curso natural do Cadena, nas proximidades das vilas mais propensas a alagamentos (FERRARI, 2018).

Desse modo, essa nova intervenção modificou significativamente parte do canal natural da drenagem, fazendo com que o seu curso médio tenha sido retificado, transferindo o curso do Arroio mais para Oeste, descaracterizando, completamente, o Arroio Cadena. Esse processo, além de ambientalmente impróprio, causou impactos sociais significativos no território urbano da cidade.

Ferrari (2018) aponta que esta solução pontual foi insuficiente, pois quando o antigo canal foi aterrado não houve o planejamento de nenhuma proposta de gestão dessa área, culminando com a ocupação das áreas por moradias irregulares. Dentro de um contexto de

desenvolvimento territorial desigual, esse embate entre a intervenção humana e os fenômenos naturais característicos desta estrutura espacial, ou seja, o Arroio Cadena, resultam na formação de territórios de pobreza e privação social, principalmente nas áreas Norte, Centro-Oeste, Oeste e Sul, que margeiam o Cadena.

Nos anos de 1990, segundo Ferrari (2018), as áreas mais atingidas por alagamentos eram a Vila Oliveira, na região Norte, Vila Lídia e Vila Arco-íris, ambas no Centro-Oeste, no bairro Noal, e Vila Renascença, na região Oeste. A imagem a seguir (figura 14) identifica a alteração no leito do Arroio Cadena, o que pode ser definido como uma verdadeira alteração estrutural na drenagem, transformando todo o conjunto espacial, alterando não apenas as características naturais, mas toda a dinâmica dos usos do território na área.

Figura 14: Alteração do leito do Arroio Cadena, Santa Maria, RS.



Fonte: Ferrari (2018). Adaptado pelo autor (2019).

Todo esse processo de intervenção no Arroio, iniciado ainda na década de 1960, são respostas aos diversos usos no território de Santa Maria, sobretudo nas periferias da cidade. Na década de 1960, com uma população urbana que alcança 71 % (FEE, 1984), a conformação espacial expande-se para as regiões Norte, Oeste e Sul da cidade (SALAMONI, 2008), principalmente com o uso residencial do território, seja na instalação de loteamentos, ou ainda, na formação de ocupações irregulares.

Ou seja, a dinâmica territorial de Santa Maria, na década de 1960, se mostra articulada da seguinte maneira: enquanto na área central o território é usado para a construção de edifícios altos e casas comerciais, nas áreas periféricas, o uso é pautado principalmente na instalação de loteamentos de baixa renda, além da formação de ocupações irregulares. São os casos da instalação das Vilas Kennedy, com 283 unidades residenciais e a Vila Salgado Filho, com 76 unidades, ambas na zona Norte da cidade (ROCHA, 2011), localizadas no bairro Salgado Filho.

Desse modo, ao longo do processo histórico, o Arroio Cadena, como estrutura espacial tornou-se um território de pobreza e privação social, tendo atualmente, parte da sua margem ocupada por moradias irregulares em precária situação. Essas áreas apresentam índice elevado

de privação, como no caso de partes do bairro Salgado Filho, Passo D'Areia, Noal, Urlândia e Lorenzi. Na figura a seguir (figura 15), um mosaico de imagens de alguns pontos do Arroio Cadena, atualmente, em diferentes locais da área urbana.

Figura 15: Aspectos do Arroio Cadena atualmente, área urbana de Santa Maria, RS.



A) Trecho do Arroio Cadena no bairro Urlândia. B) Ocupação irregular na margem do Arroio Cadena, bairro Salgado Filho. C) Descarte de lixo e esgoto no Arroio, bairro Carolina. D) Processo de erosão e assoreamento da drenagem do Arroio Cadena, bairro Carolina. Fonte: Trabalhos de campo (2018, 2019). Elaboração: O autor (2019).

Uma segunda estrutura espacial que merece destaque com relação a privação no território urbano de Santa Maria é o aparato ferroviário, atualmente caracterizado como uma rugosidade (DEGRANDI, 2012). Cabe ressaltar que Santa Maria, como afirma Degrandi (2012), é o resultado da sucessão, combinação, sobreposição ou não e pelo que o autor chama de co-presença solidária e contraditória de eventos, uns ainda vivos (ativos) e outros como rugosidades, presentes na paisagem e na memória do lugar.

Dessa maneira, o aparato ferroviário, no primeiro momento dotado de significados ligados a expansão econômica de Santa Maria, que introduziu o município em um papel de destaque no capitalismo da primeira metade do século XX, atualmente pode ser caracterizado como territórios de pobreza urbana e privação. No período atual, a estrada de ferro em Santa Maria é subutilizada, com parte da estrutura tendo sido abandonada, como no caso da Estação Ferroviária de Camobi (figura 16E). O abandono do aparato ferroviário levou ao desuso da terra

urbana, favorecendo o processo de ocupação irregular nas suas margens, embora esse processo venha ocorrendo desde a década de 1970, como informam os dados de Prado (2010). Em tempos atuais, a paisagem urbana de Santa Maria, segundo Degrandi (2012, p. 125), de leste a oeste,

[...] mostra testemunhas materiais da deterioração dos fixos da antiga ferrovia perfiladas ao longo da linha férrea principal. Suas áreas non *aedificandi* e linhas abandonadas foram, pouco a pouco, sendo invadidas por habitações populares precárias e irregulares.

A empresa Rumo Logística, atual detentora das estradas de ferro, com base na Lei Federal 6.766/1979⁵¹, que proíbe construções a menos de 15 metros das margens das rodovias, ferrovias e rios, vem exercendo ações de reintegração de posse em ocupações fixadas nas margens dos trilhos⁵². Nesse sentido, a atuação da empresa, enquanto corporação privada, aliada ao poder público, revela uma realidade socioespacial conflituosa, sendo o direito ao uso do território disputado entre os grupos de baixa renda e o grupo empresarial.

Desse modo, o aparato ferroviário, sobretudo a estrada de ferro que corta a cidade de Leste para Oeste, abrangendo partes dos bairros: Camobi, Pé de Plátano (zona Leste), Km 3 (Centro Leste), Itararé, João Goulart (região Nordeste), Chácara das Flores, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Salgado Filho (região Norte), configuram-se como um objeto espacial com uma função econômica e social que tende, no processo de produção do espaço urbano, à concentração de uma população privada da possibilidade da posse da terra urbana, razão de IPS mais elevado ao longo desse objeto em Santa Maria.

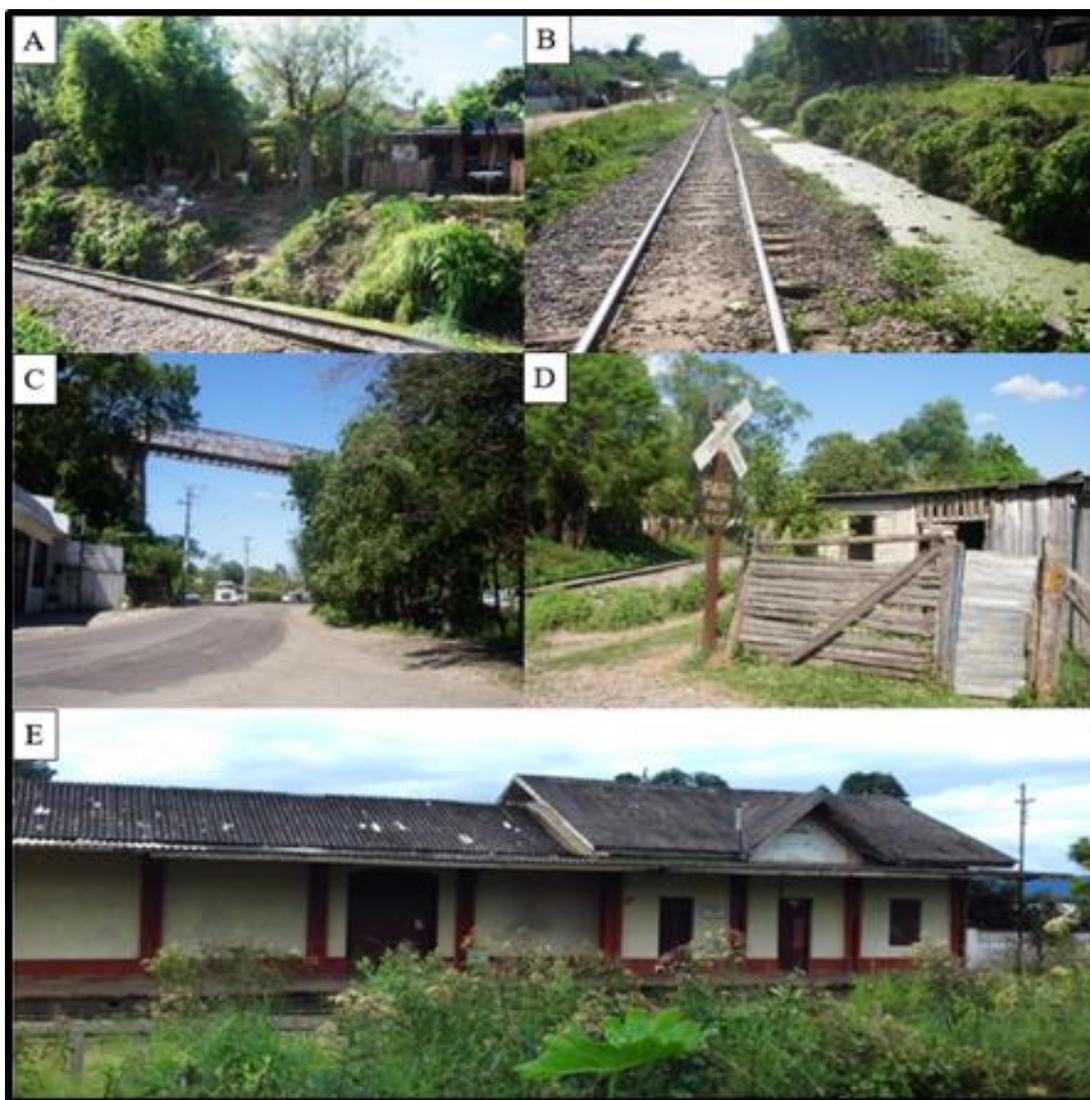
Observa-se que ao longo de todo o traçado dos trilhos são evidenciadas ocupações irregulares, onde as condições de moradia e ambiente são precárias, especialmente à Norte de Camobi, no Beco do Beijo e Aparício de Moraes, na vila Nova no João Goulart, vila Pércio Reis no Itararé, vila Brasília e Nossa Senhora do Trabalho no Salgado Filho e vila Portão Branco no Caturrita. Faria et al (2019, p. 247) evidenciam que os processos históricos se resignificaram e se complexificaram na atualidade, “[...] de modo que, temos hoje privações sociais generalizadas no território, mas com situações extremas que tendem a se concentrar em algumas de suas áreas periféricas.

⁵¹ A Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, sobre o Parcelamento do Solo Urbano, entre outras providências, sanciona que ao longo das águas correntes e dormentes e da faixa de domínio das ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado. A referida lei pode ser observada em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm.

⁵² As questões envolvendo a empresa Rumo e as famílias residentes nas ocupações nas margens dos trilhos pode ser conferida na reportagem a seguir: <http://www.defensoria.rs.def.br/audiencia-publica-em-santa-maria-trata-da-situacao-das-familias-que-residem-no-entorno-da-ferrovia>

Assim, além do Arroio Cadena, os trilhos da ferrovia atuam como estrutura espacial transformada historicamente, e, em tempos atuais, como forma-conteúdo, se configura como um território de privação social, sobretudo de privação à moradia, assim como, rugosidade ferroviária, sendo controlada, remotamente, pelo capital corporativo, através da empresa Rumo, possivelmente a maior operadora de ferrovias do Brasil. A figura 16 traz um mosaico de imagens que ilustram o aparato ferroviário em tempos atuais, em diversos pontos do território urbano de Santa Maria.

Figura 16: Mosaico de imagens do aparato ferroviário em Santa Maria, como território de privação social e rugosidade.



A) Área de alta privação nas margens dos trilhos no bairro Chácara das Flores, Norte da área urbana. B) Limite entre os bairros Chácara das Flores e Salgado Filho, Norte da área urbana. C) Passagem ferroviária suspensa nos limites dos bairros Salgado Filho, Carolina e Chácara das Flores. D) Área de ocupação irregular nas margens dos trilhos no bairro Salgado Filho. E) Antiga estação ferroviária de Camobi. Fonte: Trabalhos de campo (2018, 2019). Elaboração: o autor (2019).

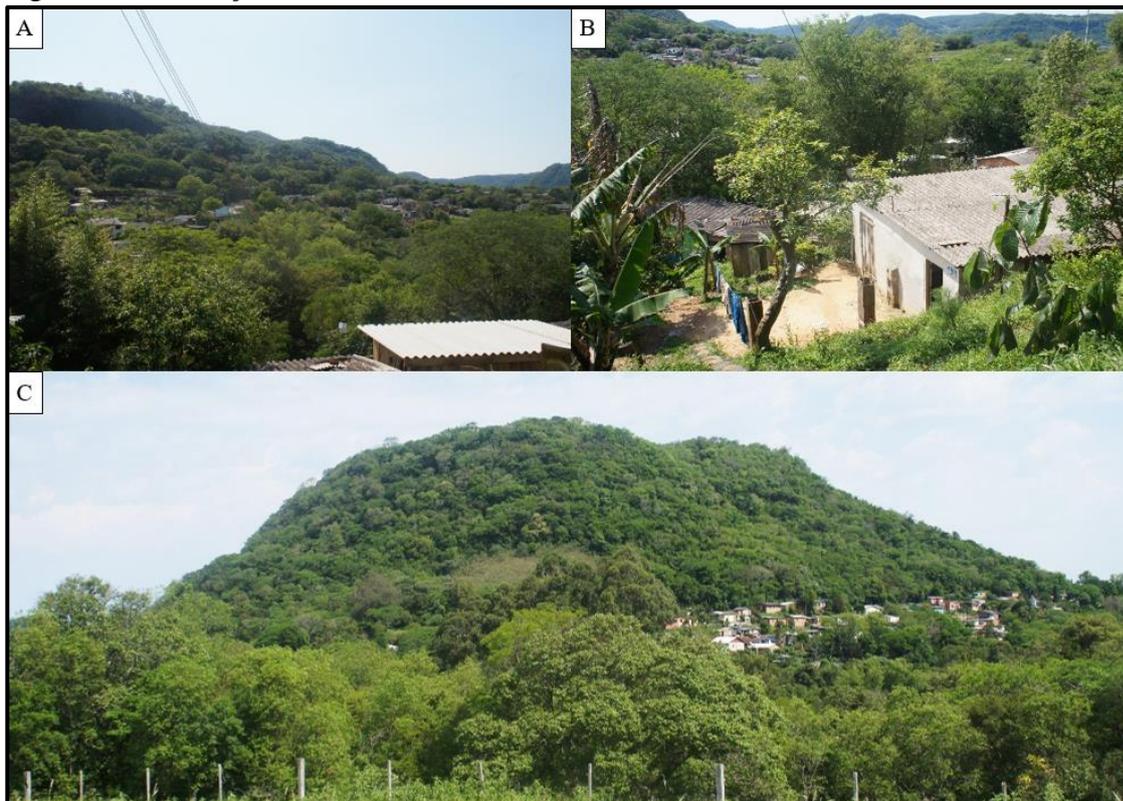
A terceira forma espacial a ser destacada em relação a privação social é o Morro Cechella. Sendo um Morro Testemunho localizado na área urbana, precisamente no bairro Itararé, Norte da cidade, ele é uma forma que apresenta múltiplos conteúdos que coexistem no território. Em termos geomorfológicos, situa-se na área de transição entre o Planalto Meridional Brasileiro e a Depressão Periférica, apresentando topo plano, associado a rochas vulcânicas, da Formação Serra Geral (SILVA, 2011).

O Morro Cechella, assim como todos os morros da Serra Geral, situados à Norte da área urbana, é considerado uma Área de Proteção Permanente (APP) por meio da Lei n. 12.651/2012. Tal lei visa proteger a vegetação nativa, assim como preserva os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, além de facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).

Como uma grande estrutura natural e geológica postada no espaço geográfico de Santa Maria, com o advento da ocupação humana, o Morro Cechella passou a apresentar significados e formas de uso diversos, como Área de Proteção Ambiental e também local de habitação, com a construção de moradias, especialmente habitações impróprias, construídas por uma população privada. De acordo com o mapa das ocupações irregulares de Santa Maria, fornecido pelo Instituto de Planejamento no ano de 2018, existem 5 ocupações irregulares no bairro Itararé (SANTA MARIA, 2018), sendo que 3 delas estão situadas nas encostas do Morro Cechella, como a Vila Nossa Senhora Aparecida, a Vila Bürger e a Vila Bela Vista.

Por meio da observação de campo, foi possível identificar as ocupações irregulares apontadas pelo mapa do poder público municipal, que recobrem vasta área das vertentes no Cechella, principalmente na porção Sudeste, Oeste e Norte do Morro. Esta ocupação desordenada do ambiente natural revela como ocorre a relação contraditória entre os grupos sociais privados e as formas espaciais nesta porção do território urbano, resultando em verdadeiras favelas nas vertentes do Morro Cechella. A figura 17 e 18 demonstra a ocupação desordenada do morro, com habitações precárias, pela população em situação de privação social.

Figura 17: Habitações nas vertentes do Morro Cechella, área urbana de Santa Maria, RS.



A) Vila Bürger, vertente Oeste do Morro Cechella. B) Vila Bürger. C) Vila Canário, vertente Norte do Morro. Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaboração: o autor (2019).

Figura 18: Habitações nas vertentes do Morro Cechella, área urbana de Santa Maria, RS.



A e B) Vila Nossa Senhora Aparecida, vertente Leste do Cechella. C) Vila Bürger. D) Reprodução de habitações na vertente Noroeste do Morro Cechella. Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaboração: o autor (2019).

Como relatou Santos (2006), é o espaço considerado em seu conjunto que redefine os objetos que o formam, ou seja, os objetos não coexistem sozinhos, eles se relacionam com os outros objetos que o cercam. Ao tratar de forma e conteúdo, Santos (2006, p. 66), ainda ressalta que em termos de significação da realidade, um processo não pode ser entendido sem o outro, pois, “[...] a ideia de forma-conteúdo une a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social.”

Com relação ao Morro Cechella, estrutura espacial a qual estamos discutindo, ela se relaciona com as demais formas espaciais presentes na região do bairro Itararé, sobretudo o aparato ferroviário. Cabe identificar que as rugosidades não podem ser apenas identificadas como heranças físico – territoriais, mas também como heranças sócio territoriais ou sócio geográficas (SANTOS, 2006); (SOUZA, 2019).

Há ainda dentro dos limites do bairro Itararé a presença de uma área de ocupação irregular no Monumento ao Ferroviário, memorial construído na década de 1930, quando o governador Flores da Cunha homenageou a participação dos ferroviários na Revolução de 1930. Desse modo, o Monumento ao Ferroviário surge como rugosidade espacial no bairro Itararé, isto é, uma forma material, exercendo uma nova função, com novos usos, dentro da realidade socioespacial de Santa Maria, que em tempos atuais, caracteriza o aparato ferroviário como territórios de pobreza e privação. Como nos lembra Souza (2019, p. 12), “a maneira como se combinam sistemas de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida possíveis naquela área”.

Estas três formas espaciais destacadas, ou seja, o Arroio Cadena, o aparato ferroviário e o Morro Cechella, dentro do contexto da produção dos usos do território, que nas periferias podem ser definidos pelos “[...] processos de constituição das desigualdades socioespaciais” (SOUZA, 2019, p. 7), são territórios de privação social. Essas grandes formas espaciais, quando articuladas, contribuem para a produção de diferentes formas de privação no território, em especial a privação do acesso à moradia urbana. Portanto, a privação à moradia, refletido pelo fenômeno das ocupações irregulares na área urbana de Santa Maria, explicitamente, mostra-se como uma das principais privações no território.

Segundo os autores que estudaram o fenômeno das ocupações irregulares em Santa Maria⁵³, a primeira ocupação irregular de que se possui registro data de 1960, com a vila Nossa Senhora do Trabalho, junto aos trilhos, no bairro Salgado Filho, região Norte da cidade. Essa produção histórica de privação à moradia, reflexo dos usos do território na cidade, através da

⁵³ Ver: Pinheiro (2002); Prado (2010); Botega (2012).

distribuição desigual das técnicas (SANTOS, 2006), formaram desigualdades socioespaciais agudas em Santa Maria, visíveis no território, como as ocupações irregulares. De acordo com Faria et al (2019, p. 245):

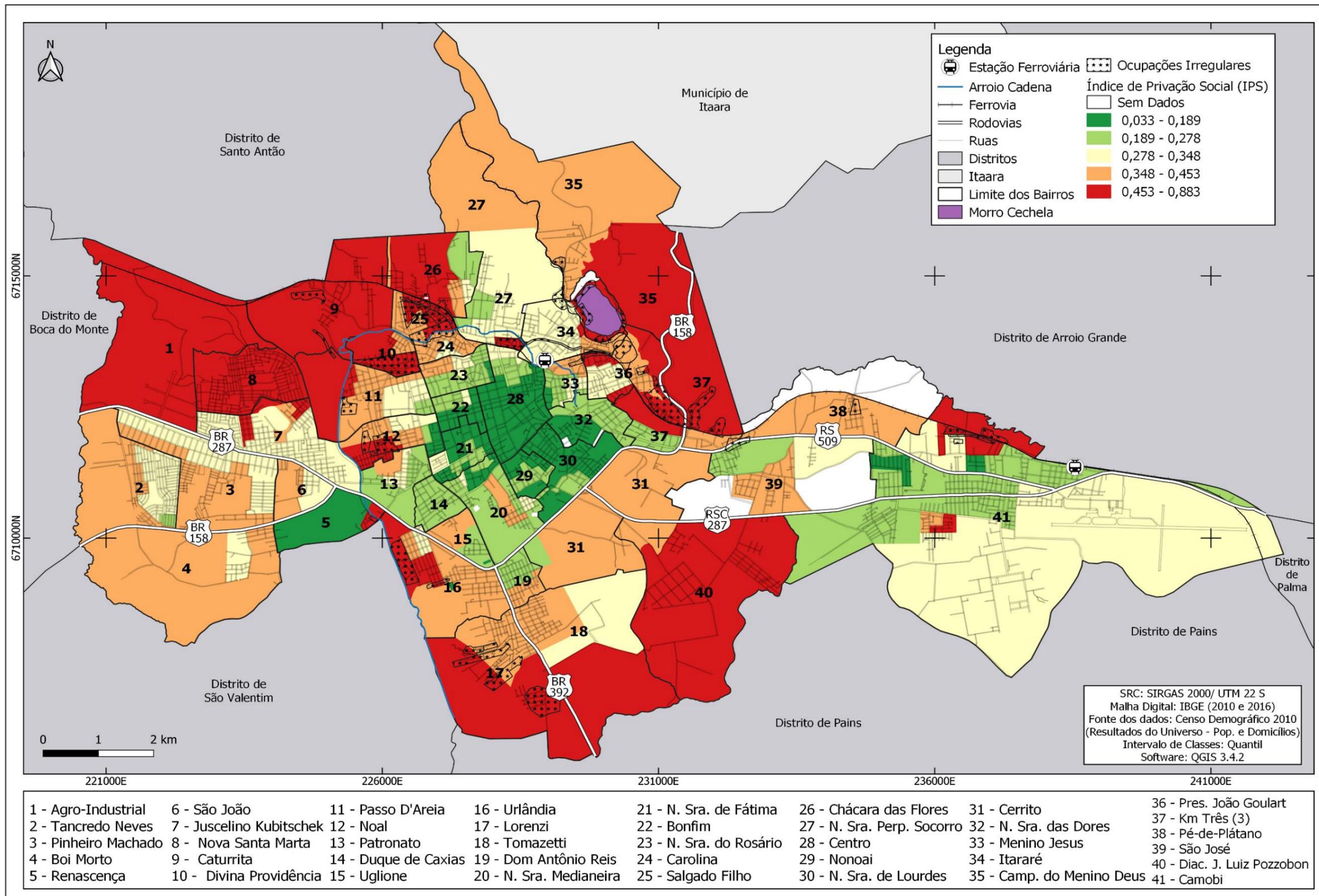
A própria ocupação produz um território particular destituído da segurança da lei e do direito (por exemplo, ao saneamento, energia, que são serviços básicos, entre outros), pelo menos até que essa terra seja regularizada pelo poder público. Todavia, esse processo “transgressor” do direito e da lei é ele mesmo resultado de um acúmulo histórico de injustiças sociais, ou seja, da não efetivação desse mesmo direito.

Desse modo, a ocupação irregular demonstra múltiplas formas de privação social e material, ou relativa e absoluta, pois identifica, além da despossessão dos recursos materiais, também, a destituição, por parte destas populações, de direitos basilares de cidadão, regidos pela Constituição Federal de 1988⁵⁴. Isso pode ser associado ao que Santos (1997) identifica como cidadanias mutiladas, ou ainda, como espaços de não cidadãos, onde indivíduos e grupos sociais são impedidos de exercer seus direitos (SANTOS, 1988).

Assim, ao realizarmos o levantamento das ocupações irregulares que se localizam nas três formas espaciais identificadas anteriormente, os trilhos do trem, o Arroio Cadena e o Morro Cechella, pode-se constatar que das 91 áreas de ocupação identificadas no mapa da Prefeitura Municipal (SANTA MARIA, 2018), 43 delas estão localizadas no âmbito destas grandes estruturas espaciais e em suas imediações. O mapa da figura 19 traz a espacialização das áreas de ocupação irregular, localizadas ao longo do aparato ferroviário, do Arroio Cadena e Morro Cechella.

⁵⁴ Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Capítulo II – Dos Direitos Sociais. Art 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, [1988] 2016).

Figura 19: Ocupações irregulares na estrada de ferro, Arroio Cadena e Morro Cechella, Santa Maria, RS.



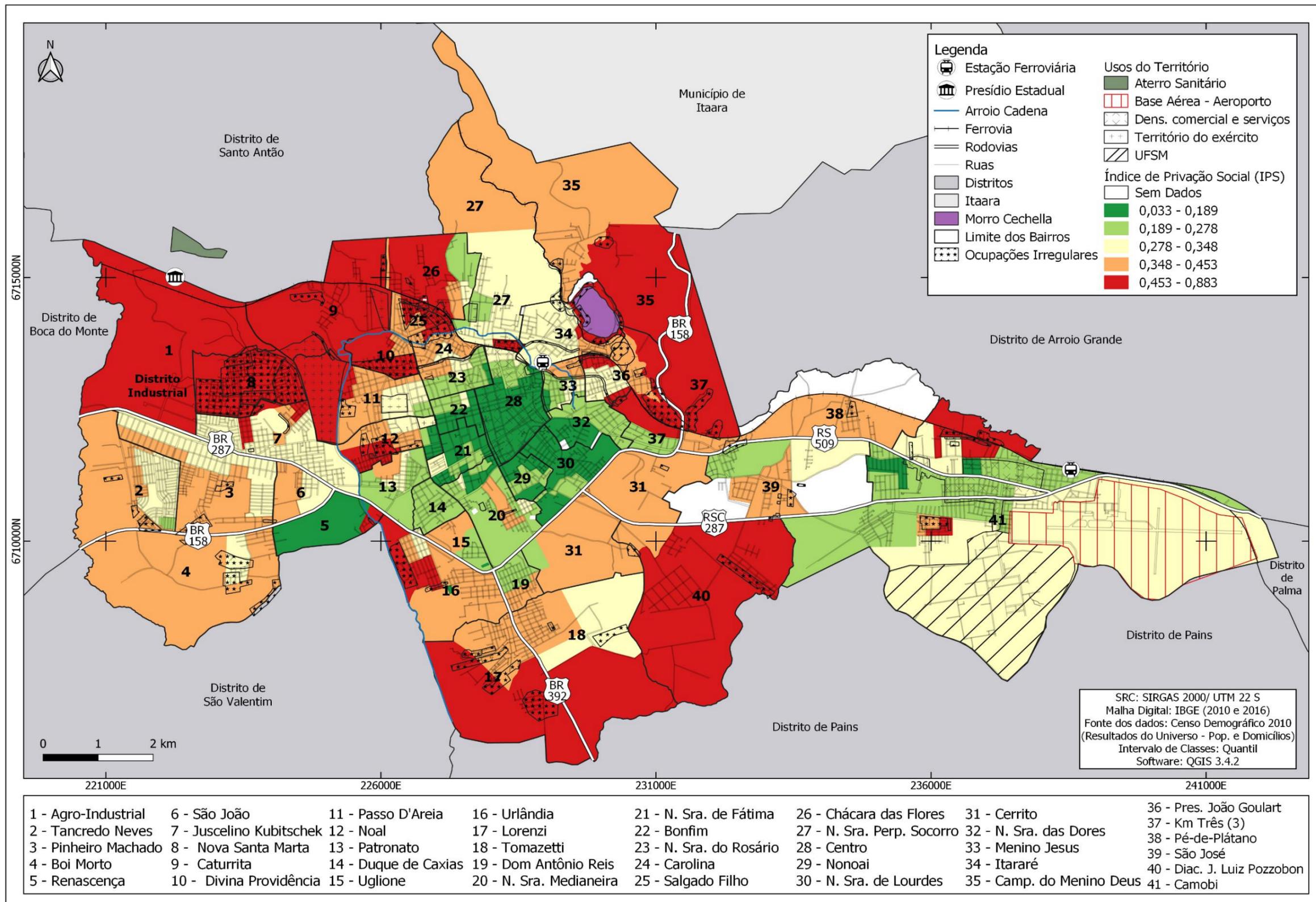
Fonte: IBGE (2010). SANTA MARIA (2018). Trabalhos de campo (2018); (2019). Elaboração: Faria, Rizzatti e Spode (2019).

Dessa maneira, esta verdadeira mancha urbana de privação à moradia revela como se materializa a privação social no território de Santa Maria, ou seja, através da destituição de direitos basilares, como a moradia, o saneamento básico, a educação formal, a saúde. A privação da habitação, com todas as outras privações que ela desencadeia, é a privação do direito ao uso do território, propriamente dito.

Assim, ao realizarmos uma sobreposição do mapa do IPS com o mapa dos usos selecionados na área urbana de Santa Maria, será possível identificar o traçado da privação no território, ao longo dos trilhos, do Morro Cechella, do Arroio Cadena, do Presidio Estadual, ou seja, formas espaciais com conteúdo social. Algumas dessas formas apresentam conteúdo altamente repulsor, em termos sociais, como o Presidio Estadual, localizado no bairro Agro-Industrial (região Oeste) ou o Aterro Sanitário, bairro com elevado índice de privação.

O mesmo processo ocorre nas áreas de baixa privação, ou seja, nas áreas centrais e se estendendo para Leste da área urbana, onde se localiza a Universidade Federal. Na área central é onde está postado a maior densidade de comércios e serviços, como também, a maior circulação de capital, em todas as formas. É também no centro e nos bairros periféricos ao centro que se localiza parte considerável da elite de Santa Maria, em áreas de baixa privação social. Cabe lembrar, de acordo com o estudo de Rocha (2011), a elite em Santa Maria se localiza de forma fragmentada no espaço, em todas as regiões, com tendência a região central e Leste. Os bairros Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora de Lourdes são exemplos de bairros centrais onde residem a população de renda elevada. A sobreposição dos mapas pode ser observada na figura 20.

Figura 20: Mapa dos usos selecionados e IPS da área urbana de Santa Maria, RS.



Fonte: Machado (2008), Degrandi (2012), IBGE (2010). SANTA MARIA (2018). Trabalhos de campo (2018); (2019). Elaboração: Faria, Rizzatti e Spode (2019).

Desta maneira, vê-se claramente no território urbano de Santa Maria uma periferia pobre e privada, principalmente nas áreas de abrangência das grandes formas espaciais, como as estradas de ferro e o Arroio Cadena. Por outro lado, pode ser identificado um Centro com alta concentração de comércio e circulação de capital, com baixa privação social, estendendo-se para Leste da área urbana.

Nesse contexto, torna-se possível observar que a reprodução da pobreza e da privação social no território urbano de Santa Maria se dá tanto pelos objetos presentes no espaço, e também pelas ações que dão vida ao território. Estas ações se configuram tanto pelas intervenções do Poder Público, a nível Municipal, Estadual e Federal, com financiamento e construção de loteamentos em todos os níveis, como também pelas ações das empresas corporativas, que usam o território capitalisticamente, vide o *shopping* Praça Nova.

Desse modo, em meio a isto estão os pobres da cidade, os homens lentos de Milton Santos, distribuídos geograficamente em todas as áreas da cidade, no entanto, concentrando-se em sua maioria nas regiões periféricas, especialmente nas áreas de influência ferroviária ou do Arroio Cadena, privados de um “lugar” no território de Santa Maria. No entanto, diante da dinâmica da pobreza e da privação, além da complexidade destes fenômenos, o estudo da privação à nível dos bairros e até mesmo das vilas torna-se fundamental, para conhecimento da realidade socioespacial urbana de Santa Maria.

A aplicação do índice de privação social trouxe luz a uma série de questões que passam pelo entendimento dos usos do território, tanto os usos do passado, quanto os usos atuais, que dão forma e conteúdo atual a cidade. A primeira delas é ligada a privação à moradia, um dos fenômenos mais presentes na cidade e que definem a própria privação no território urbano de Santa Maria. Isto é, o desenho geográfico da pobreza e da privação segue o traçado das ocupações irregulares, postadas em todas as áreas da cidade, mas sobretudo nas grandes formas espaciais que perpassam o território urbano, vide o Arroio Cadena e a estrada de ferro.

Uma segunda questão a ser abordada se refere a dialética das formas e conteúdo, que definem situações de privação construídas historicamente no território urbano. O aparato ferroviário, o Morro Cechella e o Arroio Cadena são objetos espaciais com uma concentração muito expressiva de pobreza em Santa Maria, fruto da constituição histórica destas áreas, que levou grande parcela da população Santa-mariense à privação do direito ao uso do território. A sobreposição dos usos selecionados do território com o índice de privação, mostra claramente essa realidade socioespacial.

Desse modo, para essas áreas do território urbano convergem os homens lentos de Santos (2006), que não acompanham a velocidade das técnicas impostas verticalmente no território, sobretudo nas áreas de alta densidade de comércio e serviços, como o centro da cidade e a área central de Camobi. É o que o autor chama de temporalidades hegemônicas e as hegemônicas, “[...] que devem contentar-se com tempos mais lentos” (SANTOS, 1994b, p. 29).

Nesse sentido, a identificação dos territórios privados em Santa Maria, e principalmente o entendimento da formação socioespacial destes lugares, levam ao principal atributo da compreensão do território enquanto uso: a ação política e a intervenção do geógrafo no processo de transformação da sociedade (SANTOS, 2000).

Desse modo, a principal contribuição do geógrafo, nesse sentido é de revelar as desigualdades socioespaciais e territoriais, com os conceitos e instrumentos mais adequados a cada realidade urbana. Conforme identificou Santos (2000) as noções de território usado e espaço banal devem ser usados para revelar os temas que o real nos impõe como objeto de pesquisa e intervenção.

Cabe aos agentes políticos da cidade, aqueles que pensam as políticas públicas e ordenam o território, criarem formas de acesso as infraestruturas urbanas e possibilidades nos territórios de privação social. A ideia de intervenção, como observa Santos (2000, p. 9), “[...] supõe um interesse político, entendido pela interpretação histórica mais ampla, que implica um ideal de futuro como espaço de resolução de problemas supostamente arraigados na sociedade”

Assim, refletir a privação social enquanto conceito instrumental, articulado com o uso do território, torna-se, de um lado, alternativa teórica de análise e compreensão da pobreza urbana e das desigualdades socioespaciais e territoriais urbanas, e, por outro lado, possibilidade prática, como instrumento de identificação das mazelas nas cidades. Desse modo, sendo utilizado como instrumento para se pensar e criar acesso aos recursos no território.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos a Geografia Urbana vem utilizando diversas abordagens para compreender a pobreza e as desigualdades socioespaciais, tão expressivas no contexto do período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006). A privação, nesse sentido, traz a noção das ausências que se manifestam, tanto territorialmente, quanto na dimensão social, expressando condições específicas de desigualdades socioespaciais e de pobreza urbana. A capacidade de relativização da pobreza, característica da privação, é o que permite a empirização da pobreza de acordo com o processo histórico de uso do território (SOUZA, 2019), dos diferentes lugares, como pôde ser observado na área urbana de Santa Maria.

Com relação a área de estudo, ou seja, o território urbano de Santa Maria, ele possui racionalidade atual ligada a uma divisão territorial do trabalho determinada principalmente pelo uso corporativo do território, pela modernização agrícola, como também pelos grandes empreendimentos capitalistas, materializados em condomínios fechados, nos *shopping centers*, na verticalização urbana, entre outras formas espaciais ligadas ao capital corporativo.

Por outro lado, como não poderia ser diferente, os usos históricos do território também exercem influência na realidade socioespacial urbana de Santa Maria, como a presença militar e o passado ferroviário, observado através do aparato ferroviário que marca a paisagem da cidade, configurando-se hoje como rugosidade.

Nesse sentido, tendo como objetivo principal deste trabalho se pautou pelo entendimento da pobreza urbana através do conceito de privação social, frente aos usos históricos do território em Santa Maria, este estudo trouxe alguns caminhos para a compreensão das desigualdades socioespaciais na cidade. Para isso, devemos lembrarmos da problemática exposta e que nortearam este estudo através de duas questões:

- é possível empirizar a privação social na realidade social urbana de Santa Maria, RS?
- é possível compreender os processos históricos dos usos do território, cuja privação social está relacionada?

Amparados nestas duas questões centrais, podemos afirmar que obtemos êxito na busca para revelar estes problemas tão importantes, não somente em Santa Maria, mas em todas as cidades brasileiras. Assim sendo, fora elaborado e aplicado um índice de privação social (IPS) na área urbana de Santa Maria, construído a partir de variáveis selecionadas.

O IPS foi elaborado a partir de 5 indicadores construídos por meio de variáveis do IBGE de 2010. Esses indicadores compreenderam três grandes dimensões, são elas: a dimensão

educação, renda e domicílio/saneamento. No que se refere a dimensão educação, embora a taxa de alfabetização para a área urbana de Santa Maria seja de 96,53%, diversos setores censitários apresentam elevadas taxas de analfabetismo, como no bairro Agro-Industrial com 13%, Urlândia com 12%, João Goulart com 10%, Nova Santa Marta com 9%, além de manchas de analfabetismo em bairros de baixa privação, como a Norte de Camobi.

Dentro da dimensão renda dois indicadores sociais foram utilizados. A primeira foi a taxa de pessoas sem rendimento mensal e até meio salário mínimo, que demonstrou padrão muito semelhante com a taxa de analfabetismo da cidade, com os bairros periféricos contando com as mais elevadas taxas de baixa renda. Desse modo, para reconhecimento da relação existente entre os indicadores, utilizou-se o coeficiente de Pearson, que atestou grau de correlação positivo, com valor de 0,80, *score* significativamente elevado.

Nesse sentido, o mapa da renda média da população colaborou para a comprovação desta realidade, apontando bairros como Nova Santa Marta, Caturrita, Salgado Filho, Lorenzi, Urlândia, Diácono João Luiz Pozzobon, além das manchas citadas, como Norte de Camobi e no Noal. Por outro lado, as altas rendas localizam-se principalmente nos setores censitários dos bairros da área central e arredores, como Centro, Bonfim, Nossa Senhora de Fatima, Nossa Senhora de Lourdes e outros.

Dentro da dimensão domicílio, utilizou-se a taxa de domicílios com 5 moradores ou mais, ou densidade ocupacional, que indicou o mesmo desenho espacial das variáveis anteriores, com apenas pequenas alterações. Em termos numéricos, em um dos setores censitários do bairro João Goulart a taxa de moradores por domicílio alcança 16,92 moradores, assim como em setor do bairro Km 3 e no Salgado Filho, que apresentam, respectivamente, 16,45 e 15,72 moradores por domicílio, um número extremamente alto.

O último indicador social utilizado foi a taxa de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via vala, representando conjuntamente as dimensões domicílio e saneamento. Os resultados deste mapa indicaram que os dois setores de mais elevada taxa de esgotamento via vala localizavam-se no bairro João Goulart, o primeiro com 49% e o segundo com 22%. Outros bairros apresentam setores censitários com elevadas taxas de esgotamento via vala, como no bairro Caturrita, no bairro Km 3, Agro-Industrial, Nova Santa Marta, Camobi e Noal.

Com relação ao IPS da área urbana de Santa Maria, ele apresenta padrão espacial centro-periferia, com as áreas centrais com os mais baixos índices de privação, enquanto a periferia contando com taxas elevadas de privação social. Esse padrão de estruturação urbana se associa

a muitas cidades médias brasileiras, no qual as classes altas residem nas áreas centrais, com melhor infraestrutura urbana, e os pobres na periferia, privados de recursos.

No entanto, com a fragmentação do território urbano em Santa Maria, as classes altas e baixas passaram, em determinados casos, a proximidade espacial, com distanciamento social (ROCHA, 2011). É o caso da construção de condomínios fechados de alto padrão em bairros distantes da área central. A realidade é que as classes sociais se distribuem de maneiras distintas na cidade, porém, com as classes baixas possuindo enormes dificuldades para acessar os recursos do território.

A aplicação do IPS nos levou a delimitação de três áreas de grande privação no território urbano de Santa Maria. A primeira perpassa a extensão Norte da área urbana, que inicia à Norte de Camobi, seguindo descontinuamente pelos bairros da região Nordeste e Norte, acompanhando a estrada de ferro. A segunda área de privação iniciando na região Norte, passando por áreas da região Centro-Oeste e Oeste como o bairro Noal, Nova Santa Marta e Agro-Industrial. Além destas, uma terceira na região Sul se estendendo para Centro-Leste, sobretudo no bairro Diácono João Luiz Pozzobon.

Nesse sentido, tendo em vista que os lugares obedecem a formações históricas distintas e a privação tratar-se de um conceito histórico e social, foram selecionados diversos usos do território para qualificar a avaliação da privação. As desigualdades socioespaciais são fenômenos que se revelam pelo processo histórico de uso do território nas periferias, ressaltou Souza (2009).

As formas espaciais selecionadas foram objetos com conteúdo sociais diversos, atuando como acúmulos desiguais de tempos (SANTOS, 2006), alguns impactantes para a dinâmica urbana da cidade inteira, como a UFSM e o uso militar, e outros determinando formas de uso do território específicos das áreas periféricas, como o aterro sanitário e o Presídio Estadual, na região Oeste. Assim sendo, três desses usos mereceram avaliação especial em relação a dinâmica da pobreza no território urbano, são eles o aparato ferroviário, o Arroio Cadena e o Morro Cechella, onde se concentram altas taxas de privação, sobretudo privação à moradia.

Dessa maneira, tendo por base o mapa das ocupações irregulares de Santa Maria, fornecido pelo Iplan, constatou-se que das 91 áreas mapeadas, 43 delas estão localizadas nas três formas espaciais estudadas e nas imediações, ou seja, estrada de ferro, Arroio Cadena e Morro Cechella. Assim, pode-se entender uma das principais dimensões da privação social em Santa Maria, ligada a destituição dos direitos basilares, como a moradia, o saneamento básico, a educação formal, a saúde e a própria vida, tendo em vista que os dados apontam para uma menor expectativa de vida nas áreas privadas. A privação de habitação desencadeia sucessivas

privações, pois refere-se a própria privação do direito ao uso do território. Com a sobreposição do IPS e os usos selecionados, tornou-se claro o traçado da Geografia da privação social no território urbano de Santa Maria, associado a grandes estruturas geográficas, vide o Arroio Cadena ou a ferrovia, que em contextos atuais, tornam-se refúgio a uma população privada de cidadania.

Portanto, este estudo buscou tornar evidente essa distribuição de tempos desiguais, como se refere Milton Santos, e possibilita pensar em futuros estudos para o território urbano de Santa Maria, bem como de outras cidades, avaliando os mais diversos tipos de privações presentes, que não foram possíveis de serem evidenciadas neste trabalho. Isto pressupõe a entrada nos territórios de privação social em Santa Maria e a aplicação de novos índices que contemplem determinadas formas de privação ou grupos sociais específicos, como os indígenas, os imigrantes de outras cidades brasileiras e de outros países ou ainda a população em situação de rua, privada em todas as dimensões.

REFERÊNCIAS

- ANDREATTA, T; BEROLDT L; WANDSCHEER, E. A. R; MIGUEL, L. A. **Origens da formação agrária sul rio-grandense no contexto brasileiro.** In: Congresso brasileiro de economia e sociologia rural. 2009.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. IDHM. 2013. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.** Brasil, Governo Federal. 2013.
- AVILA, L. O. de. **Vulnerabilidade das áreas sob ameaça de desastres naturais na cidade de Santa Maria/RS.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre. 2015.
- BARTLEY, M; BLANE, D. **Commentary: Appropriateness of deprivation indices must be measured.** BMJ, v. 309, n. 6967, p. 1479, 1994.
- BELÉM, J. **História do Município de Santa Maria: 1797-1933.** Santa Maria: ed. UFSM, 1989.
- BELTRÃO, R. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho: 1787- 1930.** [Porto Alegre]: [s.n], 1958
- BERNARDES, S. A. C. **Santa Maria da Boca do Monte.** In: Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas. Santa Maria: Imprensa Universitária, UFSM, 8 (2).173-188, 1985.
- BITOUN, J. **Pobreza urbana, produção e estruturação da cidade e da metrópole no novo desenvolvimentismo.** In: FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virginia (Org.). Desenvolvimento, planejamento e governança. Rio de Janeiro: Letra Capital: Anpur, 2015. p. 103-116.
- BOLFE, S. A. **Expansão urbana de Santa Maria, RS: uma avaliação da adequabilidade do uso do solo.** Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 1997.
- BOLFE, S. A. **Investigando o processo de verticalização de Santa Maria/RS.** GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), n. 9, p. 129-138, 2001.
- BOLFE, S. A. **Transformações do espaço urbano de Santa Maria - RS e sua região: tendências e condicionantes.** Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- BOTEGA, I. da R. **Urbanização e Ocupações na formação da periferia de Santa Maria-RS na segunda metade do século XX.** In: RIBEIRO, J. I.; WEBER, B. T. (Orgs). Nova história de Santa Maria: outras contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2012.
- BRASIL. **[Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas

Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm>. Acesso em: 06 de dez. 2019.

BRASIL. **Lei n. 12.651 de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; Diário Oficial [da] Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm. Acesso em: Nov. de 2019.

BURGESS, E. W. **The growth of the city: an introduction to a research project.** Ardent Media, 1935

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CAMPOS, M. A. F. **A política econômica do Governo Kubitschek (1956-1961): o discurso em ação / Márcia Aparecida Ferreira Campos.** – Porto Alegre, 2007.

CARLOS, A. F. A. **La ciudad como privación y la reapropiación de lo urbano como ejercicio de la ciudadanía.** Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, v. 18, 2014.

CARLOS, A. F. A. **O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade.** GEOUSP – Espaço e Tempo São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014b.

CARLOS, A. F. A. **Reprodução do espaço urbano: privação e luta.** IV Simpósio Internacional Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais. PUC Rio. 2018.

CARTAIRS, V.; MORRIS, R. **Deprivation and health in Scotland.** Aberdeen: Aberdeen University Press, 1991.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Paz e terra, 1983.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço.** Josué de Castro. — Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

COMIN, F. V. **Dinâmica espacial e segregação residencial no Bairro Camobi – Santa Maria/RS.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

- COMIN, F., BAGOLIN, I. P., ÁVILA, R., PORTO, Jr, S. S., & PICOLOTTO, V. C. **Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações.** Uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia - PPGE. 2006.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de ação nacionais para a inclusão social (2003 05).** Bruxelas, 12/12/2003, COM, 2003.
- CORDEIRO, A. M., OLIVEIRA, G. D., RENTERIA, J., GUIMARÃES, C. **Revisão sistemática: uma revisão narrativa.** Grupo de Estudo de Revisão Sistemática do Rio de Janeiro (GERS-Rio). Rev. Col. Bras. Cir, v. 34, n. 6, 2007.
- CORRÊA, R. L. **Construindo o Conceito de Cidades Médias.** In: SPOSITO, M. E. (Org.). Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora Ática S.A., 2004.
- CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. **A pobreza como um fenômeno multidimensional.** RAE-eletrônica, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.
- DEGRANDI, J. O. **Verticalidades e horizontalidades nos usos do território de Santa Maria-RS.** Tese de Doutorado, Santa Cruz do Sul. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2012.
- DIÁRIO DE SANTA MARIA, 23 de setembro de 2017. **Santa-marienses vivem em situação de extrema pobreza.** Disponível em: <http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/geral-policial/noticia/2017/09/mais-de-17-mil-santa-marienses-vivem-em-situacao-de-extrema-pobreza-9911445.html> acesso em: 5 de Nov. 2018.
- ENGELS, F. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, F. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do Autor e fontes Autênticas.** trad. BA Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia.** Boitempo editorial, 2015.
- ERTHAL, D. B. **O Planejamento territorial dos Serviços da Atenção Básica à Saúde na área urbana do município de Santa Maria, RS.** Trabalho de Graduação - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Departamento de Geociências, Curso de Geografia – Licenciatura Plena, RS, 2018.
- FACCIN, D. **Entre passos e vozes: percepções de espaços e patrimônios no Sítio Ferroviário de Santa Maria, RS.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2014.

FAHEY, T. **Poverty and the two concepts of relative deprivation**. UCD School of Applied Social Science Working Paper Series WP10/1, 2010.

FARIA R. M. **Territórios da Privação Social nas cidades brasileiras**: uma reflexão conceitual. In. Cidades Interativas: do contexto informacional as práticas socioespaciais integradas / Arlêude Bortoluzzi, Orlando L. Berenguel (orgs.). – São Paulo: Olho d'Água, 2017.

FARIA, R. M. **A territorialização da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde**: perspectiva de adequação aos perfis do território urbano de Pouso Alegre - MG. 2012 / Rivaldo Mauro de Faria—Campinas, SP.: [s.n.], 2012.

FARIA, R. M. **Território e saúde na geografia de Milton Santos**: teoria e método para o planejamento territorial do Sistema Único de Saúde no Brasil. Raega-O Espaço Geográfico em Análise, v. 38, p. 291-320, 2016.

FARIA, R. M. **A territorialização da atenção primária à saúde do SUS**: avaliação dos resultados práticos implementados numa cidade da região sul do Brasil. Hygeia, v. 14, n. 29, p. 89-104, 2018.

FARIA, R. M.; SAVIAN, P. S.; VARGAS, D. **Territórios da privação social na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul**. Boletim de Geografia, v. 37, n. 1, p. 234-250, 2019.

FARIAS, C. L. **O processo de ocupação da periferia urbana em Santa Maria-RS**: o caso do bairro Nova Santa Marta. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. 2011.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Censos do RS: 1960-1980**. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Porto Alegre, 1984.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Censos do RS: 1803-1950**. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Porto Alegre, 1986.

FERRARI, J. **Investigação da morfologia original e antropogênica do Arroio Cadena, Santa Maria-RS**. / Juliana Ferrari. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2018.

FIGUEIREDO, Vilma DM; GUIDUGLI, Odeibler. **População e qualidade de vida urbana em Santa Maria-RS—Estudo de Caso**: Bairro Urlândia. GERARDI, Lúcia Helena. ambientes: estudos de Geografia. Rio Claro: UNESP/AGETEO, p. 89-103, 2003.

FILHO, D. B. F.; SILVA JÚNIOR, J. A. da. **Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r)**. Revista Política Hoje, V. 18, n. 1. UFPE, Pernambuco, 2009.

FLÔRES, J. R. A. **Fragmentos da história ferroviária brasileira e rio-grandense**: fontes documentais, principais ferrovias, Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), Santa Maria, a “Cidade Ferroviária”. Santa Maria: Palotti, 2007.

FLÔRES, J. R. A. **O pragmatismo político dos ferroviários sul-riograndenses: com foco histórico na cidade de Santa Maria.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2009.

FU, M; EXETER, D. J.; ANDERSON, A. **The politics of relative deprivation: A transdisciplinary social justice perspective.** *Social Science & Medicine*, v. 133, p. 223-232, 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Perfil socioeconômico. Coredes.** Corede Central. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Central>. Acesso em: 29 de Out. 2019.

GOMES, C. C.; **O uso do território paulistano pelo Hip Hop.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2008.

GUIMARÃES, A. P. **Classes perigosas – banditismo urbano e rural.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

HAASE, T. **Affluence and deprivation: a spatial analysis based on the 1991 Census of Population.** *Poor People, Poor Places: A Geography of Poverty and Deprivation in Ireland*, Dublin: Oak Tree Press in association with the Geographical Society of Ireland, 1999.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade.** Hucitec, 1980.

HAVARD, S. **A Small-area index of socioeconomic deprivation to capture health inequalities in France.** *Social science & medicine*, v. 67, n. 12, p. 2007-2016, 2008.

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR, E. **Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade.** In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.* Campinas: Núcleo de Estudos de População, 2006.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1971.

ICHIHARA, M. Y. T.; RAMOS, D.; REBOUÇAS, P.; OLIVEIRA, F. J.; FERREIRA, A. J.; TEIXEIRA, C; DUNDAS, R. **Area deprivation measures used in Brazil: a scoping review.** *Revista de saúde pública*, 52, 83. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Base de Informações Municipais (CD ROM).** Base de dados. 3ªed., Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Instituto brasileiro de estatística. **Anuário estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro. V.32, p. 1832, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Base de informações do Censo Demográfico 2010: **resultados do universo por setor censitário. 2011.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico.** Resultados do Universo por setor censitário 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas Populacionais 2017.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=0&idtema=130>. Acesso em: 20 de Nov. de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Municípios. Mesorregiões do Rio Grande do Sul.** 2010b. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05>. Acesso em: 26 de Out. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tendências demográficas** – Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000. Estudos e Pesquisas: informação geográfica e socioeconômica N. 20. Rio de Janeiro, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA e FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência.** Rio de Janeiro, 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros.** Brasília: IPEA, 2015.

IVALDI, E. **Material and social deprivation in Italy:** An analysis on a regional basis. Eastern European Business and Economics Journal, v. 2, n. 3, p. 248-268, 2016.

KATZMAN, R. **Activos y estructuras de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad en Uruguay.** CEPAL–PNUD, Montevideo, 1999.

KOHLHEPP, G. **Descobertas científicas da Expedição de Alexander von Humboldt na América Espanhola (1799-804) sob ponto de vista geográfico.** Revista de Biologia e Ciências da Terra, v. 6, n. 2, 2006.

KOWARICK, L. **Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. Estados Unidos, França e Brasil.** RBCS, v. 18, n. 51, 2003.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRONBAUER, G. A., OHLWEILER, Z. N. C., WIETZKE, M., SEHNEM, K. R. **Nossos velhos:** perfil demográfico dos idosos de Santa Cruz do Sul. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento. V 14, n. 1, 2009.

KURKA, A. B. **A participação social no território usado:** o processo de emancipação do município de Hortolândia. Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LESBAUPIN, I. **Poder local x exclusão social.** A experiência das prefeituras, 2000.

- LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Revista Katálysis, v. 10, 2007.
- LUVIZOTTO, C. K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- LUZ JUNIOR, R. da. **O Programa CURA e o processo de renovação urbana: o caso de Santa Maria.** 1989. 169f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- MACHADO, M. K. **A presença do Exército e da Aeronáutica na organização espacial de Santa Maria - RS.** Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria. Dissertação de Mestrado. Santa Maria, 2008.
- MALTA, D.B; SANTOS, M.A.S; STOPA, S.R; VIEIRA, J.E.B; MELO, E.A; REIS, A.A.C. **A Cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, 2013.** Ciência e Saúde Coletiva, v. 21, n. 2, p. 327-338, 2016.
- MALTHUS, T. R. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (org.) Thomas Robert Malthus. **Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 24, São Paulo: Ática, 1982.**
- MARCHIORI, J. N. C.; NOAL FILHO, V. A. Santa Maria: **relatos e impressões de viagem.** Editora da UFSM, 1997.
- MARCHIORI, José N. C.; NOAL FILHO, Valter A. Santa Maria: **relatos e impressões de viagem.** 2. ed. Santa Maria: UFSM, 2008.
- MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
- MARTINI, R. A. **Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.
- MARX, K. **O Capital. Livro Primeiro**, vol. II. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital: volume I, tomo II (capítulos XIII a XXV).** São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas), 1996.
- MARX, K. **O capital: Crítica da Economia Política-10ª edição.** Livro I, v. 1, 1989.
- MCLOONE, P. **Carstairs scores for Scottish postcode sectors from the 1991 census.** University of Glasgow, Public Health Research Unit, 1995.
- MELARA, E. **A Dinâmica da violência criminal no espaço urbano de Santa Maria - RS.** Eliane Melara - Porto Alegre: UFRGS/PPGEA, 2008.

- MERTON, R. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. Miguel Maillat (Trad.). São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 2000.
- MONTEIRO, S. R. da R. P. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Sociedade em Debate, v. 17, n. 2, p. 29-40, 2011.
- MORAES, A. C. R. **Território na geografia de Milton Santos**. Annablume, 2013.
- MOREIRA, R. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**, São Paulo: Hucitec, 1990.
- NERY, T. **A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da Cepal nos anos 1950 e 1990** / Tiago Nery; orientador: Luis Fernandes. – Rio de Janeiro: PUC, Instituto de Relações Internacionais, 2004.
- NICOLOSO, F. R. **Fazer-se elite em Santa Maria RS: Os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais 1830/1891**. Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal de Santa Maria. 2013.
- NICOLOSO, F. R.; CUNHA, J. L. da. **Os Imigrantes alemães em Santa Maria: estratégias familiares e escândalos políticos no final do século 19**. In: XI Encontro Nacional de História, memória e patrimônio. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2012.
- NOGUEIRA, H. **Os Lugares e a Saúde** – Uma abordagem da Geografia às variações em saúde na Área Metropolitana de Lisboa, Dissertação de Doutorado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 483 p. 2007.
- NOGUEIRA, H.; SANTANA, P. **Geographies of health and deprivation: relationship between them**. Geogr dell'Alimentazione. Perugia: Edizioni Rux, p. 539-46, 2005.
- NUNES, M. **Produção do espaço urbano e exclusão social em Marília-SP** / Marcelo Nunes – Presidente Prudente: [s.n.], 2007.
- OLIVEIRA, E. D.; ANTUNES, D. E.; MENDES, D.; DEMETRIO, J. C. C.; DEMETRIO, F. J. C. **Análise de Multicritério Aplicada ao Estudo de Alternativas de Controle Ambiental no Setor Agroindustrial: Produção de Queijo Qualho**. 5th Academic International workshop advances in clear production. São Paulo, 2015.
- OLIVEIRA, J. A. **O envelhecimento populacional na estrutura urbana: um estudo sobre Santos**. Cadernos CERU, n. 18, p. 134-157, 2007.
- OSGOOD, C. E.; SUCI, G. J.; TANNENBAUM, P. H. **The Measurement of Meaning. Urbana, IL, USA: University of Illinois Press, 1957**.
- PAMPALON, R. RAYMOND, G. **A deprivation index for health and welfare planning in Quebec**. Chronic Dis Can, v. 21, n. 3, p. 104-13, 2000.

- PARK, R. E. **A migração humana e o homem marginal**. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia, v.1, n.3, p.114-123, novembro de 2017.
- PARK, R. E. **Human migration and the marginal man**. American journal of sociology, v. 33, n. 6, p. 881-893, 1928.
- PARK, R. E.; BURGESS, E. W.; MCKENZIE, R. D. **The City**, with an introduction by Morris Janowitz. 1967.
- PARK, R.E. **A cidade**: sugestão para investigação do comportamento humano no meio urbano. IN: VELHO, Gilberto. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PAUGAM, S. **A Desqualificação social, ensaio sobre a nova pobreza**. Porto: Porto Editora. 2003.
- PEREIRA, M. F. V. **A pobreza urbana no Brasil**: considerações a partir das análises geográficas. IV Semana do Servidor e V Semana Acadêmica da Universidade Federal de Uberlândia: UFU, v. 30, 2008.
- PESAVENTO, S. J. **História do Rio grande do Sul**. Mercado Aberto, 1994.
- PINHEIRO, A. C. **Levantamento e análise do processo de ocupação irregular do solo urbano nos últimos 30 anos (1970-2000) em Santa Maria – RS**. Monografia de Graduação. Santa Maria: UFSM/Curso de Geografia. Março de 2002.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Santa Maria – RS**. 2006. Disponível em: <www.santamaria.rs.gov.br/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.
- PRADO, T. C. S. **Formas atuais de exclusão residencial no espaço urbano de Santa Maria – RS**: uma análise dos condomínios horizontais fechados e das áreas ocupadas de forma irregular. 2010. 112f. Monografia – Universidade Federal de Santa Maria, 2010.
- PRADO, T. C. S. **Segregação residencial por índices de dissimilaridade, isolamento e exposição, com indicador renda, no espaço urbano de Santa Maria-RS, por geotecnologias**. Programa de Pós-Graduação em Geomática, UFSM. 2012.
- QUIJANO, A. **Marginalidad e informalidad en debate**. Tercer Milenio, jan/2000.
- RAMOS, L. R.; VERAS, R.; P.; KALACHE, A. **Envelhecimento populacional**: uma realidade brasileira. Revista de Saúde Pública, v. 21, p. 211-224, 1987.
- RATZEL, F. in MORAES, A. C. R.; FERNANDES, F. **Ratzel: geografia**. Atica, 1990.
- RECLUS, E. **A natureza da geografia**. Élisée Reclus. São Paulo: Atica. (Col. Grandes Cientistas Sociais), 1985.

- RECLUS, E. **Da escravidão nos Estados Unidos**. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário/ Expressão & Arte Editora, 2010.
- RIBAS, R. P. **Determinantes da pobreza de privação relativa no Brasil urbano**. Revista Econômica do Nordeste, v. 37, n. 4, p. 530-549, 2006.
- RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. 3. ed. Letra Capital, 2012.
- RIBEIRO, M. C. de C. R.; SILVA, A. A., **Aplicação do método Analytic Hierarchy Process (AHP) com a mensuração absoluta num problema de seleção qualitativa**. Sistemas & Gestão, v. 11, n. 3, p. 270-281, 2016.
- RIZZATI, M.; SPODE, P. L. C. **A história do bairro Diácono João Luiz Pozzobon, Santa Maria, RS, através de mapas: uma atividade prática com alunos do ensino fundamental**. In: O ensino de geografia na contemporaneidade: práticas e desafios / Natália Lampert Batista; Maurício Rizzatti (Organizadores). – Rio de Janeiro: Dictio Brasil, 2019.
- RIZZATTI, M.; CASSOL, R.; BATISTA, N. L.; SPODE, P. L. C. **A compreensão do espaço urbano pela distribuição das faixas etárias do bairro Camobi, Santa Maria, RS**. In: Simpósio Internacional do SELPER, 2016, Puerto Iguazu, Argentina. Anais [do] Simpósio Internacional do Selper, 2016
- ROBAINA, L. E. S.; BERGER, M.; CRISTO, S. S. V. de; DE PAULA, P. M.; **Análise dos ambientes urbanos de risco do município de Santa Maria-RS**. Ciência e Natura, v. 23, n. 23, p. 139-152, 2001.
- ROCHA FILHO, M. J., **A terra, o homem e a educação: universidade para o desenvolvimento**/ José Mariano da Rocha Filho. Santa Maria: Editora Pallotti, 1993.
- ROCHA, L. H. M. da, **O papel de Santa Maria como centro de drenagem da renda fundiária**. 1993. 179 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1993.
- ROCHA, L. H. M. da, **Padrão locacional da estrutura social: segregação residencial em Santa Maria - RS**. 2011. Tese (Doutorado), Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- ROTHER, E. T. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta paulista de enfermagem, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.
- RUNCIMAN, W. G., **Relative deprivation & social justice: Study attitudes social inequality in 20th century England**. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1966.
- RYAN, J. W. **What Were They Thinking?** Samuel A. Stouffer and The American Soldier. 2010. Tese de Doutorado. University of Kansas. 2010.

SAATY, T.L., **How to make a decision:** The analytic hierarchy process. *European Journal of Operational Research*, Vol.48 No.1, pp.9-26, 1990.

SALAMONI, G. F. **O crescimento urbano por extensão e suas repercussões morfológicas em estruturas urbanas:** estudo de caso: Santa Maria/RS. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

SANTA MARIA. **Lei Complementar N° 117, de 26 de junho de 2018.** Institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento, Perímetro Urbano e Sistema Viário do Município de Santa Maria. Disponível em: < http://iplan.santamaria.rs.gov.br/uploads/norma/18078/Lei_Complementar_117_2018_LUOS.pdf 2018. Acesso em 24 de nov de 2018.

SANTA MARIA. **Lei complementar municipal n. 034 de 29 de dezembro de 2005.** Institui a Política de Desenvolvimento Urbano e sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Santa Maria. Prefeitura Municipal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 29 dez. 2005. Disponível em: <<http://iplan.santamaria.rs.gov.br/uploads/paginadinamica/17807/034.pdf>>. Acesso em 29 de jan. 2019.

SANTANA, P., COSTA C.; CARDOSO, G.; LOUREIRO, A.; FERRÃO, J. **Suicide in Portugal:** Spatial determinants in a context of economic crisis. *Health & place*, v. 35, p. 85-94, 2015.

SANTANA, P.; COSTA C. **Mortality, material deprivation and urbanization:** exploring the social patterns of a metropolitan area. *International journal for equity in health*, v. 14, n. 1, p. 55, 2015b.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** Técnica, tempo, razão e emoção /Milton Santos. -4. ed. 2. reimpr. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora Hucitec. 1993.

SANTOS, M. **As cidadanias mutiladas.** In: *O Preconceito*. São Paulo: IMESP, v. 1997, p. 133-144, 1997.

SANTOS, M. **Da política dos estados à política das empresas.** *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 9-23, jul./dez. 1997, 1997.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** Milton Santos. -5.ed., 1reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **O dinheiro e o território.** *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, Ano 1. n. 1, p. 7-13, 1999.

- SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos / Milton Santos; tradução Myrna T. Rego Viana. – 2. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1988.
- SANTOS, M. **O espaço geográfico como categoria filosófica**. In: Terra Livre nº 5. AGB São Paulo. pp. 09.19. 1988.
- SANTOS, M. **O papel ativo da geografia: um manifesto**. Revista Território, v. 9, p. 103-109, 2000.
- SANTOS, M. **O retorno do território**. (In): SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: Heutec, 1994.
- SANTOS, M. **Pobreza urbana** / Milton Santos; - 3.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, M. **Por uma geografia cidadã**: por uma epistemologia da existência. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, n. 21, p. 7-14, 1996.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal / Milton Santos. – 25ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, v. 3, 1994b.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 15ª ed. - Rio de Janeiro: Record 2011.
- SARTRE, J. P. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SAVIAN, P. S. **Análise espacial da privação social da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Geociências, 2016.
- SAURIM, E. **Crescimento Urbano Simulado para Santa Maria - RS**. Dissertação (Mestrado) - PROPUR - UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- SAVIAN, P. S.; FARIA, R. M. **Territórios da Saúde**: processo de territorialização das estratégias saúde da família (ESF), na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. In: II Congresso Internacional de Geografia Urbana, Lújan: Universidade Nacional de Lújan, p. 271 – 284, 2017.
- SCHWARTZMAN, S. **Estatísticas da pobreza**. Revista Brasileira de Estatística, v. 58, n. 209, p. 7-18, 1997.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- SEN, A. **Issues in the Measurement of Poverty**. In: Measurement in Public Choice. Palgrave Macmillan, London, p. 144-166, 1981.
- SILVA, A. N. R. da; RAMOS, R. A.; SOUZA, L. C. L. **SIG: uma plataforma para introdução de técnicas emergentes no planejamento urbano, regional e de transportes: uma ferramenta 3D para análise ambiental urbana, avaliação multicritério, redes neutras artificiais / Antônio Rodrigues da Silva ... [et al].** – São Carlos: EDUFSCar, 2008.
- SILVA, G. R. da; GOMES, C. W. M. **Habitação como instrumento de segregação e privação do direito à cidade**. Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles. Natal, RN. 2017.
- SILVA, M. B. N. da S.; CARVALHO, M. A. R. **O direito a cidade sob a perspectiva das capacidades**. Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro. 2012.
- SILVA, M. T. A. S.; MOURA, R. R. **Uso do solo urbano, infraestrutura e condições socioeconômicas do Conjunto Habitacional Diácono João Luiz Pozzobon**. Trabalho de Graduação. Universidade Federal de Santa Maria. – UFSM. Centro de Ciências Naturais e Exatas. Departamento de Geociências. Curso de Geografia. 1997.
- SILVA, R. S. da; BECKER, E. L. S. **Ensino da geografia vivenciado em trilha urbana–Morro Cechella, Santa Maria (RS)**. Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v. 3, n. 8. 2011.
- SILVEIRA, M. L. **Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial**. Saúde, desenvolvimento e território, p. 127-150, 2009.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização: ensaios**. Editora Brasiliense, 1973.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. **Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA.: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – Brasília**. 2015.
- SOUZA, J. A elite do atraso: **da escravidão à Lava Jato**. Leya, 2017.
- SOUZA, M. A. A. de. **Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação**. Território: globalização e fragmentação, v. 5, p. 21-28, 1994.
- SOUZA, M. A. A. de. **Território brasileiro: usos e abusos**. Organizadora: Maria Adélia de Souza [et al.]. Campinas: Edições territorial, 2003.
- SOUZA, M. A. A. de. **Território, soberania e mundo novo**. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 1999.
- SOUZA, M. A. A. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. PatryTer. Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades. Vol 2, n 4. pp.1-17. 2019

- SOUZA, M. A. de A. **Abordagens recentes da pobreza urbana**. Mercator, v. 17, 2018.
- SOUZA, M. L. Da “**diferenciação de áreas**” à “**diferenciação socioespacial**”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. Revista Cidades, v. 4, n. 6, 2007.
- SPODE, P. L. C. **Verticalização e Produção do Espaço Urbano no Bairro Camobi, Santa Maria, RS, em 2017**. Trabalho de Graduação - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Departamento de Geociências, Curso de Geografia – Licenciatura Plena, RS, 2017.
- SPODE, P. L. C., RIZZATTI, M., ROCHA, L. H. M., FARIA, R. M., COSTA, I. T. **Pobreza e seletividade espacial no bairro universitário Camobi, Santa Maria, RS**: uma análise a partir dos usos do território. In: Geografia Ensino & Pesquisa. Vol. 23. P.1-21. 2019.
- SPRINGER, S. **geografias anarquistas**: uma breve genealogia. verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol., n. 30. 2016.
- STONEQUIST, E. V. **The marginal man**. 1961.
- TERRA, A. **Evolução histórica da categoria geográfica território**. Caderno Prudentino de Geografia, nº31, v. 1, p. 17, 2009.
- TESTI, A.; IVALDI, E. **Material versus social deprivation and health**: a case study of an urban area. The European Journal of Health Economics: HEPAC: Health Economics in Prevention and Care, 10(3), 323–8. doi:10.1007/s10198-008-0136-z. 2009.
- TESTI, A.; IVALDI, E. **Material versus social deprivation and health**: a case study of an urban area. The European Journal of Health Economics, v. 10, n. 3, p. 323, 2008.
- TOWNSEND, P. **Deprivation**. Journal of social policy, v. 16, n. 2, p. 125-146, 1987.
- TOWNSEND, P. **Health and deprivation**: inequality and the North. Routledge, 1988.
- TOWNSEND, P. **Poverty in the United Kingdom**: a survey of household resources and standards of living. Univ of California Press, 1979.
- UFSM NA MÍDIA. **Clipping de notícias sobre educação e a UFSM. UFSM e KMW assinam parceria**. In: UFSM na Mídia, publicado em 14/05/2014. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/midia/?p=16047>>. Acesso: 02 de fev. 2019.
- VIANA, E. **Criminologia**. 3ª Edição; Salvador: Juspodivm, 2015.
- VIGNOLLI, J. R. **Vulnerabilidade sociodemográfica**: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe. Novas Metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006.
- VILLAÇA, F. **O espaço intra-urbano no Brasil**. SP: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

WANDERLEY, M. B. **Refletindo sobre a noção de exclusão.** In: SAWAIA, Bader (org.). As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, p. 16 – 26, 2002.

ZAAR, M. H. **A questão agrária na obra geográfica de Élisée Reclus.** Ateliê Geográfico, v. 9, n. 3, p. 43-62. 2015.

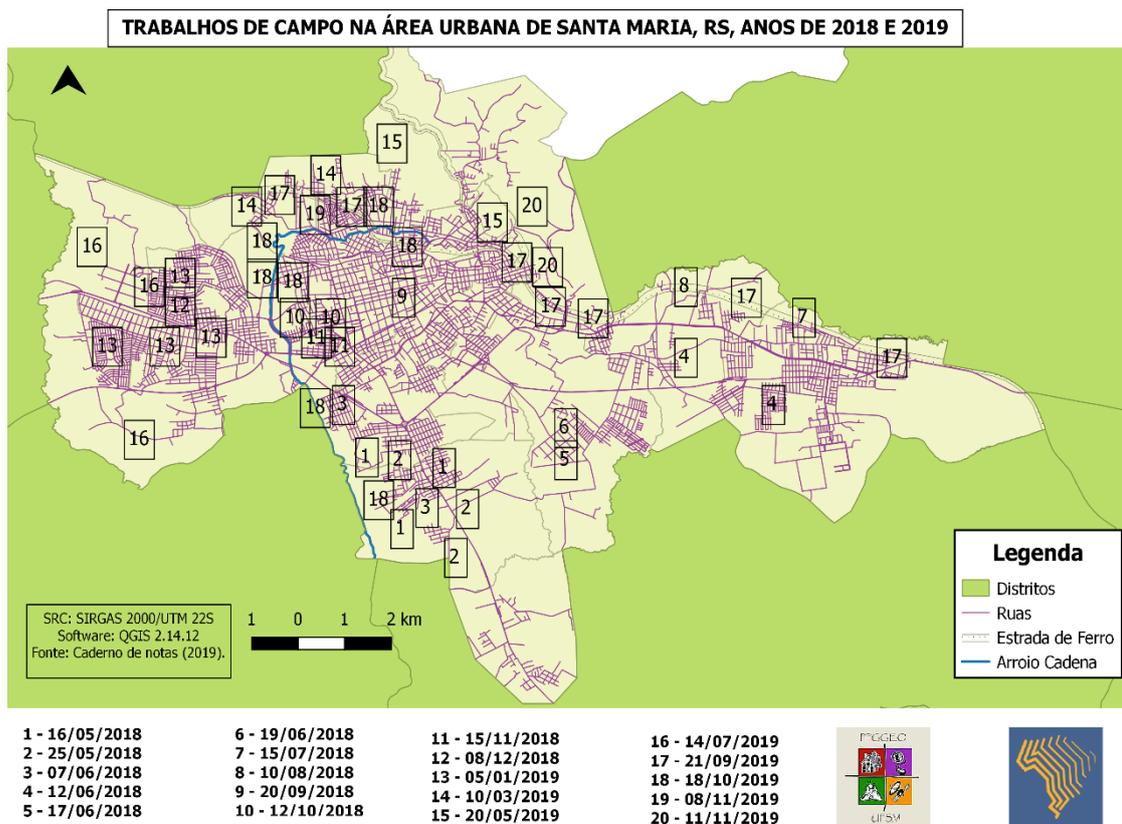
ZIEGLER, A. J. F., **A Ocupação urbana Nova Santa Marta, Santa Maria, RS, pelas narrativas das lideranças femininas do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2018.

ZOLIN, D. **Diário de Santa Maria. Shopping Praça Nova Santa Maria deve inaugurar em 2017.** In: Diário de Santa Maria, 10 dez. 2015. Disponível em: <<https://diariosm.com.br/shopping-pra%C3%A7a-nova-santa-maria-deve-inaugurar-em-2017-1.2024129>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

APÊNDICE A – SISTEMATIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE CAMPO NA ÁREA URBANA DE SANTA MARIA, ENTRE 2018 E 2019.

Ordem	Data	Região da cidade	Bairros percorridos
1	16/05/2018	Região Sul	Dom Antônio Reis, Tomazzetti, Lorenzi, Urlândia
2	25/05/2018	Região Sul	Urlândia, Tomazzetti, Lorenzi
3	07/06/2018	Região Sul	Urlândia, Lorenzi
4	12/06/2018	Região Leste	Camobi, São José
5	17/06/2018	Centro-Leste	Diácono João Luiz Pozzobon
6	19/06/2018	Centro-Leste	Diácono João Luiz Pozzobon
7	15/07/2018	Região Leste	Camobi (porção Norte)
8	10/08/2018	Centro-Leste	Pé de Plátano
9	20/09/2018	Centro	Centro, Bonfim, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Medianeira
10	12/10/2018	Centro-Oeste	Noal
11	15/11/2018	Centro-Oeste	Noal, Patronato
12	08/12/2018	Oeste	Nova Santa Marta
13	05/01/2019	Oeste	Pinheiro Machado, Juscelino Kubtschek, Nova Santa Marta, Tancredo Neves
14	10/03/2019	Norte	Caturrita, Chácara das Flores
15	20/05/2019	Norte	Perpetuo do Socorro, Itararé
16	14/07/2019	Oeste	Agro-Industrial, Nova Santa Marta, Boi Morto
17	21/09/2019	(Região dos trilhos) Leste, Centro-Leste, Nordeste, Norte	Camobi, Km 3, Pé de Plátano, João Goulart, Itararé, Perpétuo do Socorro, Chácara das Flores, Caturrita

18	18/10/2019	(Região do Cadena) Norte, Centro-Oeste, Sul	Carolina, Salgado Filho, Caturrita, Passo D'areia, Noal, Urlândia, Lorenzi
19	08/11/2019	Norte	Salgado Filho
20	11/11/2019	Norte e Nordeste	Itararé, Campestre do Menino Deus



ANEXO 2 – MAPA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE SANTA MARIA, RS.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria.

ANEXO 3 – SISTEMATIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES NA ÁREA URBANA DE SANTA MARIA ENTRE 1960 – 2006, SEGUNDO OS TRABALHOS DE PRADO (2010) E BOTEGA (2012).

Ocupações irregulares no período de 1960 - 2006		
Ano de início da ocupação	Nome	Bairro
1960	Vila Nossa Senhora do Trabalho	Salgado Filho
1960	Brigada Militar	Nossa Sra. de Fátima
1964	Vila Esperança	Nossa Sra. Medianeira
1966	Vila Bilibio	Km 3
1970	Vila Brasília	Salgado filho
1970	Vila Bürger	Itararé
1970	Vila Nossa Sra. Aparecida	Itararé
1970	Vila Urlândia	Urlândia
1972	Vila Santos	Urlândia
1972	Vila Salgado Filho	Salgado Filho
1974	Cerro Azul	Chácara das Flores
1974	Vila São Rafael	Chácara das Flores
1974	Vila Itagiba	Chácara das Flores
1975	Vila Cerrito	Cerrito
1976	Beco do Otavio	Nossa Sra. Do Rosário
1976	Beco do Beijo	Camobi
1976	Linha Velha POA	Centro
1976	Renascença	Renascença
1977	Vila Rossi	Pinheiro Machado
1978	Vila Rossato	Nossa Sra. Dores
1980	Bela Vista	Itararé
1980	Cauduro	Chácara das Flores
1980	Estrada da Picadinha	Boi Morto
1980	Montanha Russa	Itararé
1980	Nossa Sra. Conceição	Caturrita
1980	São Serafim	Pinheiro Machado
1980	Áreas no entono da Schirmer	João Goulart

1980	Vila Severo	Lorenzzi
1980	Áreas no entorno do Tomazzetti	Tomazzetti
1980	Vacacaí	João Goulart
1981	Vila Ecologia	Pinheiro Machado
1982	Beco do Inter	Noal
1982	Diácono João Luiz Pozzobon	Diácono João Luiz Pozzobon
1982	Vila Jardim	Camobi
1982	Pantaleão	Patronato
1986	Canários	Itararé
1986	Floresta	Cerrito
1986	Sargento Dorneles	São José
1988	Vila Lídia	Noal
1989	Arco-Iris	Noal
1990	Hípica-Prado	Jucelino Kubitschek
1990	Margens da Ferrovia	Itararé
1990	Medianeira	Nossa Sra. Medianeira
1990	Nonoai	Nonoai
1990	Nova	João Goulart
1990	Passo dos Weber	Chácara das Flores/Salgado Filho
1990	Portão Branco	Caturrita
1990	Pires	Campestre do Menino Deus
1990	BR 287 – Trecho 1	Uglione
1991	Santa Marta-Coca	Jucelino Kubitschek
1992	BR 287- Trecho 2	Jucelino Kubitschek
1992	BR 287 – Trecho 3	Pinheiro Machado
1992	Favarin	Km 3
1993	Aparício de Moraes	Camobi
1993	COHAB Fernando Ferrari	Camobi
1996	Vila Canaã	Boi Morto/Tancredo Neves
1997	Presidente Vargas	Pé de Plátano
1998	Lorenzzi	Lorenzzi

1999	Vila Kennedy	Salgado Filho
2000	Bela União	Caturrita
2000	COHAB Tancredo Neves	Tancredo Neves
2001	Km 3	Km 3
2002	Vila Oliveira	Passo D'Areia
2006	Km 2	Divina Providência